

Boletim de Análise Político-Institucional

20

Junho 2019

Organizações da Sociedade Civil no Brasil



ipea

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto

Manoel Rodrigues dos Santos Junior

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Boletim de Análise Político-Institucional

Organizadora:

Janine Mello

Comitê Editorial

Daniel Cerqueira

Acir dos Santos Almeida

Erivelton Pires Guedes

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Salvador Teixeira Werneck Vianna

Luana Simões Pinheiro

Leandro Freitas Couto

Aguinaldo Nogueira Maciente

Igor Ferraz da Fonseca

João Cláudio Basso Pompeu

Mauro Santos Silva

Graziela Ferrero Zucoloto

Bruno Queiroz Cunha

André Sampaio Zuvanov

Priscila Koeller Rodrigues Vieira

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada. – n.1 (2011) - Brasília : Ipea,
2011-

Semestral.

ISSN 2237-6208

1. Política. 2. Estado. 3. Democracia. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 320.05

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A obra retratada na capa deste vigésimo Boletim de Análise Político-Institucional é a tela Abstrato, de Candido Portinari (1903-1962), datada de 1954. Além da inegável beleza e expressividade de suas obras, Portinari tem importância conceitual para um instituto de pesquisas como o Ipea. O "pintor do novo mundo", como já foi chamado, retratou momentos-chave da história do Brasil, os ciclos econômicos e, sobretudo, o povo brasileiro, em suas condições de vida e trabalho: questões cujo estudo faz parte da própria missão do Ipea. A Diest agradece ao Projeto Portinari pela honra de usar obras do artista em sua produção.

Direito de reprodução gentilmente cedido por João Candido Portinari.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
Janine Mello	
SEÇÃO I – O que sabemos sobre as organizações da sociedade civil? Estudos sobre o perfil das OSCs e mecanismos de fortalecimento da transparência no Brasil	
ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO <i>AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (FASFIL)</i>	15
Clícian do Couto Oliveira Denise Guichard Freire Francisco de Souza Marta	
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: UM CAMPO CADA VEZ MAIS DIVERSO	25
Erika Sanchez Saez Graziela Santiago Belo da Silva	
A TECNOLOGIA POR TRÁS DO MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	33
Tiago Nascimento Eric Ferreira Kleyton Pontes Cotta Vagner Praia	
TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA INICIAL	41
Camila Escudero	
SEÇÃO II – Trabalho nas OSCs: avanços e desafios	
O TRABALHO DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: DESIGUALDADES E PARADOXOS	49
Graciela Hopstein Martina Davidson	
O TRABALHO FORMAL NAS OSCs EM 2015: O PERFIL DEMOGRÁFICO E A ESCOLARIDADE DOS VÍNCULOS DE TRABALHO	57
Pedro Gomes Andrade Felix Lopez André Vieira Ana Camila R. Pereira	
(DES) CUMPRIMENTO DA LEI DE COTAS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	73
Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes Stella Camlot Reicher	
SEÇÃO III – Sustentabilidade das OSCs: estratégias e limites	
ALGUNS VALORES – E MUITOS PROBLEMAS – PARA ESTIMAR AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL	83
Felix Lopez Pedro Gomes Andrade	

DOAÇÃO E CIDADANIA: COMO PENSA E AGE O DOADOR BRASILEIRO	91
Andréa Wolffenbüttel	
PARCERIAS NA CONDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS: O QUE SE EXTRAI DOS RESULTADOS DO BISC?	107
Anna Maria Medeiros Peliano	
Patricia Loyola	
NEGÓCIOS DE IMPACTO E A ATUAÇÃO ECONÔMICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	117
Diogo de Sant'Ana	
Beatriz Coppola	

O debate sobre o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil (OSCs)² é longo, complexo e repleto de inflexões e contradições. Compreendidas como uma forma institucional específica que compõe a sociedade civil³ enquanto esfera societal mais ampla, as OSCs constituem um conjunto heterogêneo de organizações com padrões múltiplos de interação entre si, em relação ao Estado, ao mercado e aos demais atores da sociedade civil.

Centrada inicialmente na representação das OSCs enquanto atores orientados por pressupostos virtuosos de solidariedade, voluntarismo, liberdade e autonomia, a literatura sobre a diversificação e atuação das OSCs transformou-se na medida em que ocorriam a profusão e o fortalecimento dessas organizações, assim como a complexificação de suas relações com os demais atores da esfera pública. Nos últimos anos, as discussões sobre OSCs foram influenciadas por questões ligadas aos limites e avanços do papel assumido por essas entidades como executoras de projetos e políticas de interesse público; ao aprimoramento de mecanismos de responsabilização, prestação de contas (*accountability*) e transparência adotados pelo setor; e aos esforços de mapeamento e descrição do perfil (ou perfis) das OSCs em atividade no país.

Vistas sob a ótica do fortalecimento da sociedade civil nas democracias contemporâneas, as OSCs assumem papel central na diversificação das instâncias associativas, participativas e deliberativas que compõem (ou deveriam compor) a esfera pública (Pateman, 1992; Dahl, 1997; 1998; Held, 1987; Lavalley, Houtzager e Castello, 2012). Sob o viés da gestão pública, ora ganham contornos de parceiras estratégicas do Estado na provisão de bens e serviços (Pires e Vaz, 2014; Lopez *et al.*, 2015; Lopez e Barone, 2013; Lopez e Abreu, 2014), ora são entendidas como responsáveis pela execução dispersa de projetos de pouca escala e baixo impacto, alinhados com interesses de seus financiadores ou grupos que representam ou vocalizam, e caracterizados por mecanismos frágeis de responsabilização e controle (Koslinski, 2013).

Sob a lógica do chamado terceiro setor,⁴ as OSCs são representadas como instância distinta do Estado e do mercado, simultaneamente dotadas de elementos de aproximação com ambos. Essas organizações se diferenciariam das iniciativas de mercado por serem “(...) mais orientadas para o bem

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <janine.mello@ipea.gov.br>.

2. Geralmente usados para tratar conjuntos similares de organizações, os termos organizações não governamentais (ONGs) e OSCs definem aquelas organizações enquadradas simultaneamente em cinco critérios: *i*) são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado; *ii*) não possuem finalidades lucrativas; *iii*) são legalmente constituídas, possuem personalidade jurídica e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); *iv*) são autoadministradas e gerenciam suas atividades de maneira autônoma; e *v*) são constituídas voluntariamente (IBGE, 2012; 2019; Lopez, 2018). Nos últimos anos, o termo OSC tem sido adotado com maior frequência pela própria sociedade civil, por governos e por instituições acadêmicas – influenciados, em grande medida, pelo debate acerca das transformações recentes pelas quais essas entidades passaram e sobre formas mais apropriadas para defini-las. A adoção do termo OSC, além de mais adequada do ponto de vista técnico-legal, considerando que o termo ONG não constitui figura jurídica de fato, também teria como objetivo desvincular a atuação das organizações da ação governamental, como contraponto ou reforço, e explicitar que essas entidades seriam resultado da organização voluntária de indivíduos voltados para a promoção e defesa de direitos.

3. A despeito da vasta tradição teórica, a sociedade civil é entendida neste texto como instância que compõe a esfera pública em conjunto com o Estado e o mercado, formada por atores individuais e coletivos, de maior ou menor grau de formalização, na qual estariam incluídos os movimentos sociais e as OSCs. Para mais detalhes, ver Gohn (2011; 2013), Alonso (2009) e Scherer-Warren (2006).

4. “O termo terceiro setor tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo” (Scherer-Warren, 2006, p. 110).

comum”. Elas “visam à redução da desigualdade e discriminação, são identificadas com a ‘causa social’ e contam com funcionários mais comprometidos ideologicamente com o trabalho” (Caldas, 2013, p. 128), em detrimento de uma lógica voltada para o lucro enquanto finalidade.

No entanto, tenderiam a se aproximar de elementos positivamente atribuídos à iniciativa privada como gestão empresarial e eficiência organizacional. Já em relação ao Estado, os aspectos de diferenciação das OSCs não estariam vinculados a “(...) funções, atividades ou objetivos, mas às formas de execução dessas atividades e funções” (Caldas, 2013, p. 130). As OSCs, nesse sentido, seriam consideradas mais ágeis, flexíveis e abertas à inovação do que a estrutura estatal, e estariam mais próximas dos beneficiários dos projetos ou das “bases”, favorecendo a melhor compreensão da realidade e dos problemas enfrentados pela população local (Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013).

Sob o escrutínio da população em geral, as OSCs podem simultaneamente ser vistas com o ceticismo e a desconfiança fomentados pela divulgação frequente de relações não republicanas com agentes estatais – ou, de maneira oposta, como instituições responsáveis por ações de filantropia, voluntariado e apoio a causas “nobres”, ligadas à redução da pobreza, à agenda de cuidados, ao foco em públicos específicos e a interesses difusos como a pauta ambiental (IDIS, 2015).

Por fim, sob seus próprios olhos, é razoável supor a existência de uma profusão de percepções, considerando a heterogeneidade que caracteriza as mais de 820 mil OSCs em atividade no Brasil⁵ e as maneiras com que se identificam em relação às demais organizações formais e informais que constituem a sociedade civil (Krieger e Andion, 2014; Reis, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013). Enquanto algumas tendem a se reconhecer como organizações de *advocacy* voltadas para ações de defesa de direitos, em especial aquelas surgidas entre as décadas de 1970 e 1980, outro grupo seria mais identificado por exercer atividades ligadas à provisão de serviços, caso das OSCs constituídas no período após a década de 1990 (Kaldor, 2003). Diferenciações entre as próprias OSCs não devem ser tomadas como categorias fixas ou rígidas, na medida em que a construção de suas identidades e sentidos de ação é permeada por disputas e conflitos discursivos, políticos e sociais que marcam profundamente a percepção dessas organizações sobre seus papéis e posições no campo mais amplo da sociedade civil (Medeiros, 2013; Pires e Vaz, 2014).

A dualidade surge, nesse sentido, como característica marcante do ideário construído em torno das OSCs. Em parte das análises, essas organizações desempenham papel crucial na ampliação da capilaridade das políticas públicas, complementam a atuação governamental de maneira mais eficiente e contribuem para uma maior adesão das iniciativas à realidade local vivenciada por territórios e suas populações (Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013). De outro modo, são apresentadas, ainda, em conjunto com os movimentos sociais, como atores-chave para entender o processo de democratização e a crescente permeabilidade do Estado em relação às demandas sociais específicas capazes de provocar mudanças, ampliar direitos e aperfeiçoar mecanismos de representação e transparência pública (Lavalle e Barone, 2015; Avritzer, 2007; 2012; Dagnino, 2002; 2004; Reis, 2013; Gohn, 2013).

Em contrapartida, são vistas como organizações que contribuem para a fragmentação e a dispersão das políticas em contextos de redução das responsabilidades do Estado sobre a provisão de bens públicos, mobilizando montantes significativos de recursos que não estariam adequadamente submetidos ao controle e ao monitoramento amplo da sociedade (Montaño, 2002; Violin, 2006; 2008;

5. Dado encontrado em Lopez (2018) e na plataforma Mapa das OSCs, disponível em: <<https://mapaosoc.ipea.gov.br/>>.

Nogueira, 2003; Alvarez, 2009; Petras, 1999; Lavalle e Bueno, 2013). No rol das críticas à atuação das OSCs, figurariam também contradições inerentes à própria esfera civil, em que fenômenos como a “mercantilização da sociedade civil” – em contextos de redução do Estado – e a “burocratização da sociedade civil” – em cenários de ampliação das articulações com a esfera estatal – são vistos como riscos à autonomia e à liberdade da atuação dessas organizações (Baião, Peci e Costa, 2015; Teixeira, 2002; Caldas, 2013; Burity, 2005; Medeiros, 2013).

A despeito do cenário complexo no qual estão situados os estudos e as frentes de pesquisa sobre o tema, é possível argumentar que três questões de fundo perpassam as principais vertentes interpretativas sobre as OSCs no país. A primeira delas tem como cerne o antigo e polêmico debate sobre limites e possibilidades das relações entre Estado e OSCs, em que são discutidos aspectos como dinâmicas de contraposição, relações de interdependência, autonomia e dependência das organizações. Em segundo lugar, é possível destacar análises dedicadas a compreender e detalhar a própria atuação das OSCs, suas formas de gestão, mecanismos de financiamento, desenvolvimento de projetos, desafios e avanços recentes, resultados e impactos gerados, entre outros. E, por último, ganha relevância a preocupação sobre a sustentabilidade das OSCs, que, embora ainda esteja fortemente centrada na dimensão econômico-financeira, abarca uma ampla agenda de desafios e iniciativas em curso com potencial para influenciar o futuro dessas organizações no país.

Dado esse contexto, a intenção desta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* (BAPI) é contemplar distintas dimensões que compõem o debate sobre OSCs no país, privilegiando a diversidade de perspectivas analíticas e institucionais. Para isso, foram reunidos pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições, de modo a explicitar a complexidade que o debate sobre a atuação das OSCs tem assumido no Brasil no período recente e os múltiplos esforços em andamento para ampliar, aprimorar e qualificar o conhecimento produzido sobre o setor.

A produção de uma edição temática sobre o papel desempenhado pelas OSCs em pautas de interesse público e suas formas de atuação – em parceria com setores públicos e privados, e no âmbito da própria sociedade civil – dialoga tanto com a agenda de pesquisa que tem sido desenvolvida desde 2010 pelo Ipea como com os recentes resultados divulgados pelo instituto por meio da plataforma Mapa das OSCs⁶ e da publicação *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* (Lopez, 2018). Esta edição temática foi também motivada pelas reflexões travadas no âmbito do grupo de conhecimento no investimento social privado (ISP)⁷ e pretende difundir um conjunto de pesquisas recentemente concluídas ou em andamento, as quais têm sido objeto de discussões entre inúmeras instituições envolvidas na produção de informações e análises sobre a atuação das OSCs no país.

A publicação é composta por onze artigos, que foram divididos em três seções. A primeira, *O que sabemos sobre as organizações da sociedade civil? Estudos sobre o perfil das OSCs e mecanismos de fortalecimento da transparência no Brasil*, apresenta as principais fontes de informação sobre OSCs no país que, em conjunto com o Mapa das OSCs e o *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* (Lopez, 2018), constituem o panorama mais completo de dados sobre o setor na atualidade. O primeiro

6. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>.

7. Iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), criado em 2018 para debater a produção de dados e informações sobre o campo do ISP e da sociedade civil, que conta com a participação das seguintes entidades e organizações: Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR); Comunitas; Fundação Getulio Vargas (FGV); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Cidadania Empresarial (ICE); Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS); Ipea; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Rede de Filantropia para a Justiça Social; e Wings.

texto, escrito por Clician Oliveira, Denise Freire e Francisco Marta, é dedicado a apresentar as diferenças metodológicas existentes entre as edições do estudo *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil* (FASFIL), do IBGE,⁸ de 2002, 2005 e 2010, indicando os parâmetros adotados na construção de uma das principais referências sobre as OSCs no país. Em seguida, Erika Saez e Graziela Santiago expõem os achados do último *Censo GIFE 2016* sobre a crescente diversidade que tem caracterizado o ISP no período recente.

Além da disponibilização de novos dados sobre o setor, os últimos anos foram pautados pelos esforços de criação e fortalecimento de mecanismos de transparência sobre o perfil e a atuação das OSCs em atividade no país. O desenvolvimento da plataforma Mapa das OSCs, pelo Ipea, constitui parte dessas iniciativas, como demonstrado pelo artigo de Tiago Nascimento, Eric Ferreira, Kleyton Cotta e Vagner Praia. Os autores descrevem os elementos que permitiram a criação e o aperfeiçoamento do Mapa como ferramenta de consolidação de informações provenientes de bases de dados públicas e privadas sobre o setor, assim como os principais mecanismos e funcionalidades de publicização e compartilhamento de informações adotados pela plataforma. Encerrando a seção, o texto de Camila Escudero discute em que medida as OSCs têm se apropriado de ferramentas e recursos de comunicação para definir suas estratégias de divulgação por meio de mídias sociais e *websites*, potencializando a publicização de suas atividades.

A segunda seção, *Trabalho nas OSCs: avanços e desafios*, aborda diferentes dimensões que configuram as relações formais de trabalho no interior das OSCs. O artigo de Graciela Hopstein e Martina Davidson discute os desafios ainda enfrentados pelas mulheres, que, a despeito de representarem a maior parcela da mão de obra empregada pelas OSCs, auferem rendimentos mais baixos e estão concentradas em atividades e temas marcados pela prevalência de estereótipos de gênero como orientadores das competências e vocações entendidas como femininas. Na sequência, Pedro Gomes, Felix Lopez, André Vieira e Ana Camila Pereira abordam os aspectos demográficos, raciais e de escolaridade presentes no mercado de trabalho formal das OSCs, a partir de informações sobre vínculos empregatícios contidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Complementando o panorama sobre o trabalho formal nas OSCs, Laís Lopes e Stella Reicher analisam dados ainda pouco explorados sobre a participação das pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho formal das OSCs, evidenciando como a contratação do público PCD ainda é um desafio no âmbito dessas organizações, dadas as dificuldades de cumprimento da reserva percentual de vagas definida pela Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), inclusive por organizações de maior porte.

A última seção, *Sustentabilidade das OSCs: estratégias e limites*, abrange um rol amplo de questões que têm marcado o debate sobre os principais desafios enfrentados pelo setor, considerando a redução de investimentos públicos e privados direcionados para as OSCs no período recente. O texto de Felix Lopez e Pedro Gomes descreve as principais dificuldades para estimar adequadamente as transferências de recursos públicos executados pelas OSCs, destacando, de um lado, o trabalho pioneiro do Mapa das OSCs na consolidação das informações orçamentárias na esfera federal e, de outro, a importância de incorporar dados sobre as transferências estaduais e municipais para determinar o volume global de recursos públicos acessados pelas OSCs. Em seguida, Andréa Wolffenbüttel assinala pontos de aproximação e distanciamento entre as principais pesquisas sobre doações para OSCs a partir de elementos que caracterizam o comportamento

8. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>>.

de doadores e doadoras no país. O texto de autoria de Anna Peliano e Patricia Loyola traz reflexões sobre o perfil dos investimentos sociais feitos pelas empresas privadas no país e em que sentido esses recursos têm se articulado com as políticas públicas, baseando-se nos últimos dados divulgados pela pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC).⁹ E, finalmente, Diogo de Sant'Ana e Beatriz Coppola discutem como os chamados negócios de impacto têm assumido lugar de destaque como um novo campo de atuação econômica das OSCs.

Os parágrafos anteriores evidenciam a multiplicidade de enfoques adotada nas análises sobre o perfil e a atuação das OSCs sem, evidentemente, esgotar o tema. Dadas as limitações de tamanho e cronograma da publicação, questões da maior relevância não foram contempladas nesta edição, a exemplo das discussões sobre a atuação das OSCs nos canais de participação social, ativismo estatal, associativismo e outras pesquisas e análises produzidas. Apesar dessas lacunas, é possível argumentar que os textos que compuseram a publicação dialogam em dois aspectos centrais: são estudos orientados pelo uso dos dados contidos nos principais diagnósticos e pesquisas disponíveis, além de centrarem o foco da análise nas conexões entre a atuação das OSCs e questões que compõem a agenda atual dos desafios enfrentados.

Como será possível observar ao longo desta publicação, os desafios de fortalecimento das OSCs são inúmeros. Perpassam questões ligadas a como garantir a sustentabilidade econômica dessas organizações diante de cenários de redução dos investimentos públicos e privados, além de abarcarem estratégias ligadas à criação de uma cultura de doação no país e à necessidade de construção de ambiente jurídico favorável em relação a incentivos fiscais. Esses desafios vão além, entretanto, e recaem sobre como construir estratégias de aumento da confiança, transparência e legitimidade das OSCs diante de diversos setores da sociedade ou como avaliar as potencialidades das interações entre Estado e OSCs na execução de políticas públicas. Vale também compreender como as OSCs contribuem para o fortalecimento da democracia e qual papel deveria ser desempenhado por elas e pelo ISP sobre preocupações que compõem a agenda pública do país.

A intenção desta edição especial do BAPI dialoga com esse rol de preocupações e visa fornecer um panorama amplo de questões que permeiam o debate sobre a dinâmica de funcionamento das OSCs para aqueles e aquelas interessados em estabelecer um primeiro contato com o tema, assim como sensibilizar e tornar formuladores e gestores públicos mais atentos ao potencial e aos desafios que compreendem as articulações existentes entre Estado e OSCs. Pretende-se, dessa forma, explicitar a agenda de pesquisa em andamento em torno do tema para pesquisadores e estudiosos potencialmente interessados em discutir as OSCs, em suas diversas dimensões, a partir da multiplicidade de dados e estatísticas disponíveis sobre o setor no país.

Boa leitura!

9. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/o-bisc/>>.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, S. Beyond NGOization? Reflections on Latin America. **Development**, v. 52, n. 2, p. 175-184, June 2009.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- _____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.
- BAIÃO, A.; PECCI, A.; COSTA, C. Parcerias entre Estado e sociedade civil na perspectiva do capital social. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 345-365, 2015.
- BURITY, J. Identidades coletivas em transição e ativação de uma esfera pública não estatal. *In*: LUBAMBO, C.; COELHO, D.; MELO, M. (Org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CALDAS, E. Percepção identitária e construção de legitimidade: as fronteiras simbólicas das ONGs. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.
- _____. (Org.). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, 2004.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. Tradução de Celso Mauro Pacionik. São Paulo: Editora USP, 1997.
- _____. **On democracy**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- DYSMAN, M. A institucionalização das ONGs no Brasil: novos repertórios, dilemas e tensões. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- GOHN, M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.
- _____. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio/ago. 2013.
- HELD, D. **Modelos de democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- _____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IDIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Pesquisa Doação Brasil**. São Paulo: IDIS, 2015.

- KALDOR, M. Civil society and accountability. **Journal of Human Development**, v. 4, n. 1, 2003.
- KOSLINSKI, M. Mecanismos de *accountability* e legitimidade das ONGs: possibilidades e limites. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- KRIEGER, M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-110, jan./fev. 2014.
- LAVALLE, A. G.; BARONE, L. Conselhos, associações e desigualdade. *In*: ARRETCHE, M. **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LAVALLE, A. G.; BUENO, N. A tese da ONG-uização e as mudanças na sociedade civil na América Latina: Cidade do México e São Paulo. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. A construção política das sociedades civis. *In*: LAVALLE, A. G. (Org.). **O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 185-259.
- LIMA NETO, F. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1820).
- LOPEZ, F. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.
- LOPEZ, F.; ABREU, R. **A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1949).
- LOPEZ, F.; BARONE, L. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1896).
- LOPEZ, F. *et al.* A interação entre organizações da sociedade civil e governo federal: colaboração nas políticas públicas e aperfeiçoamentos regulatórios possíveis. *In*: MONASTERIO, L.; NERI, M.; SOARES, S. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015. v. 2.
- MEDEIROS, R. A autonomia revisitada: marcos históricos nos padrões de relacionamento entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, M. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In*: COUTINHO, C. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Editora FURB, 1999.
- PIRES, R.; VAZ, A. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014.

- REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- TEIXEIRA, A. C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- VIOLIN, T. **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 306 p.
- _____. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Raízes Jurídicas**, Curitiba, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **RBCS**, v. 30, n. 88, 2015.
- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015.
- LAVALLE, A. G.; VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011.
- SAEZ, E. S.; SANTIAGO, G.; ZACCHI, J. M. (Org.). **Censo GIFE 2016**. 1. ed. São Paulo: GIFE, 2017. 256 p. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2016>>.

Seção I

O que sabemos sobre as organizações da sociedade civil?
Estudos sobre o perfil das OSCs e mecanismos de
fortalecimento da transparência no Brasil



ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO *AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (FASFIL)*¹

Clician do Couto Oliveira²

Denise Guichard Freire³

Francisco de Souza Marta⁴

1 INTRODUÇÃO

Os estudos FASFIL, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),⁵ disponibilizaram informações sobre as entidades sem fins lucrativos (ENSFIL) no Brasil em quatro edições para 2002, 2005, 2010 e 2016 (IBGE, 2004; 2008; 2012; 2019). Os dados compreendem o número de associações e fundações sem fins lucrativos, sua distribuição geográfica, as áreas de atuação, o número de trabalhadores empregados, sua escolaridade, entre outros.⁶ Este texto tem como objetivo descrever os aspectos metodológicos comuns às quatro edições das FASFIL, indicando os principais elementos de delimitação do universo sob estudo, e pontuar as principais reformulações implementadas ao longo do tempo, tendo como referência o *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (manual sobre as instituições sem fins lucrativos no sistema de contas nacionais, em tradução livre) (UN, 2003).

Além desta introdução, os aspectos metodológicos comuns a todas as edições das FASFIL estão organizados ao longo do texto da seguinte forma: seção 2, referência metodológica; seção 3, unidade de investigação e natureza jurídica; seção 4, âmbito da finalidade de atuação; seção 5, descrição das principais reformulações metodológicas que ocorreram; e, fechando o artigo, seção 6, considerações finais.

2 REFERÊNCIA METODOLÓGICA

As pesquisas sobre as instituições sem fins lucrativos apresentam características multifacetadas. Tal complexidade advém da heterogeneidade do desenvolvimento dessas instituições nos diferentes contextos dos países. De um modo geral, é possível ressaltar três dimensões principais, em especial quando a questão de fundo se refere ao impacto social das organizações do terceiro setor. Uma dimensão é a analítica, do ponto de vista sociológico e econômico, apresentando uma pluralidade de formas conceituais. A segunda é a institucional, com discussões sobre a diversidade dos arcabouços jurídicos dessas instituições e de suas relações nos diferentes contextos históricos. Por último, a dimensão relacionada às metodologias de mensuração e às

1. Os autores agradecem os comentários e sugestões de Marcia Maria Melo QuintsIr. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está isento de qualquer responsabilidade por opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade dos autores.

2. Tecnologista em informações geográficas e estatísticas do IBGE na Coordenação de Cadastro e Classificações da Diretoria de Pesquisas (COCAD/DPE)/IBGE. *E-mail*: <clician.oliveira@ibge.gov.br>.

3. Tecnologista em informações geográficas e estatísticas do IBGE na COCAD/DPE/IBGE. *E-mail*: <denise.freire@ibge.gov.br>.

4. Tecnologista em informações geográficas e estatísticas do IBGE na COCAD/DPE/IBGE. *E-mail*: <francisco.marta@ibge.gov.br>.

5. As três primeiras edições das FASFIL foram desenvolvidas em conjunto com o Ipea, em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

6. Outra importante publicação sobre a rede privada de atendimento socioassistencial no país é a pesquisa *As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil*, também publicada pelo IBGE. O universo é composto por entidades que prestam serviços de assistência social de caráter privado, a saber: as que têm personalidade jurídica equiparada à de empresa privada ou congênera, sem fins lucrativos, prestando atendimento de interesse público. Ressalta-se que o universo dessa pesquisa foi constituído considerando as entidades classificadas no grupo 0.50 – assistência social, na classificação dos objetivos das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (COPNI ampliada) nas FASFIL.

problemáticas relacionadas à elaboração de conceitos operacionais, e à definição de procedimentos de captura e de processamento de informações harmonizados.

O debate em torno dos conceitos operacionais das organizações não governamentais (ONGs)⁷ voltadas para assistência social e defesa de direitos é importante para a produção de estatísticas, cuja qualidade depende da harmonização das metodologias, de forma a garantir a descrição quantitativa adequada e a comparabilidade no tempo e no espaço. Segundo Motta (2010), a história de desenvolvimento desigual dessas entidades na execução de atividades de interesse público e na forma de interação com os órgãos do Estado resulta em um descompasso na tentativa de enquadramento das “entidades públicas não estatais” como mobilizadoras de interesses sociais e entes de colaboração na prestação de parte dos serviços não exclusivos de Estado.⁸

A produção de estatísticas harmonizadas sobre fundações e associações sem fins lucrativos resulta de discussões dos temas de classificação de finalidade, âmbito de atividades e variáveis. No Brasil, com o objetivo de construção de estatísticas comparáveis internacionalmente e de séries históricas, as FASFIL adotam como referência a metodologia proposta no *handbook* (UN, 2003), elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistics Division – UNSD), em conjunto com a Universidade Johns Hopkins. Adotam também a Classification of the Purpose of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI) (UN, 1999).

As recomendações contidas nesses guias respondem ao interesse crescente da sociedade⁹ na compreensão das organizações que, não sendo entidades empresariais, administração pública ou tampouco parte do setor institucional famílias,¹⁰ possuem foco nas questões assistenciais, defesa de direitos e do meio ambiente. São “entidades públicas não estatais, sem fins lucrativos, caracterizadas juridicamente como associações ou fundações [privadas], que atuam como instituições do terceiro setor, com foco na melhoria das condições de vida do ser humano, no incremento da cultura e da ciência ou na preservação do meio ambiente” (Motta, 2010, p. 230). Essas entidades compreendem escolas, hospitais, instituições de assistência social, clubes de recreação e esportes, associações culturais, institutos de pesquisa, organizações religiosas, assistência jurídica na defesa de direitos das mulheres, dos povos tradicionais, do meio ambiente, entre outros.

7. ONGs compreendem uma das possíveis denominações das ENSFIL que constam na literatura. Encontram-se ainda conceitos tais como terceiro setor, organizações da sociedade civil e organizações sociais.

8. Esse descompasso está relacionado com questões institucionais, tais como a evolução do conceito legal de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, a variedade de formas de contratação e de financiamento dessas organizações e os diferentes graus e formas de proximidade entres esses atores (Ciconello, 2004; Motta, 2010; Segatto, 2013). No âmbito da administração pública, esse desarranjo relaciona-se com o grau de clareza na qualificação de pessoa jurídica de interesse social e utilidade pública. Depende, ainda, do nível da transparência no cumprimento, pelas ENSFIL: *i*) de sua finalidade orientada pelo interesse público; *ii*) da eficiência e economicidade na aplicação dos recursos; e *iii*) da efetividade dos serviços prestados.

9. Em particular de cientistas sociais e formuladores de políticas públicas.

10. Conforme conceito no *System of National Accounts: 2008* (UN, 2009, p. 61-64) –, doravante SNA 2008. De acordo com o IBGE (2016, p. 97-98), “para o Sistema de Contas Nacionais, uma família é um grupo de pessoas que vive em um mesmo domicílio e compartilha despesas com alimentos e/ou habitação. Famílias podem ser constituídas por uma ou mais pessoas. Pessoas vivendo em conjunto, em lugares como conventos, presídios ou quartéis, também fazem parte do grupo famílias. A principal fonte de rendimento das famílias é o recebimento de salários e outras remunerações por trabalharem em empresas ou no governo, mas as famílias também têm rendimento de produção própria. Autônomos, empresas não constituídas (sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ) e agricultores (agricultura familiar) são responsáveis por parte da produção própria das famílias. Além de gerarem renda diretamente e receberem por sua participação na produção de empresas e governo, as famílias recebem (e fazem) outras transferências de recursos. Contabilizando a renda recebida e todas essas transferências, é possível calcular a renda disponível das famílias, isto é: a renda que elas têm para consumir e poupar. As transferências feitas e recebidas pelas famílias incluem juros, dividendos, impostos sobre renda e patrimônio, contribuições e benefícios sociais, além de prêmios e indenizações de seguros”.

Segundo Motta (2010), esse tratamento conceitual e metodológico específico para as ENSFIL se justifica pelas características distintas que essas organizações abarcam, legitimando agrupá-las como um setor para atender propostas analíticas diversas. Portanto, o escopo do *handbook* estabelece diretrizes para a caracterização dessas instituições, para permitir dimensionar seu peso na estrutura econômica em geral e suas interações com os demais setores da economia. Nele são propostas as metodologias de classificação (UN, 2003) e de mensuração das instituições sem fins de lucro, que oferecem suporte para o desenvolvimento de uma conta-satélite¹¹ para o setor, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais,¹² garantindo harmonização de conceitos, classificações e variáveis comparáveis internacionalmente.

Em outros países, as discussões sobre essas instituições têm ocorrido dentro do projeto de desenvolvimento da metodologia das contas-satélites do terceiro setor ou da economia social, ainda que organizem suas estatísticas primárias e realizem pesquisas de maneiras diferentes. As bases de dados utilizadas são variadas e podem ser registros administrativos ou pesquisas amostrais ou censitárias, domiciliares ou por empresa. Isso depende da constituição histórica e jurídica dessas entidades em determinados países e da disponibilidade de registros e recursos, conforme mencionado. Ilustrativamente, pode-se citar o caso de Portugal que, na estimativa da conta-satélite da economia social, faz uso extensivo e intensivo de registros administrativos, e mantém um conjunto de “inquéritos” para diferentes formas jurídicas dessas entidades (ONGs de ambiente; associações de socorros mútuos; associações, uniões, federações e confederações patronais; entidades detentoras de corpos de bombeiros; potencial científico e tecnológico nacional) (INE Portugal, 2016). Os Estados Unidos, em particular, não estimam as contas-satélites, porém têm produzido uma série de tabelas contendo informações harmonizadas de acordo com a metodologia proposta no *handbook*.¹³

3 UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Os estudos das FASFIL utilizam o Cadastro Central de Empresas (Cempre)/IBGE como base de dados que contém as informações cadastrais e econômicas de empresas, órgãos da administração pública, ENSFIL e outras organizações, bem como inclui as respectivas unidades locais (ULs), oriundas das pesquisas econômicas por empresa do IBGE e de registros administrativos do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para as FASFIL, são utilizadas somente as informações do Cempre provenientes de registros administrativos, tendo como unidade de investigação a UL que se refere às localidades de atuação das organizações.

Para a realização dos estudos, foi imprescindível a existência do código de natureza jurídica¹⁴ no Cempre, que permitiu a delimitação do universo das ENSFIL, o qual compreende as organizações cujo código de natureza jurídica é iniciado por 3.¹⁵

11. Ver também SNA 2008 (UN, 2009, p. 523).

12. Ver também SNA 2008 (UN, 2009, p. 455-460).

13. Para as experiências europeias, ver Salamon e Sokolowski (2018). Para estudos comparativos de diferentes países, consultar Salamon *et al.* (2012) e o Comparative Nonprofit Sector Project (CNP), disponível em: <<http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector-project/>>.

14. A natureza jurídica identifica a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas. No caso brasileiro, esses critérios correspondem às figuras jurídicas, conforme o art. 44 do novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002): associações (art. 53), fundações (cap. III) e organizações religiosas (Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003). As organizações sociais seguem os termos da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, ou de lei estadual, ou distrital ou municipal.

15. Mais informações sobre a tabela de natureza jurídica disponíveis em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica.html>>.

O âmbito das FASFIL foi delimitado a partir do conjunto das ENSFIL, considerando fundações e associações que se enquadrem, simultaneamente, nos cinco critérios descritos a seguir (UN, 2003, p. 18).

- 1) Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado.
- 2) Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não têm como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins.
- 3) Institucionalizadas, ou seja, legalmente constituídas.
- 4) Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades.
- 5) Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

4 ÂMBITO DA FINALIDADE DE ATUAÇÃO E VARIÁVEIS ANALISADAS

Para todo o universo das ENSFIL é utilizada a classificação das ULs das organizações segundo as respectivas finalidades da atuação, isto é, os objetivos a que servem. Tal categorização tem por base a COPNI ampliada (IBGE, 2019, p. 85-93).¹⁶ Essa classificação usa como referência a COPNI (UN, 1999) publicada pela UNSD, o que possibilita a comparabilidade entre os países, desde que se mantenham as correspondências com os grupos definidos pela classificação.¹⁷ Ajustes que compatibilizem a classificação com as especificidades de cada país e de estudos relacionados são permitidos.

Assim, os procedimentos utilizados para enquadramento das ULs das ENSFIL para recorte desse universo compreendem:

- filtro por natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos com código inicial 3; e
- enquadramento dessas entidades nos códigos da COPNI ampliada por palavra-chave, razão social, nome fantasia, interpretação do código da CNAE¹⁸ e da natureza jurídica da UL. Consultas telefônicas foram realizadas sempre que necessárias.

Sobre o universo das ENSFIL, considerados os cinco critérios detalhados anteriormente, é realizada a última etapa metodológica para a delimitação do âmbito das FASFIL, procedendo-se à exclusão dos seguintes grupos e subgrupos da COPNI ampliada:

- caixas escolares e similares (código 04.5); partidos políticos (07.1); sindicatos, federações e confederações (07.2); condomínios (10.1); cartórios (10.2); “Sistema S” (10.3); entidades de conciliação e arbitragem (10.4); comissões de conciliação prévia (10.5);
- conselhos, fundos e consórcios municipais (10.6) que não atendem ao critério de “privadas”. Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público; e

16. A COPNI ampliada adotada no estudo das FASFIL é mais ampla do que a original por incluir, além das instituições privadas sem fins lucrativos servindo as famílias (para uso do Sistema de Contas Nacionais), o conjunto das ENSFIL, conforme definição da tabela de natureza jurídica em vigor.

17. Atividade econômica *versus* finalidade de atuação: empresas e outras organizações e suas respectivas ULs que compõem o Cempre estão classificadas segundo a principal atividade econômica, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), que é definida segundo o conceito de produção econômica do Sistema de Contas Nacionais e serve para a classificação de todos os tipos de unidades engajadas na produção de bens e serviços, independentemente de estruturas legais, institucionais ou organizacionais. A CNAE não tem por prioridade a identificação de bens, serviços ou de finalidades específicas desenvolvidas pelas unidades classificadas por esse instrumento. Por essa razão, para a identificação e organização das informações nas FASFIL, usa-se a COPNI ampliada, cujo propósito específico é indicar a finalidade de atuação das instituições sem fins de lucro.

18. O *handbook* propõe relacionar as diferentes classificações com a COPNI. Sobre uma proposta de correspondência entre a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities (ISIC) e a COPNI, ver UN (2003, p. 36-38). Sobre a CNAE, ver nota de rodapé 24.

- cemitérios e funerárias (10.7), que podem assumir a forma de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, com ou sem fins lucrativos, com base em regulamentação municipal. Assim, não atendem aos critérios de organização privada, sem fins lucrativos e voluntária.

As principais variáveis disponibilizadas pela publicação são: pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações; e número de ULs. Essas variáveis são desagregadas segundo a COPNI, o sexo e o nível de escolaridade. O número de ULs também é apresentado segundo faixas de pessoal ocupado assalariado, como indicador de porte, e segundo faixas de ano de fundação das entidades. As variáveis derivadas são pessoal assalariado médio¹⁹ e salário médio mensal, em salários mínimos e em reais. No âmbito geográfico, há tabulações correspondentes a Grandes Regiões, Unidades da Federação (UFs) e municípios.

5 REFORMULAÇÕES METODOLÓGICAS

Conforme mencionado, esta seção trata das reformulações metodológicas mais significativas em diferentes publicações das FASFIL. Tais atualizações dos métodos ocorreram em decorrência de:

- alteração do método de determinação das unidades ativas no Cempre;
- adoção da versão 2.0 da CNAE; e
- refinamentos nas regras que definem os grupos de finalidade da COPNI, particularmente as relacionadas à interpretação do código CNAE, da semântica da razão social e do nome fantasia, e do código de natureza jurídica.

Os dois primeiros itens tratam de atualizações metodológicas ocorridas no estudo sobre as FASFIL de 2010 em relação à publicação de 2005. O último item compreende um procedimento de melhoria contínua que tem ocorrido a cada nova edição da publicação.²⁰

5.1 ULs ativas no Cempre

Nos estudos de 2002 e 2005, consideravam-se como unidades ativas todas as entidades jurídicas que compunham o Cempre, respondentes da RAIS, inclusive a RAIS negativa, com exceção das organizações com situações cadastrais classificadas como canceladas ou extintas. A partir de 2006, o Cempre incorporou novas regras para a identificação de ULs ativas. Dessa forma, a nova definição de condição de atividade das entidades passou a considerar, além das situações cadastrais das fontes de atualização no ano de referência – como o preenchimento da RAIS –,²¹ também o indicador de condição de atividade da RAIS e o número de pessoas assalariadas das entidades. As ULs passaram, então, a ser consideradas ativas, conforme os critérios a seguir:

19. Número médio de pessoas ocupadas, calculado a partir de informações provenientes da RAIS Empregado, que contém informações das datas de admissão e desligamento por vínculo empregatício. Quando a pessoa assalariada trabalhou durante todos os dias do ano na unidade, atribui-se peso 1; caso contrário, determina-se um peso proporcional ao número de dias trabalhados no ano. Para cada dia trabalhado, cada pessoa recebeu um peso equivalente a $\frac{1}{12}$, o que representa um peso de $\frac{1}{365}$ ao mês. Assim, se a pessoa trabalhou por seis meses, por exemplo, seu peso foi de 0,5. Para calcular o pessoal ocupado assalariado médio de uma UL ao longo do ano, considera-se, portanto, o somatório dos pesos relacionados a todos os vínculos empregatícios existentes naquela unidade durante o ano (IBGE, 2019).

20. A publicação sobre as FASFIL de 2005 disponibilizou estatísticas para 1996, 2002 e 2005; a de 2010 publicou informações para 2006, 2008 e 2010; e, por último, a de 2016 traz informações para 2010, 2013 e 2016.

21. Para conhecer o critério adotado nas publicações sobre as FASFIL de 2002 e 2005 (IBGE, 2004; 2008) na seleção de unidades ativas e o impacto da adoção do novo critério denominado "condição de atividade", consultar o tópico *Notas técnicas* da publicação *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2007* (IBGE, 2009).

- provenientes da RAIS que tinham cinco ou mais pessoas ocupadas assalariadas em 31 de dezembro do ano de referência, independentemente da situação cadastral da empresa no Cempre ou de qualquer outra informação.
- com zero a quatro pessoas ocupadas assalariadas, que se declararam em atividade na RAIS no ano de referência e sem informação nas pesquisas econômicas anuais do IBGE; e
- com informação econômica nas pesquisas econômicas anuais do IBGE, independentemente da situação cadastral e da condição de atividade informada na RAIS.

Essa alteração nos critérios de seleção provocou uma redução de 24,8% no total de entidades ativas do Cempre com ano de referência 2006. A redução no total de unidades ativas se deve à exclusão das unidades que preencheram a RAIS com indicativo de inatividade, pois se declararam como não exercendo atividade econômica no ano de referência. Ressalta-se que essa redução impacta também o universo das FASFIL. Tal concepção de unidade ativa foi incorporada à publicação de 2010, que divulgou informações para 2006, 2008 e 2010.

5.2 Classificação de atividades econômicas

As entidades e suas respectivas ULs que compõem o Cempre estão classificadas segundo a principal atividade econômica desenvolvida, de acordo com a CNAE, oficialmente utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional brasileiro. Quando ocorreu a elaboração das edições das FASFIL de 2002 e 2005, o Cempre era alimentado com informações classificadas de acordo com a CNAE 1.0.

Em 2006, houve uma atualização da classificação de atividades econômicas, passando a vigorar a CNAE 2.0.²² A adoção dessa versão assegurou comparabilidade internacional, assim como dotou o país de uma classificação mais detalhada e consistente com as mudanças no sistema produtivo.²³ Essa atualização exigiu a redefinição das regras de atribuição da COPNI, uma vez que é utilizado um algoritmo que engloba, entre outros atributos, o código CNAE das ENSFIL.²⁴

O Cempre recebeu atualização da RAIS 2006 com a CNAE 2.0 e manteve a classificação anterior, CNAE 1.0, para aquelas organizações previamente existentes. Para as novas organizações, foi aplicado um tradutor da CNAE 2.0 para a 1.0. Assim, foi possível gerar, para o ano de referência 2006, dois arquivos com as distintas metodologias do estudo das FASFIL: um com a antiga metodologia e outro com a nova, considerando também em cada um os diferentes critérios de unidades ativas. Foi possível, portanto, comparar as duas metodologias desse estudo no ano de referência 2006. A comparação foi divulgada com a edição das FASFIL de 2010, que utilizou o novo critério de atividade e a CNAE 2.0.

22. A nova versão da CNAE 2.0 é fruto de um amplo processo de revisão baseado nas mudanças introduzidas na versão 4 da ISIC, tendo sua aprovação divulgada no *Diário Oficial da União*, de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) nº 1, de 5 de setembro de 2006.

23. As regras da CNAE, nas versões 1.0 e 2.0, bem como sua interpretação e estrutura de códigos, estão disponíveis em: <<https://concla.ibge.gov.br/>>.

24. Em alguns casos, o código da CNAE permite a atribuição direta do código COPNI às ENSFIL. Por exemplo, a classe CNAE 85.20-1, que compreende as atividades de ensino médio, pode ser diretamente relacionada ao subgrupo COPNI 04.3 denominado "ensino médio". Os códigos CNAE 87.11-5 (atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares), 87.20-4 (atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química) e 87.30-1 (atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares) podem ser relacionados ao subgrupo COPNI 05.0, assistência social. Outro exemplo é o código 69.12-5, serviços de cartório, que pode ser associado ao código COPNI 10.2, cartórios; ou ainda a CNAE 94.92-8 ao COPNI 07.1, partidos políticos. Sobre diferenças conceituais entre a COPNI e a CNAE, ver nota de rodapé 17.

5.3 Regras que definem os grupos de finalidade da COPNI

O algoritmo de classificação das ENSFIL nos grupos e subgrupos propostos na COPNI ampliada compreendeu os seguintes passos:

- alocação das entidades a partir de palavras-chave, razão social, nome fantasia e/ou consultas telefônicas, principalmente por meio do sistema Computer Assisted Telephone Interview (CATI);
- alocação do saldo das entidades que não puderam ser classificadas por esse procedimento pelo código da CNAE 2.0 reportado pela RAIS; e
- leitura dos subgrupos, sendo corrigidos erros de classificação por meio da melhor adequação dos filtros ou palavras-chave aplicados na primeira etapa.

No trabalho de revisão do algoritmo de atribuição de código da COPNI, mencionado anteriormente, apresentado no estudo das FASFIL de 2010, aproveitou-se, também, para refinar e aprimorar ainda mais as regras de semântica nos nomes das entidades e suas ULs. Avançou-se, portanto, para além da melhoria correspondente ao detalhamento da classificação CNAE.²⁵

A melhoria contínua e os refinamentos dos critérios que definem os grupos de finalidade da COPNI buscam sempre incorporar os maiores detalhamentos e alterações das variáveis disponíveis, como natureza jurídica e a semântica da razão social e do nome fantasia.

Para publicação da edição das FASFIL de 2016 (IBGE, 2019), realizou-se novo ciclo de melhorias das regras de atribuição da COPNI. Introduziu-se maior relevância à CNAE, para as ULs que estejam classificadas em atividades econômicas diretamente compatíveis com o código da COPNI, bem como à natureza jurídica *vis-à-vis* e à semântica da razão social e do nome fantasia. Ressalta-se ainda que a atualização das rotinas da COPNI incorporou as redefinições nas tabelas de natureza jurídica em 2014 e 2016. Essas mudanças compreenderam criação, extinção e alteração de denominações, gerando nova redação para as notas explicativas das naturezas jurídicas.²⁶

Destacam-se ainda os seguintes aspectos dessa edição de 2016:

- a ampliação do campo razão social, de 55 para 100 caracteres no Cempre, possibilitando refinar a busca por palavras-chave;
- a atualização do campo razão social, que passou a tomar por base a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal (DIPJ), ano-base 2014, no Cempre; e
- as críticas sobre a CNAE e a natureza jurídica mais abrangente. Cerca de 120 mil ULs de ENSFIL foram tratadas nos três anos – 2010, 2013 e 2016 – disponibilizados na publicação das FASFIL (IBGE, 2019).

No que diz respeito a essa crítica mais ampliada das ENSFIL, destacam-se principalmente: *i)* o mapeamento das entidades pertencentes ao Sistema S; *ii)* os cruzamentos de naturezas jurídicas específicas com a CNAE, nos casos de cartórios, condomínios, igrejas, partidos políticos, sindicatos, entre outros; e *iii)* a realização de críticas de consistências nas estatísticas agregadas por grupos e subgrupos da COPNI (educação, saúde, assistência social, caixas escolares, cemitérios, associações patronais, associações profissionais, cultura e recreação, meio ambiente, mediação e arbitragem, comissão de conciliação, entre outras).

25. O estudo de impacto dessa revisão está disponível na nota técnica do estudo das FASFIL de 2010 (IBGE, 2012).

26. Essas alterações constam na Resolução CONCLA nº 2, de 23 de dezembro de 2013, e na Resolução CONCLA nº 1, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/concla/resolucoes-atas.html>>.

Além desses procedimentos, quanto à compatibilização dos dados das bases FASFIL de 2010 e 2013, para torná-las comparáveis com a de 2016, pautou-se nestes dois principais critérios: *i*) a fixação dos códigos da COPNI de 2016 para as ULs comuns aos três anos; e *ii*) a adoção dos mesmos procedimentos utilizados para classificar as entidades em 2016 para as demais ULs. O impacto dessa revisão está disponível na nota técnica do estudo das FASFIL de 2016 (IBGE, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de constituir instituições sem fins de lucro como um setor econômico distinto deve-se ao reconhecimento crescente da importância dessas entidades em relação à oferta de serviços de interesse social e público. Essas organizações são diferentes do setor empresarial porque não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores, e são autoadministradas. Ao mesmo tempo, são institucionalmente separadas do Estado, caracterizadas juridicamente como associações ou fundações, de caráter privado, que atuam com foco em questões assistenciais, de defesa de direitos e meio ambiente. Como resultado, as instituições sem fins de lucro oferecem especial contribuição para a solução de problemas públicos, dando vida à experiência democrática e efetivamente melhorando a vida das pessoas. Porém, há enorme desafio na quantificação desse impacto na sociedade por conta da heterogeneidade do desenvolvimento dessas instituições nos diversos contextos sociais, culturais e econômicos nas dimensões temporais e geográficas.

Desde a primeira edição, o estudo sobre as FASFIL constitui referência de dados e análises para o conhecimento da sociedade civil organizada no Brasil. O estudo tem como referência metodológica o *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (UN, 2003), amplamente utilizado por diversos países – e ainda que organizem e realizem suas estatísticas e pesquisas de maneiras diferentes, o essencial é que os conceitos operacionais elaborados tenham como referência os critérios e as variáveis definidos no *handbook* e utilizem a COPNI, em particular.

No caso do Brasil, as FASFIL publicam um agrupamento das organizações por áreas de atuação e informam sobre seus empregados, revelando como estão distribuídas no território brasileiro e qual sua regularidade. Esse conjunto de informações contribui para entender a dinâmica de uma parcela da organização da sociedade civil na história recente que teve, na Constituição Federal de 1988, um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados.

As diferentes publicações das FASFIL mantêm em comum a referência metodológica e conceitual do *handbook* e da COPNI no estabelecimento dos critérios para identificação das instituições sem fins de lucro e definição de âmbito. A base de dados do Cempre e a unidade de observação também são as mesmas. As principais adequações estiveram relacionadas à alteração de unidade ativa, à implementação da CNAE 2.0 e à melhoria dos procedimentos de atribuição de código da COPNI, devidamente detalhados nas notas metodológicas das publicações e disponíveis no site do IBGE.

REFERÊNCIAS

CICONELLO, A. O conceito legal de público no chamado “terceiro setor”. In: SZAZI, E. **Terceiro setor: temas polêmicos**. São Paulo: Peirópolis, 2004. v. 1. Disponível em: <http://www.abong.org.br/novosite/download/conceito_legal.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2002. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 4). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5428.pdf>>.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 8). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv39549.pdf>>.

_____. **Estatísticas do cadastro central de empresas**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 182 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36029.pdf>>.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 20). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv39549.pdf>>.

_____. **Sistema de contas nacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Relatórios metodológicos). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98142.pdf>>.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 32). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>>.

INE PORTUGAL – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. Conta satélite da economia social 2013. **Destaque**: Informação à Comunicação Social, 20 dez. 2016. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=278817467&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt>.

MOTTA, A. M. A utilização de recursos públicos pelas organizações não governamentais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 186, p. 205-244, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198683/000888829.pdf?sequence=1>>.

SALAMON, L. M. *et al.* **The state of global civil society and volunteering**: latest findings from the implementation of the UN Nonprofit Handbook. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 2012. 18 p. (Working Paper, n. 49).

SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, W. The size and composition of the European third sector. *In*: ENJOLRAS, B. *et al.* **The third sector as a renewable resource for Europe**: concepts, impacts, challenges and opportunities. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018. p. 49-94.

SEGATTO, C. I. O espaço das organizações da sociedade civil de defesa de direitos na relação governo-sociedade no Brasil. *In*: MENDONÇA, P. M. E.; ALVES, M. A.; NOGUEIRA, F. do A. (Org.). **Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil**. São Paulo: Editora FGV, 2013. p. 144-165. Disponível em: <https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/livro_articulacaod3.pdf>.

UN – UNITED NATIONS. United Nations Statistics Division. **Classification of the purposes of non-profit institutions serving households (COPNI)**. New York: UN, 1999. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/iiss/Classification-of-the-Purposes-of-Non-Profit-Institutions-Serving-Households-COPNI.ashx>>.

_____. United Nations Statistics Division. **Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts**. New York: UN, 2003. 327 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf>.

_____. **System of national accounts: 2008**. New York: UN, 2009. 662 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37077.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv89805.pdf>>.

_____. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil: unidades de prestação de serviços socioassistenciais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94686.pdf>>.

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: UM CAMPO CADA VEZ MAIS DIVERSO

Erika Sanchez Saez¹

Graziela Santiago Belo da Silva²

1 INTRODUÇÃO

Aprofundar o conhecimento sobre o investimento social privado (ISP) ganha relevância tanto diante do importante papel desse setor na promoção das agendas públicas do país quanto por sua relação com o campo das organizações da sociedade civil (OSCs).

Envolvendo, segundo definição do GIFE,³ o “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público”, o ISP abrange “ações sociais desenvolvidas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos”.⁴ Os investidores sociais contribuem para o impulsionamento de transformações sociais no país por meio do desenvolvimento de projetos próprios e pelo apoio, institucional ou via projetos, a OSCs, constituindo-se, assim, em importantes atores na promoção e na sustentabilidade dessas organizações.

Estudos sobre o campo do ISP têm sido desenvolvidos desde a década de 1990 por organizações promotoras do setor, a exemplo do censo do GIFE⁵ e do Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), da Comunitas.⁶ Ainda assim, trata-se de um campo com grande potencial a ser explorado e até o momento não amplamente difundido.

É, então, nesse contexto que este artigo busca descrever as principais características e traçar um perfil do ISP brasileiro explorando aspectos relacionados à diversidade. Leituras sobre o ISP podem ser produzidas a partir de diversas perspectivas, mas, certamente, a diversidade do campo e a análise de como o ISP se relaciona com esse tema de forma ampla se constituem num olhar fundamental para melhor compreender esse setor. Isso tanto pela importância de estimular e promover um campo diverso quanto por considerar o papel que a valorização da diversidade possui no trabalho desenvolvido pelos investidores sociais. Para que se alcance a transformação social que o setor do ISP deseja promover, o foco nessa questão se faz necessário.

1. Gerente de programas no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

2. Coordenadora de conhecimento no GIFE.

3. Organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial, familiar ou independente que investem em projetos de interesse público. Foi criado em 1989 como um grupo de troca e colaboração e institucionalizado em 1995. É, hoje, referência no campo da filantropia e do ISP no Brasil. Disponível em: <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>.

4. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>.

5. O censo do GIFE é uma pesquisa autodeclaratória e voluntária, respondida pelos associados do grupo por meio de um questionário *online* a cada dois anos. Abrange, assim, os diversos perfis de investidores sociais. Trata-se de uma pesquisa ao mesmo tempo quantitativa e reflexiva, que aborda desde a estrutura dos investidores sociais até estratégias de atuação e o panorama dos projetos e programas. Disponível em: <<https://gife.org.br/censo-gife/>>.

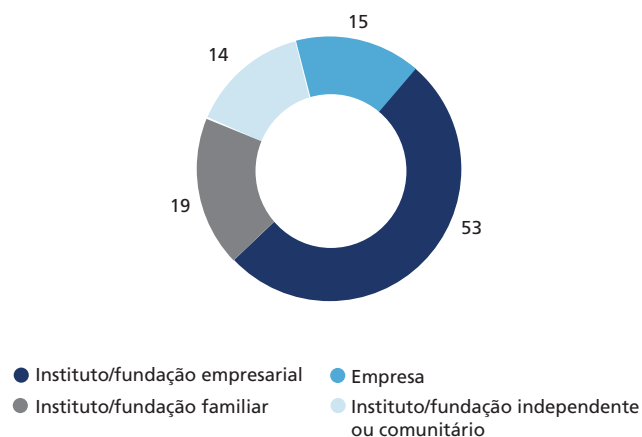
6. A pesquisa BISC, realizada anualmente pela Comunitas, busca traçar parâmetros e comparações sobre o perfil do ISP corporativo no Brasil, acompanhando a evolução dos compromissos sociais das empresas participantes. Ela busca dimensionar os recursos aplicados pelas empresas em projetos e atividades de interesse social. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/o-bisc/>>.

Os dados do *Censo GIFE 2016* (Saez, Santiago e Zachi, 2017)⁷ são o ponto de partida para desenvolver essa abordagem e trazem, em si, um convite a analisar infinitos recortes por meio de inúmeras perspectivas: *i*) pluralidade em termos de tamanho – metade dos respondentes investiu, em 2016, até R\$ 6 milhões e a outra metade mais de R\$ 6 milhões, com ampla variação entre as duas faixas, indo de R\$ 1 a mais de R\$ 500 milhões; *ii*) múltiplos formatos de atuação – caráter mais executor de projetos próprios ou mais doador para projetos de terceiros; e *iii*) variedade temática – o ISP atua em graus distintos, em uma ampla variedade de temas, adotando diferentes abordagens e estratégias. Em cada uma delas, um universo se abre.

2 DIVERSIDADE DO ISP: PERFIS E TEMAS

Um primeiro recorte para analisar a diversidade do campo diz respeito ao perfil de investidor social, uma classificação adotada pelo GIFE que está relacionada com a origem da organização, sua governança e suas fontes de recursos, conforme se observa no gráfico 1.

GRÁFICO 1
Respondentes do censo do GIFE por perfil de investidor social
(Em %)



Fonte: GIFE, 2017.

Os institutos e fundações empresariais são aqueles criados e mantidos por uma empresa ou por seus acionistas e geridos por pessoas ligadas à empresa que os sustenta. Os familiares, por sua vez, são criados e mantidos por uma família ou por um indivíduo e geridos de forma independente das empresas da família, ainda que possam estabelecer relações com elas. Os independentes são, geralmente, suportados por mais de uma organização ou por indivíduos de origens variadas e se caracterizam, principalmente, por ter uma gestão independente de seus mantenedores.

Para compreender melhor esses perfis, é importante, ainda, comparar algumas características básicas. Em termos de volume de investimento, ao contrário da percepção mais generalizada, há investidores sociais grandes e pequenos entre todos os tipos, e as medianas de investimento são similares, sendo que as empresas têm as menores (R\$ 4 milhões) e os institutos e as fundações empresariais, as maiores (R\$ 7,1 milhões). Os familiares possuem mediana de R\$ 5,1 milhões e os independentes, de R\$ 4,3 milhões.

7. Saez, E. S.; Santiago, G.; Zacchi, J. M. (Org.). *Censo GIFE 2016*. 1. ed. São Paulo: GIFE, 2017. 256 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2LYsq9u>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

As empresas são, ainda, as menores em relação a outro dado relacionado a porte: o número de colaboradores. Elas possuem uma mediana de três colaboradores remunerados para a execução do ISP. Os institutos e as fundações independentes são os que têm maiores medianas (17), seguidos dos familiares (15) e dos empresariais (10).⁸ Chama a atenção o fato de que os institutos e as fundações empresariais têm a maior mediana de orçamento, mas a segunda menor de número de funcionários.

Aproximações e diferenças entre os perfis de investidores sociais perpassam os mais diversos aspectos da atuação e da estrutura desses atores. Uma das semelhanças que mais se destacam no investimento social é a quase unanimidade na priorização temática: 84% das organizações afirmam investir em educação. Certamente, essa preponderância está relacionada ao fato de que a educação universal e de qualidade ainda é um desafio que o Brasil precisa superar. No entanto, aí pode residir uma grande oportunidade de inclusão da diversidade no ISP brasileiro, além da possibilidade de olhar para outros temas de alta relevância na agenda pública que recebem menor atenção do setor.

Quando perguntados, por exemplo, sobre o olhar para as diferenças de gênero e de raça em seus programas, apenas 2% dos investidores consideram as raciais⁹ e 4% deles levam em conta as de gênero nos seus projetos.

A baixa presença de negros e mulheres nos conselhos das organizações de ISP também é uma importante lacuna: 49% dos institutos e fundações¹⁰ têm 75% ou mais de conselheiros homens, e 21% possuem somente conselheiros homens. Dos 873 conselheiros dos respondentes do *Censo GIFE 2016*, apenas 24% são mulheres, dado que contrasta com o fato de 48% dos colaboradores serem mulheres.

Já em relação à cor/raça, os dados nos revelam uma representatividade ainda menor: 71% dos institutos e fundações possuem apenas conselheiros brancos. Sobre a presença de não brancos, 16% das organizações possuem conselheiros pardos, sendo que somente 3% têm conselheiros negros e 2%, indígenas.

Criar soluções e formatos inovadores para incluir a perspectiva das desigualdades de gênero e raça nos programas, projetos e soluções sociais pode ser uma grande contribuição do ISP para o país.

Outra oportunidade é a ampliação do leque temático do ISP, uma vez que existem diversos escopos nos quais sua atuação é bastante reduzida, como a defesa de direitos.¹¹ Vale destacar que, apesar de a defesa de direitos aparecer em nono lugar entre as doze áreas pesquisadas, ela é uma das que mais têm crescido no censo do GIFE nos últimos anos – em 2009, 29% dos investidores sociais respondentes disseram atuar nessa área, ante 43% em 2016. A representatividade de outras áreas pode ser visualizada no gráfico 2.

Por mais que essas características perpassem, de forma geral, todos os tipos de investidores sociais, há algumas diferenças interessantes entres eles, que podem apontar caminhos possíveis para a ampliação da diversidade. Com exceção dos institutos e fundações independentes, as duas principais áreas de atuação de todos os perfis de investidores sociais são educação e formação de jovens. A partir daí, no entanto, distinções importantes começam a surgir.

8. Para esses cálculos, não foram incluídos os colaboradores voluntários, somente os remunerados – próprios dos institutos e das fundações cedidos pela empresa mantenedora.

9. Inclui negros, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

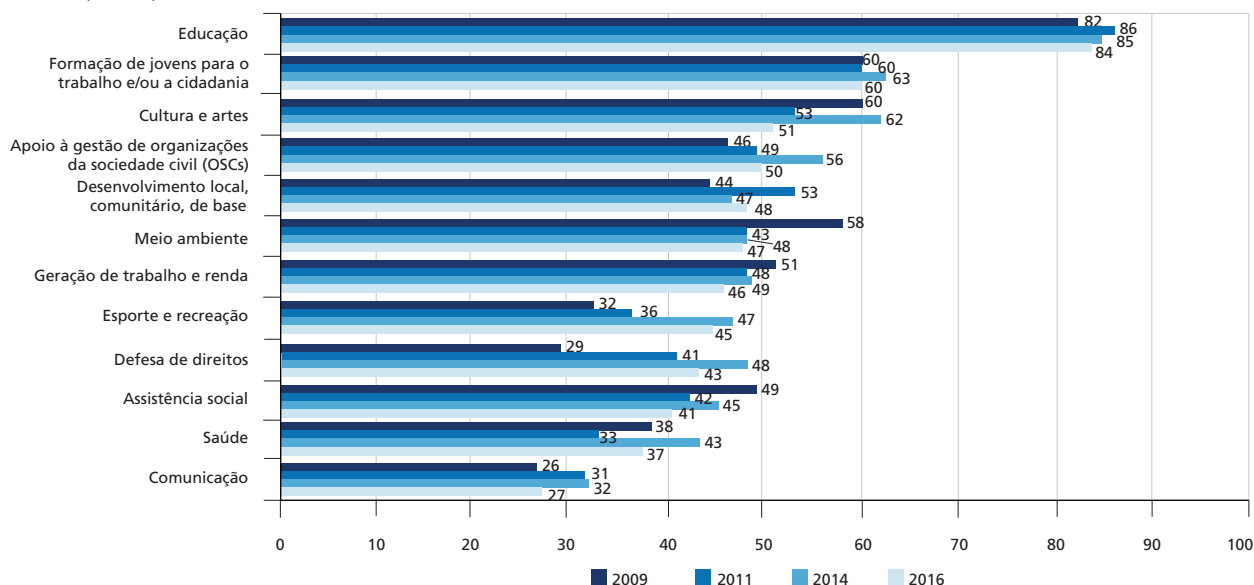
10. Os dados do *Censo GIFE 2016* sobre conselhos referem-se somente a institutos e fundações, e não foram verificados para empresas.

11. No âmbito do censo do GIFE, a área de defesa de direitos envolve a proteção e a promoção dos direitos humanos, caracterizando-se por ações que se utilizam de estratégias de defesa desses direitos – não apenas contribuindo para a sua realização, mas empoderando pessoas e/ou grupos para demandá-los, especialmente para os mais excluídos.

GRÁFICO 2

Respondentes do censo do GIFE por áreas de atuação (2009-2016)

(Em %)



Fonte: GIFE, 2017.

Para as empresas, que atuam em média em sete áreas, a terceira principal é geração de trabalho e renda, seguida de cultura e artes, meio ambiente, esporte e recreação e saúde, todas com porcentagens significativas. Os institutos e fundações empresariais, por sua vez, atuam em uma menor quantidade de áreas (seis em média), e sua terceira principal é cultura e artes, seguida de esporte e recreação. Os familiares são os que atuam, em média, em menos áreas – cinco – e têm como a terceira principal o apoio a OSCs, seguida de desenvolvimento local, cultura e artes e defesa de direitos. Já os independentes atuam em seis áreas e têm meio ambiente, defesa de direitos e apoio a OSCs como as três principais.

Essa análise parece indicar uma maior propensão dos institutos e fundações familiares e, principalmente, independentes para atuar com temas “menos tradicionais” do ISP e aponta no sentido de diversificação. Reforça-se, assim, a importância da complementaridade entre os diferentes perfis para a expansão da agenda temática de atuação do investimento social e para o desenvolvimento de um campo fortalecido, com mais atores e mais recursos.

3 DIVERSIDADE NAS PARCERIAS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

OSCs e órgãos da administração pública são os principais parceiros dos investidores de todos os perfis, citados por, respectivamente, 72% e 71% das organizações.

A tendência de considerar políticas públicas na atuação é, também, comum a todos – apenas 14% não o fazem. No entanto, as estratégias são muito variadas e mostram algumas diferenças interessantes entre os diversos tipos de investidores. De forma geral, as empresas e os institutos e fundações empresariais adotam uma quantidade menor de estratégias de alinhamento com as políticas públicas (3,4 e 4,8 em média, respectivamente, como apresentado na tabela 1) do que os familiares (5,1) e, principalmente, do que os independentes (5,4). Há diferenças, também, nos tipos de estratégias que se destacam para cada perfil de investidor.

TABELA 1
Quantidade de estratégias de alinhamento com as políticas públicas adotadas por perfil de investidor social

Perfil de investidor social	Quantidade de estratégias adotadas pelos respondentes, em média
Empresas	3,4
Institutos e fundações empresariais	4,8
Institutos e fundações familiares	5,1
Institutos e fundações independentes	5,4

Fonte: GIFE, 2017.

Embora 23% dos respondentes afirmem realizar diretamente ações de *advocacy* para influenciar políticas públicas, nenhuma das empresas o faz, em contraponto a 45% das organizações familiares. Com relação a atividades de controle social, 15% do total as realiza, mas o número cai para 7% entre os institutos e fundações empresariais.

Os dados parecem indicar que os investidores sociais mais ligados às empresas tendem a se enxergar menos no papel de abordar questões sociais na sua relação com o governo, no sentido de influenciá-las, avaliá-las ou controlá-las de alguma forma. Para as empresas e os institutos e fundações empresariais, parecem ter mais destaque ações como o desenvolvimento de metodologias e tecnologias que podem ser incorporadas por políticas públicas (29% daquelas e 46% destes adotam essa estratégia) e ações de formação/capacitação de gestores ou servidores (35% das empresas e 44% dos institutos e fundações empresariais).

Essas diferenças compõem uma possibilidade muito interessante de trabalho no que se refere à atuação do ISP junto às políticas públicas, já que cada grupo de atores parece mais propenso a ocupar um papel, sendo todos complementares entre si. Essa percepção é, ainda, corroborada pela diferença substancial que existe entre os perfis de investidores em conselhos ou em outros órgãos colegiados de participação social. Respectivamente 18% e 30% das empresas e institutos e fundações empresariais participam dessas instâncias, enquanto 41% dos familiares e 50% dos independentes dizem colaborar nesses espaços.

Sendo as OSCs o parceiro mais citado entre os investidores, é interessante ver um pouco mais de perto como se dá essa relação.

Uma das maneiras pelas quais o *Censo GIFE 2016* busca se aproximar dessa análise é por meio da classificação dos investidores em três categorias: *i*) predominantemente doadores; *ii*) predominantemente executores; e *iii*) híbridos (fazem ambas as coisas em proporções representativas). Na figura 1, é possível observar essas categorias por tipo de investidor.

Essa classificação pode ter uma relação direta com o tamanho da equipe dos investidores: as empresas, com maior representatividade entre os predominantemente doadores, possuem as menores equipes. De fato, a mediana do número de colaboradores¹² dos predominantemente doadores é 5, enquanto a dos predominantemente executores é 16 e a dos híbridos, 13.

Há diferenças também nas formas como os tipos de investidores apoiam as OSCs. Entre aqueles que não realizam apoio institucional a elas – ou seja, sem vinculação a um projeto específico – estão 80% dos institutos e fundações empresariais e 73% dos familiares. Apoiam projetos de OSCs 76% das empresas, por meio de doação/patrocínio pontual e eventual, ante 31% dos institutos e fundações independentes.

12. Incluindo aqui também os voluntários.

FIGURA 1
Respondentes do censo do GIFE por forma de atuação
(Em %)

Predominantemente doam para outras organizações e seus programas

27% das empresas são predominantemente doadoras



Predominantemente executam seus próprios programas

49% dos institutos e fundações empresariais são predominantemente executores



Doam e executam

47% das empresas são híbridas – doam e executam



● Institutos e fundações empresariais ● Institutos e fundações independentes
● Institutos e fundações familiares ● Empresas

Fonte: GIFE, 2017.

As motivações para apoiar OSCs também oferecem pistas importantes sobre cada perfil – 82% das empresas o fazem porque elas têm legitimidade para atuar com seus temas ou grupos sociais de interesse. Em contrapartida, nenhuma das empresas respondentes afirmou apoiar OSCs porque são organizações que defendem causas ou grupos sociais que outros atores não estão dispostos a apoiar. Além disso, 41% apoiam por acreditar que é parte da finalidade do ISP contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade dessas organizações, percentual que só é superado pelos institutos e fundações independentes (50%). Pode-se supor, assim, que as empresas reconhecem a importância de dar suporte às OSCs, apesar de não estarem dispostas a se conectar com causas que não estejam alinhadas à sua estratégia, muitas vezes vinculadas a estratégias, objetivos, análises de risco etc. do próprio negócio.

Entre os institutos e fundações empresariais, destaca-se a porcentagem que apoia as OSCs porque é parte da estratégia alicerçar organizações que influenciam políticas públicas ou realizam controle social (23%), maior porcentagem entre todos os tipos de investidores sociais. Esse dado pode indicar que tal perfil de investidor social, apesar de não ter muito foco na realização direta de controle social, enxerga na parceria com as OSCs uma oportunidade para desenvolver esse tipo de atuação. Vale destacar, ainda, que o mais alto percentual dos institutos e fundações empresariais está relacionado à necessidade de se ter OSCs para operacionalizar e implementar os projetos (44%).

A partir dos dados anteriores e considerando a relevância em número e volume de investimento de institutos e fundações empresariais, percebe-se no ISP uma concentração maior na execução de projetos próprios, fato que se comprova quando observamos a distribuição do volume total de recursos: 60% são destinados a projetos próprios, 21% a projetos de terceiros e 19% a custos administrativos. Nesse contexto, fica clara a importância de fomentar e fortalecer cada perfil de investidor, considerando suas características, potenciais e limitações, para que haja cada vez mais espaço para a diversificação das formas de atuação do ISP e a ampliação do apoio a OSCs, com foco em gerar impactos de outra ordem – impactos esses conectados com o fortalecimento do tecido social do país, da participação cidadã e da construção democrática, para os quais uma sociedade civil fortalecida é essencial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os dados analisados tenham limitações – como o restrito número de respondentes, centrado nos associados do GIFE – e que não haja ainda no Brasil uma fonte ou pesquisa que nos indique o universo de investidores sociais brasileiros, as informações disponíveis nos permitem identificar significativas tendências e oportunidades e nos apresentam uma visão panorâmica sobre o campo, com dados representativos e de qualidade. Ao mesmo tempo, a partir desta análise, fica claro que existe uma oportunidade para que o tema da diversidade no ISP seja mais amplamente incorporado pelos atores envolvidos na promoção desse setor e pela academia. Os dados disponíveis nos apontam caminhos de análise a respeito do tema, mas são ainda iniciais e exploratórios. Há espaço para o aprofundamento sobre o entendimento de como os investidores sociais compreendem a diversidade e seu papel e importância para o alcance dos objetivos.

Ainda assim, a interpretação dos dados existentes nos indica que não há somente uma grande diversidade nos formatos, nas estratégias e na estrutura do ISP brasileiro, mas há também um potencial para uma diversificação e ampliação ainda maior das estratégias adotadas pelo ISP como setor. As possibilidades não se referem exclusivamente aos diferentes perfis de investidores (como a ampliação do investimento social empresarial, o potencial de crescimento do número de organizações familiares ou o fortalecimento de independentes): elas se direcionam à diversificação de estratégias e às formas de atuação no ISP, de maneira transversal, em todos os perfis.

Nessa leitura, surgem como relevantes a ampliação da diversidade de gênero e raça na atuação; um olhar mais amplo para a pluralidade de temas da agenda pública, em diálogo com a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); uma maior conexão com políticas públicas; e possibilidades de ampliação da percepção que investidores têm dos seus principais parceiros – as OSCs. Para esse caminho, algumas probabilidades se estabelecem: *i*) conexão com parceiros ou organizações intermediárias para a atuação em temáticas menos consensuais ou a doação para OSCs; *ii*) atuação nas políticas públicas junto com parceiros, coletivamente, ou via apoio a OSCs que desempenhem esse tipo de papel; *iii*) investimento em outras áreas temáticas, como foco específico ou de forma transversal; *iv*) incorporação da perspectiva de gênero e raça de maneira transversal nos projetos; e *v*) aumento da diversidade em conselhos, equipe e instâncias de tomada de decisão.

Buscar o desenvolvimento dessa diversidade tem a ver com a própria razão de ser do ISP. Isso favorece o desenvolvimento de um ecossistema de investimento social mais fortalecido, legítimo e com maior potencial de impacto – e, para além do setor, contribui para uma sociedade civil organizada mais plural e atuante. Mostra-se, sem dúvida, como um elemento estruturante na contribuição do ISP para diminuir as abismais desigualdades que estão na base de muitos dos desafios socioambientais enfrentados pelo Brasil.

Por fim, a própria discussão sobre o tema da diversidade no ISP nos leva a outras possibilidades de aprofundamento. Há um potencial não explorado de articulação no âmbito do ISP no Brasil, buscando promover as complementaridades e superar as sobreposições num setor formado por atores tão diversos. Além disso, a ampla gama de estratégias utilizadas pelos investidores sociais é em si um campo aberto para novos estudos que busquem analisá-las do ponto de vista de sua efetividade, de seu impacto e de sua conexão com as agendas públicas do país.

A TECNOLOGIA POR TRÁS DO MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL¹

Tiago Nascimento²

Eric Ferreira³

Kleyton Pontes Cotta⁴

Vagner Praia⁵

1 INTRODUÇÃO

Segundo Grabosky (1995), sociedade civil organizada é o agregado de organizações não governamentais (ONGs) e instituições que manifestam os interesses e a vontade dos cidadãos. As organizações da sociedade civil (OSCs), também conhecidas como ONGs, são entidades nascidas da livre organização e da participação social da população, e que desenvolvem ações de interesse público sem visar ao lucro. Elas tratam dos mais diversos temas e interesses, com variadas formas de atuação, financiamento e mobilização. A agenda política de um novo marco regulatório foi reforçada especialmente a partir da eleição presidencial de 2010 por um grande número de OSCs brasileiras havia tempos estabelecidas. O governo eleito aprovou, então, como resultado desse debate público, um novo Marco Regulatório das OSCs,⁶ que tem três objetivos prioritários: *i*) inovações legais e regulatórias para as relações e os contratos existentes entre o terceiro setor e a administração pública; *ii*) sustentabilidade econômica; e *iii*) padronização da certificação de OSC para isenções fiscais.

Entretanto, até 2014, não havia mecanismos fáceis de usar, nem transparência e/ou prestação de contas públicas no Brasil para que a população tivesse acesso a informações sobre parcerias e acordos realizados pela administração pública com as OSCs, gerando questionamentos sobre a forma com que o dinheiro era empregado. A importância da transparência entre os acordos selados é firmada no Decreto nº 8.726/2018, no art. 78, em que se tornam obrigações a publicidade e a transparência nos convênios entre o governo e a OSC.

Segundo Seo, Kin e Yang (2009), as OSCs nos Estados Unidos acreditam que promover a imagem e a captação de recursos das organizações eram as duas funções mais importantes das novas mídias para elas, o que sugere a importância de uma plataforma *on-line* que promova a imagem das OSCs pelo menos na escala nacional. Surman e Reilly (2003), por sua vez, mostram muitas vantagens quando a tecnologia é combinada com as ações das OSCs, pois isso pode fornecer uma excelente plataforma para colaboração, fácil publicação, ampla mobilização e melhor vigilância *on-line* dessas organizações.

Projetos organizados pelas OSCs no Brasil propiciam uma contribuição valiosa para a prestação de serviços públicos fundamentais: saúde, educação, assistência social, serviços aos idosos, ajuda a viciados em drogas, serviços esportivos e culturais etc. São 8.021 organizações que trabalham diretamente com saúde

1. Uma versão maior deste texto foi publicada por Ferreira *et al.* (2017).

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

3. Pesquisador do PNPD na Diest/Ipea.

4. Pesquisador do PNPD na Diest/Ipea.

5. Pesquisador do PNPD na Diest/Ipea.

6. Disponível em: <www.participa.br/OSC>.

no país (Salgado, 2016) e mais 339.118 entidades que buscam desenvolvimento e defesa de direitos,⁷ como a defesa ao meio ambiente.

As OSCs concedem também uma apresentação pública maciça de dados confiáveis à população: seus números; características gerais; campos de atuação e influência; distribuição espacial no território nacional; número de pessoas empregadas; quantidade de dinheiro e riqueza que circulou do setor público e privado para as OSCs; seus principais projetos; sua história e seu conhecimento acumulado etc. Sendo assim, o Mapa das OSCs vem como uma plataforma que agrega informações concisas, abrangentes e acessíveis sobre todas as OSCs brasileiras, além de integrar diversas bases de dados, o que oferece aos gestores públicos informações atualizadas sobre onde as OSCs atuam e o que realizam, principalmente em parceria com o governo. O Mapa também provê dados agregados para a tomada de decisão de atores políticos, bem como investidores públicos e privados. O Decreto nº 8.726, aprovado em 2016, que dispõe regras e procedimentos das parcerias entre a administração pública federal e as OSCs, incumbiu o Ipea da responsabilidade pelo Mapa das OSCs (art. 81).

Logo, é de suma importância ter uma plataforma digital para OSCs, agências de políticas públicas e população. Este texto se subdivide em mais três seções, além desta introdução. Na seção 2 é explicado como foi desenvolvido o sistema, ultrapassando alguns desafios, e como a tecnologia da plataforma do Mapa é organizada. Na seção 3, são apresentados os primeiros resultados, triagens e alguns recursos em desenvolvimento. Por fim, a seção 4 mostra algumas conclusões e os próximos passos do desenvolvimento dessa plataforma, como direções futuras para o campo de soluções de dados do governo.

2 A PLATAFORMA DO MAPA DAS OSCs

Por ser um sistema digital governamental de dados abertos, o Mapa das OSCs deveria seguir estratégias diferentes daquelas adotadas em geral. De acordo com McClure (2000), um sistema digital governamental (*e-government*) apoia o uso de tecnologias pelo governo, principalmente em aplicações baseadas na *web* para melhorar o acesso e a entrega de informações e serviços do governo aos cidadãos, parcerias, funcionários, outras agências e entidades governamentais.

Conforme a Open Knowledge International,⁸ dados abertos são informações livremente acessíveis por qualquer pessoa que desejar usá-los e compartilhá-los. Caso sejam governamentais, essa permissão é extremamente importante – no conceito de governo aberto, os cidadãos têm o direito de acessar esses documentos e procedimentos a fim de possibilitar uma supervisão pública eficaz (Lathrop e Ruma, 2010). Assim, construir uma plataforma digital para OSCs apresenta muitos desafios a serem enfrentados. Para tanto, a partir de um histórico sólido, levamos em conta dicas importantes que Layne e Lee (2001) indicam sobre um modelo de sistema governamental. Dessa maneira, foi possível desenvolver o Mapa, o qual alcançou até aqui os resultados esperados.

O Mapa também é constituído por um componente de *crowdsourcing*, um tipo de atividade participativa *on-line* na qual é proposto, por meio de uma chamada aberta flexível, o comprometimento voluntário de realizar uma tarefa (Estellés-Arolas e González-Ladrón-de-Guevara, 2012). Soluções de *crowdsourcing* podem ser adequadas para resolver quatro tipos de problemas: *i*) descoberta e gerenciamento de conhecimento; *ii*) atribuição de inteligência humana distribuída; *iii*) pesquisa de difusão; e *iv*) produção criativa avaliada por pares (Brabham, 2013).

7. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), 2016, disponível em: <<https://www.mapaosc.ipea.gov.br/>>.

8. Disponível em: <<http://opendefinition.org>>.

No Mapa, o *crowdsourcing* consiste na inserção e edição de dados na página de determinada OSC por seus representantes, produzindo informações inovadoras e precisas que nem o governo nem os cidadãos conhecem. Isso leva a novos estudos e compreensões, além de economizar dinheiro dos cofres públicos que seria gasto com burocracia para alcançar esse resultado. A seguir, são apresentadas algumas características das bases de dados utilizadas pelo Mapa.

2.1 Bases de dados

Atualmente, o Mapa das OSCs cataloga bancos de dados do governo federal, realizando esforços para obtê-los, integrá-los e disponibilizá-los *on-line*. Ele integra treze bases do governo federal – divididas em três blocos: perfil das OSCs, recursos públicos e participação social –, reunindo dados relacionados às OSCs, como cadastros, certificados, participação em conselhos de políticas públicas e parcerias com governos.

As bases de dados dos perfis das OSCs apresentam informações originadas de registros administrativos e dados oficiais sobre organizações certificadas pelas agências federais. Além disso, tais informações também vêm das próprias OSCs, como nome da empresa, nome comercial, endereço, número de telefone, *e-mail*, número de trabalhadores formalmente empregados etc.⁹ A seguir, são detalhados cada um dos bancos de dados utilizados.

- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Secretaria da Receita Federal: o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho: consiste em um registro administrativo, criado em 1975, visando suprir necessidades da gestão governamental para o setor de trabalho e emprego.
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Ministério da Justiça: uma titulação conferida a entidades cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma destas finalidades: *i*) promoção da assistência social; *ii*) promoção gratuita da educação, defesa, preservação e conservação do meio ambiente; e *iii*) promoção do desenvolvimento sustentável – entre outras.
- Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS): concedida a entidades reconhecidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como requisito para a isenção do pagamento de contribuições para a seguridade social e a celebração de convênios com o poder público. Essa certificação é outorgada pelos ministérios da Saúde, Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: consiste no processo de monitoramento de coleta de dados, via formulário eletrônico, preenchido por secretarias e conselhos de assistência social de estados e municípios.
- Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social (CNEAS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: relaciona as OSCs que desempenham atividades de assistência social e que são acompanhadas por parte do Estado.
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Ministério da Saúde: é integrado por estabelecimentos que têm a finalidade de realizar ações e/ou prestar serviços de saúde, seja de forma coletiva, seja de forma individual, independentemente do seu porte ou nível de complexidade.
- Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), Ministério do Meio Ambiente: contém o registro das entidades ambientalistas não governamentais atuantes no país.

9. Mais detalhes relevantes sobre esses bancos de dados e sua origem são mostrados por Souto, Pedrozo Júnior e Goldblum (2015).

As bases de dados de recursos públicos viabilizam informações sobre as OSCs e os recursos fornecidos por meio de suas parcerias com o governo, contendo referências relacionadas à área de atividades (cultura, esportes, pesquisa e desenvolvimento etc.), títulos e objetivos de projetos, datas efetivas, valores totais e captados etc. São elas:

- Sistema de Apresentação das Leis de Incentivo à Cultura (Salic), Ministério da Cultura: sistema pelo qual é feito o recebimento, a análise das propostas culturais e também a aprovação, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos projetos culturais.
- Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte (SLIE), Ministério do Esporte: sistema para cadastro de propostas relacionadas ao incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que realizam doações ou patrocinam projetos desportivos e paradesportivos.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação: sistema de financiamento de projetos para desenvolver o Brasil econômica e socialmente por meio do investimento público em ciência, tecnologia e inovação.
- Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), Ministério da Fazenda: sistema para o registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal.
- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos (Sincov), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: sistema que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do governo federal a entidades.

A base de dados de participação social, fornecida pela Secretaria de Governo, apresenta conselhos e comissões nacionais de políticas públicas, que têm papel fundamental no ciclo de importantes políticas públicas, em diversas áreas. Com a inserção de dados de representantes, é possível identificar OSCs que atuam em instituições participativas.

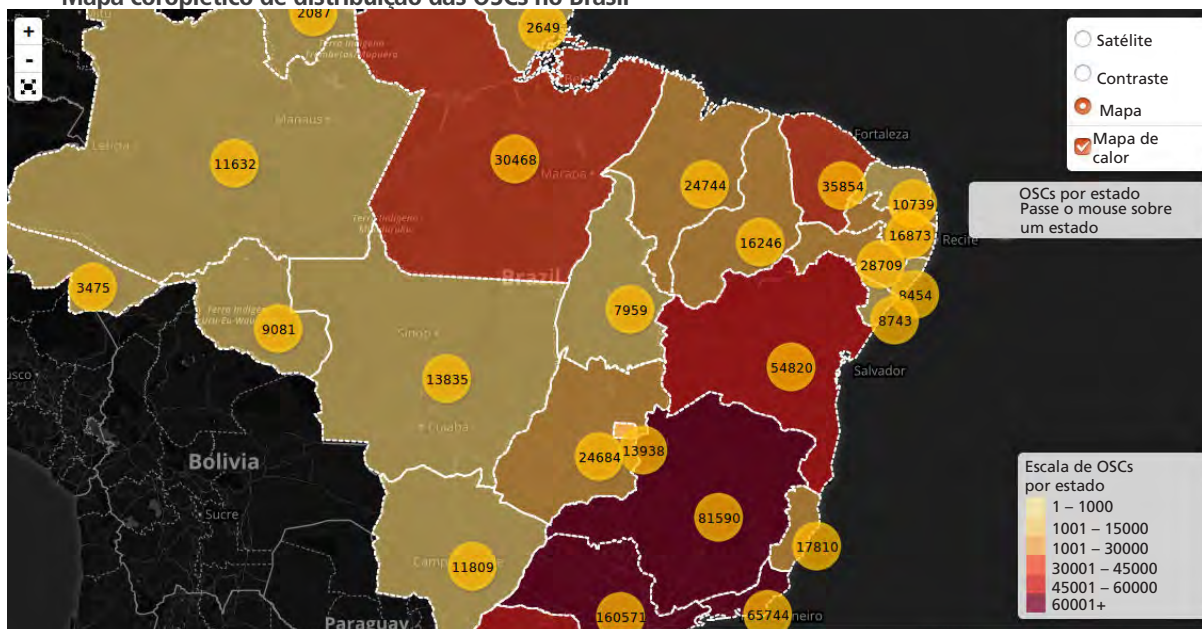
3 RESULTADOS

Toda a tecnologia do Mapa das OSCs utiliza ferramentas de código aberto e promove o compartilhamento de conhecimento e dados. Também conta com acesso *on-line*, e é possível se reconectar aos repositórios do sistema gratuitamente. Os códigos podem ser acessados pelo GitHub,¹⁰ e o público contribui como quiser. A figura 1 mostra uma de suas interfaces, e contém um mapa coroplético, que apresenta a distribuição das OSCs no Brasil, em cores, e a quantidade, em números, das OSCs agrupadas.

A figura 2 mostra a guia da lista de resultados, que contém dados característicos a respeito de cada OSC. Além disso, mostra o botão *detalhar*, que, ao ser clicado, exhibe todas as informações sobre uma OSC em uma página específica.

10. Disponível em: <<https://github.com/Plataformas-Cidadania/>>.

FIGURA 1
Mapa coroplético de distribuição das OSCs no Brasil



Fonte: Ipea, 2019.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 2
Lista de resultados das OSCs

	NOME DA OSC	CNPJ	NATUREZA JURÍDICA	ENDEREÇO	DETALHAR
	ASSOCIACAO BRAS DE AUTO HIPNOSE ETICA	00083429000190	Associação Privada	Avenida GRANDE CANAL, 0, BARRA DA TIJUCA, Rio de Janeiro, 22641002	Detalhar
	Associação Brasileira De Assistência Aos Usuarios De Transportes - A.B.A.U.T.	02413626000155	Associação Privada	Avenida FRANKLIN ROOSEVELT, 126, 126, CENTRO, Rio de Janeiro, 20021120	Detalhar
	CBCA	92893155000201	Associação Privada	Avenida BRASIL, 2540, SAO CRISTOVAO, Rio de Janeiro, 20930040	Detalhar
	CEAPRO	03914500000127	Associação Privada	Rua CONDE DE BONFIM, 485, TIJUCA, Rio de Janeiro, 20520055	Detalhar
	CENTRO EVANGELISTICO DA PAZ	00065221000229	Associação Privada	Rua BARATA RIBEIRO, 602, COPACABANA, Rio de Janeiro, 22011002	Detalhar
	Golden Green Club	00061445000181	Associação Privada	Avenida CANAL DE MARAPENDI, 2901, BARRA DA TIJUCA, Rio de Janeiro, 22631051	Detalhar
	Igreja Do Evangelho Integral	04730432000109	Associação Privada	Rua ETELVINA, 127, 127, OLARIA, Rio de Janeiro, 21060020	Detalhar
	Igreja Do Povo De Deus	04711533000132	Associação Privada	Avenida ERNANI CARDOSO, 9, CASCADURA, Rio de Janeiro, 21310390	Detalhar
	INSTITUTO ECOLOGICO AQUALUNG	00060768000150	Associação Privada	Rua DO RUSSEL, 300, 300, GLORIA, Rio de Janeiro, 22210010	Detalhar
	SALVANDO ALMAS PERDIDAS	02449158000179	Associação Privada	Rua CORREIA TEIXEIRA, 4, 4, REALENGO, Rio de Janeiro, 21760480	Detalhar

Fonte: Ipea, 2019.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O Mapa também permite que o representante insira, exclua ou edite quase todos os materiais da página da OSC, tornando os dados colaborativos. Isso faz com que ele contenha informações que nem as agências públicas federais possuem, além de: *i)* agilizar e simplificar a comunicação e a aquisição de dados sobre organizações; *ii)* fornecer um espaço de informação digital no qual as OSCs podem complementar os dados adquiridos de fontes públicas e oficiais; *iii)* viabilizar dados sobre todas as OSCs brasileiras para o mundo por meio de um site público gratuito; *iv)* manter informações de tecnologia aberta e livre a fim de permitir a transparência da prestação de serviços de valor agregado por intermediários; e *v)* ser uma fonte de inovação e compartilhamento de melhores práticas e tecnologias.

Outrossim, o Mapa ainda possui um mapa geográfico de pesquisa das OSCs; barra de pesquisa; consulta avançada para realizar filtros de pesquisas; mecanismo de pesquisa para chamadas de financiamento do projeto; indicadores e infográficos; gráficos contendo informações inéditas sobre OSCs; *menu* de acessibilidade para pessoas com deficiência; seção de registro para representantes de OSCs, com tutorial para o registro; tutorial para a edição de página de perfil de OSC; página de perfil de OSC compreensiva e compatível com dispositivos móveis; atualização diária de dados públicos; e base de dados disponível para o público. Além disso, o Mapa é útil para pesquisadores e o público em geral que queira coletar todas as informações limpas (dados já trabalhados) usadas dentro dessa plataforma sem se preocupar em codificação ou processos de fusão de dados (criar diversas uniões entre dados para gerar um resultado).

4 CONCLUSÃO

Foi estabelecida uma ampla plataforma no setor das OSCs em nível nacional para suprir a falta de informações sistemáticas voltadas à transparência pública e à prestação de contas. Isso proporcionou à administração pública, em parceria com as OSCs, um instrumento inovador e novos serviços públicos confiáveis, protegendo e, simultaneamente, capacitando as OSCs a contribuir para o seu caminho de credibilidade. Foram fornecidas, por meio de reformas legais e institucionais, ferramentas para a sustentabilidade das OSCs a longo prazo.

Vale ressaltar, ainda, que o Mapa das OSCs oferece dados confiáveis para o setor acadêmico, focados na realidade das OSCs, ao mesmo tempo que disponibiliza continuamente relatórios e publicações para a sociedade, buscando melhorar a interação com as informações. A seguir, estão relacionados os principais beneficiários e os respectivos benefícios oferecidos pelo Mapa.

- Financiadores de projetos públicos e privados: satisfaz, em primeira instância, a busca e a seleção de OSCs para financiamento de projetos. Permite o mapeamento das OSCs com experiência por área de atuação, ajudando o financiador a encontrar as organizações que atendem aos requisitos de trabalhar em uma comunidade específica. Permite a identificação de muitas OSCs, para fins comparativos.
- OSCs: oferece a essas entidades, independentemente de seu tamanho, meios e oportunidades para realizar seu trabalho, sem precisar depender de recursos financeiros para disponibilizar as informações (o sistema é público), nem de conhecimentos avançados (pois o sistema é de fácil acesso), demonstrando sua responsabilidade pública de maneira transparente. Simplifica o relacionamento e a comunicação entre as OSCs e os diferentes financiadores de projetos (fontes de recursos), pesquisadores e instituições que intermediam doações privadas (individuais e institucionalizadas). Permite que as OSCs compreendam o trabalho de outras organizações brasileiras e troquem informações, experiências e boas práticas entre si, facilitando a formação de redes. Potencialmente, o Mapa pode reduzir os custos de médio e longo prazo da mobilização de recursos pelas OSCs, proporcionando informações que ajudarão as OSCs e seus doadores e financiadores institucionais, privados e/ou individuais, a identificar projetos de interesse.

- Doadores individuais e institucionais: apoia o crescimento e a confiança pública da doação privada e institucional *on-line*, além de permitir o fortalecimento dos sistemas de doação existentes. Proporciona aos doadores ferramentas para identificar, comparar e acompanhar os registros das atividades realizadas pelas OSCs que desejam apoiar. Permite que os doadores tenham um mecanismo para assumir a responsabilidade por sua doação, sendo capazes de verificar a capacidade tanto de captação de recursos de uma organização como de execução correlacionada, enquanto avaliam o impacto de seu trabalho.
- Regulação e controle público: fornece dados e ferramentas de análise para apoiar a transparência pública. Gera informações, dados e relatórios cada vez melhores para monitorar o desempenho do setor na vida pública nacional. Auxilia a publicação de dados objetivos enviados pelas próprias organizações, economizando o custo de controle e diligência por parte da administração pública. Estabelece um sistema eletrônico que pode substituir sistemas ineficientes – já existentes ou preventivos – e inibe, por meio de transparência pública e de acordo mútuo, práticas intrusivas em relação aos direitos das OSCs.
- Gestores de políticas públicas: permite que gestores públicos identifiquem territórios, representados em termos de disponibilidade e/ou desempenho na prestação de serviços públicos por OSC. Auxilia a tomada de decisões, permitindo que os formuladores de políticas acompanhem as tendências no financiamento e na ação das OSCs por área e território.
- Pesquisadores e estudiosos da área: gera informações importantes para fins estatísticos e análise do desempenho do governo. Oferece dados para apoiar o trabalho de pesquisadores e acadêmicos, qualificando o processo de análise e produção de conhecimento sobre o setor das OSCs.

Com isso, a plataforma do Mapa das OSCs mostra o cenário global do desempenho das OSCs brasileiras, contendo funcionalidades tanto para apresentar informações individualizadas como para análises em geral. Além disso, as características projetadas para o Mapa têm como objetivo atender usuários com perfis diferentes – do usuário comum até aquele que deseje realizar a análise de dados. A plataforma já conta com aproximadamente 1.160 representantes de organizações cadastrados, mais de 2.880 organizações com os dados atualizados por seus representantes e uma média de 1.532 visitas no sistema desde 2016.

Como próximo passo, está sendo trabalhada uma classificação automática das OSCs para melhorar o processo que hoje é engendrado por outra organização. Espera-se, ainda, realizar avaliações à procura de possíveis problemas no universo das OSCs, a fim de detectar fraudes, por exemplo. A busca pela melhoria na forma da apresentação dos dados, de maneira cada vez mais simples para o usuário, tem sido um foco constante. Os benefícios do sistema têm potencial, cabendo análise futura para avaliar seus resultados.

REFERÊNCIAS

- BRABHAM, D. C. **Using crowdsourcing in government**. Washington, DC: IBM Center for the Business of Government, 2013.
- ESTELLÉS-AROLAS E.; GONZÁLEZ-LADRÓN-DE-GUEVARA, F. Towards an integrated crowdsourcing definition. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 2, p. 189-200, 2012.

FERREIRA, R. S. *et al.* Platform of the Brazilian CSOs: open government data and crowdsourcing for the promotion of citizenship. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO, 13., 2017, Lavras. **Anais...** Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras, 2017.

GRABOSKY, P. N. Using non-governmental resources to foster regulatory compliance. **Governance**, v. 8, n. 4, p. 527-550, 1995.

LATHROP, D.; RUMA, L. **Open government**: collaboration, transparency, and participation in practice. Boston, MA: O'Reilly Media Inc, 2010.

LAYNE, K.; LEE, J. Developing fully functional e-government: a four stage model. **Government Information Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 122-136, 2001.

MCCLURE, D. L. **Electronic government**: federal initiatives are evolving rapidly but they face significant challenges. Washington, DC: GAO, 2000.

SALGADO, V. **Aplicação do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília: MS, 2016. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/34/14.Estudo-sobre-a-aplicabilidade-das-disposicoes-da-Lei-n-13019-DEZ2016.pdf>>.

SEO, H.; KIN, J. Y.; YANG, G.-U. Global activism and new media: a study of transnational NGOs' online public relations. **Public Relations Review**, v. 35, n. 2, p. 123-126, 2009.

SOUTO, B.; PEDROZO JÚNIOR, E.; GOLDBAUM, S. Perfil das OSCs e de suas parcerias com a união e Mapa das OSCs: bases de dados e resultados alcançados. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8., 2015, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2015.

SURMAN, M.; REILLY, K. **Appropriating the internet for social change**: towards the strategic use of networked technologies by transnational civil society organizations. Brooklyn, NY: SSRIC, 2003.

TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA INICIAL¹

Camila Escudero²

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a comunicação é o processo-base de toda e qualquer organização social. Amparada pela tecnologia e pelos meios de transporte, se desenvolve constantemente, fazendo emergir diferentes mídias e linguagens que vêm marcando a história da civilização ocidental nos últimos séculos. Se a prensa de Johannes Gutenberg, em 1456, favoreceu a produção da informação em massa, hoje, 2019, a internet e a comunicação *wireless* – ou as tecnologias da informação e comunicação (TICs) – modificam não só a forma de comunicação, sua amplitude e velocidade, mas também comportamentos e mediações culturais locais e globais. Os efeitos, ao longo da história, sempre foram múltiplos: se por um lado acentuam as desigualdades sociais a partir do acesso, perpetuando sistemas políticos e econômicos excludentes, por outro podem constituir um ambiente facilitador no que diz respeito a dar voz e visibilidade aos diferentes atores sociais. Tudo depende da maneira como são apropriadas as ferramentas e seus usos.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo verificar de que maneira as organizações da sociedade civil (OSCs) – enquanto agentes impulsionadores da mudança social – fazem usos e apropriações de variadas ferramentas e recursos de comunicação disponíveis no contexto da comunicação para o desenvolvimento. Para isso, propomos uma análise de conteúdo (Bardin, 1977), com coleta e tabulação dos dados em categorias predefinidas sobre as estratégias de uso dos meios de comunicação por parte de cem OSCs,³ tanto no âmbito que denominamos comercial (redes sociais e *websites*) como no que classificamos como público, com o Mapa das OSCs. Como recurso teórico-metodológico, utilizamos a evolução do conceito de comunicação para o desenvolvimento, proposto por Schramm (1970) e atualizado por McAnany (2012a; 2012b).

Partimos da questão norteadora de que, na chamada sociedade da informação (Castells, 1999), o domínio das habilidades necessárias para interagir com as ferramentas midiáticas, seja das que fornecem acesso à informação, seja das que nos permitem organizar, participar e influenciar os acontecimentos e escolhas, é parte integrante de organizações sustentáveis no que diz respeito a processos de gestão, finanças e avaliação e monitoramento de resultados. Além disso, a existência de canais institucionais de comunicação no âmbito da estrutura estatal, favorecidos, no caso deste tema, pela presença de atores da sociedade civil – dotados de institucionalização, na formulação e implementação das políticas públicas –, ampliou as instâncias de participação, fortalecendo a atuação de organizações sociais já existentes e fomentando a proliferação de novos arranjos.

1. Colaborou para este texto Vinícius Honório, bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, no projeto Mapa das Organizações da Sociedade Civil; e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. *E-mail*: <camila.escudero@ipea.gov.br>.

3. As OSCs estudadas constam na relação das cem melhores organizações não governamentais (ONGs) do Brasil em 2017, organizada pelo Instituto Doar e pela revista *Época*. Disponível em: <<http://twixar.me/hS7n>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

As relações entre comunicação e desenvolvimento ganharam notoriedade a partir dos estudos de Wilbur Schramm (1907-1987). O autor defende que os sistemas de comunicação compõem a chave para garantir a transformação social e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Isso porque é a partir deles que as pessoas têm cada vez mais conhecimento de suas situações e problemas e podem comparar suas realidades, ampliando as percepções individuais e restritas de mundo. “Ao trazer para perto o que é distante, tornando compreensível o que é estranho, eles ajudam a estabelecer a transição entre a sociedade tradicional e a moderna” (Schramm, 1970, p. 198).

Nesse ponto, argumenta Schramm (1970), a comunicação está sempre no centro da existência para qualquer sociedade, em desenvolvimento ou não, desde que: *i*) seja capaz de adequar o fluxo de informações e os canais de comunicação à necessidade do país; *ii*) estimule a participação da sociedade nas tomadas de decisão, nas ações, na produção e na recepção do conteúdo (e não apenas garanta a simples multiplicação de mensagens e canais; e *iii*) seja usada para objetivos diferentes: levar o povo dos países em desenvolvimento a tomar as decisões, dar-lhe uma base para sua participação efetiva e acelerar e amoldar as transformações então decididas. “Se o fluxo de comunicação permitir, as pessoas podem ter muito mais a realizar com a fixação dos objetivos e com a decisão de quando e como se modificarão e ainda para onde querem modificar sua sociedade” (Schramm, 1970, p. 70).

Atualmente, Emile McAnany⁴ é um dos responsáveis por “atualizar” as ideias de Schramm, levando em consideração também o papel das TICs para o benefício social. O autor concorda com seu antecessor que a comunicação pode ajudar no desenvolvimento e promover mudanças sociais, porém de uma maneira renovada. McAnany explica que o próprio termo abreviado utilizado por ele (Communication for Development – C4D) deve ser acompanhado sempre do termo mudança social para enfatizar a diferença entre esforços institucionais (desenvolvimento) e permanentes e significantes mudanças levadas às pessoas. “Isso indica uma importante distinção (...) entre o que é feito pela e para as pessoas ao longo das instituições e o que as pessoas fazem por elas mesmas” (McAnany, 2012a, p. 3-4, tradução nossa).

Nesse sentido, o argumento que se coloca é que estamos em um novo paradigma, o que McAnany (2012a) define como empreendedorismo social – que une a comunicação e a tecnologia como estratégias para a mudança social, mas também o financiamento. Baseado no modelo econômico de investimentos em *startups*, o autor analisa experiências concretas de OSCs que apoiam e financiam projetos de inovação social, realizados a partir do esforço de comunidades locais na solução de seus próprios problemas.

A questão central nessa proposta de C4D se refere às fontes de financiamento. De acordo com McAnany (2012b), é claro que o empreendedorismo social pode depender ou não de grande ou pequeno financiamento institucional por um curto ou longo período, mas “o mais importante (...) é que o trabalho inovador de mudança social começa localmente e cresce para atender a alguma necessidade local não atendida” (*op. cit.*, p. 213, tradução nossa).

Outros pontos de destaque são o papel da tecnologia e do monitoramento de resultados. “Se há benefícios nos usos de tecnologias, eles estão na maneira pela qual as pessoas podem se apropriar dos meios para seus próprios propósitos, dependendo dos contextos locais e não o contrário” (McAnany, 2012b, p. 213, tradução nossa). Além disso, qualquer inovação social demanda capacidade de organização, incluindo respostas aos próprios agentes do sistema envolvido. Nesse sentido, fortalece-se um “pensamento

4. McAnany foi um dos últimos orientandos de doutorado de Wilbur Schramm, na Universidade de Stanford, onde trabalhou entre 1955 e 1973 e dirigiu o Instituto de Pesquisa em Comunicação, mantido pela Fundação Ford e pela United States Agency for International Development (Melo, 2007, p. 16).

sério sobre a expansão como parte de um plano organizacional que mantém contato com os participantes e suas necessidades” (McAnany, 2012b, p. 214, tradução nossa).

3 AS OSCs E O USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMERCIAIS E PÚBLICOS MEDIADOS PELAS TICs

Desde a virada do milênio, na chamada sociedade da informação, sociedade informacional ou sociedade em rede, de Castells (1999), o desenvolvimento e a popularização da internet favoreceram as OSCs a se apropriarem das novas tecnologias para garantir visibilidade, disseminar suas causas, ações e projetos e captar recursos financeiros, além de fomentar um relacionamento mais próximo com seus principais públicos (*stakeholders*).

A pesquisa TIC Organizações sem Fins Lucrativos⁵ mapeou a infraestrutura, o uso, as capacidades e as habilidades das OSCs sobre as TICs. Entre os principais resultados da edição de 2016, verificou-se que 67% das organizações sem fins lucrativos brasileiras estavam presentes na internet por meio de *websites* e/ou redes sociais, sendo 29% em ambas as plataformas. Um total de 24% ainda não utilizava computador em suas atividades cotidianas, e só 58% possuíam equipamento próprio. Já o acesso à internet estava presente em 71% das organizações, sendo a maior parte (59%) conectada por cabo e fibra ótica.

No caso deste trabalho, o objetivo é entender as estratégias de uso dos meios de comunicação por parte de cem OSCs, tanto no âmbito que classificamos como comercial (redes sociais e *websites*) como no que denominamos público, tomando como objeto o Mapa das OSCs. Ressaltamos que nosso *corpus* reúne OSCs extremamente estruturadas e que figuram entre as principais do país – o que não representa a realidade das entidades brasileiras, majoritariamente composta de micro-organizações (Lopez, 2018). Além disso, há uma centralização territorial dessas entidades: 63% têm sede na região Sudeste.

A análise foi organizada de acordo com o que Bardin (1977, p. 95, tradução nossa) chamou de polos cronológicos: *i*) pré-análise; *ii*) exploração do material; e *iii*) tratamento dos resultados, interferência e interpretação. Os dados foram coletados manualmente, a partir de visitas virtuais às páginas das cem OSCs, bem como às páginas dessas organizações do Mapa, e posteriormente tabulados em duas categorias. A primeira, no caso comercial, engloba recursos de comunicação, tipo de conteúdo divulgado (temas) e formato (texto, foto, vídeo etc.); a segunda, no caso público, o índice de preenchimento e o tipo de informações preenchidas. Entre os principais resultados dos canais comerciais, destacamos o seguinte.

- Cem por cento das OSCs estudadas têm *sites* oficiais e perfil no Facebook. Com relação às outras redes sociais, o Instagram é o mais utilizado (73%), seguido do YouTube (71%), Twitter (64%), *blog* (30%) e LinkedIn (20%); e ainda 63% enviam *newsletters* ou boletins eletrônicos via *e-mail*. Três disponibilizam aplicativos para celular: Amigos do Bem (São Paulo), Instituto Fazendo História (São Paulo) e Instituto Ronald McDonald (Rio de Janeiro). Com relação aos veículos tradicionais, catorze possuem revistas impressas, cinco têm jornais e dez já publicaram, pelo menos, um livro (duas publicaram livros no formato *e-book*). Apenas uma possui uma rádio e duas trabalham com Spotify e SoundCloud.
- Com relação ao conteúdo divulgado por essas mídias, 100% representam ações das OSCs em geral, como eventos, projetos, atividades, prêmios, parcerias e convênios, entre outras. Todos também disponibilizam o histórico da instituição, e 83%, o quadro de funcionários. Com relação a recursos financeiros, 94% utilizam os canais para captar doações, 90% para prestações de contas e 25% têm lojas virtuais para a venda de produtos. Destaca-se, ainda, em 19%, a veiculação de pesquisas e artigos científicos e/ou de opinião, 6% de cartilhas e/ou manuais, além da publicação de *releases* e *clippings* (21%).

5. Disponível em: <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic_osfil_2016_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2018.

Sobre o formato do conteúdo veiculado nas diversas mídias, 100% fazem uso de texto e fotografia. Vídeos são produzidos por 67% das OSCs. Verificaram-se ainda a presença de cartazes, charges ou outras ilustrações (23%) e a disponibilização de *tour* virtual (5%).

Acerca dos canais públicos, nossa pesquisa se restringiu à análise das cem OSCs no Mapa das OSCs,⁶ uma plataforma *on-line*, georreferenciada, de transparência pública, lançada em 2016 com base no Decreto Federal nº 8.726/2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Ele é abastecido a partir de informações provenientes de bases de dados públicas, entre elas a Relação Anual de Informação Social (RAIS), elaborada pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria da Receita Federal. O gerenciamento é de responsabilidade do Ipea.

Atualmente, constam, no Mapa, 820 mil OSCs em atividade no Brasil. As informações reunidas sobre cada uma delas são diversas e vão desde localização, finalidades de atuação, natureza jurídica, número de funcionários, dados sobre recebimento de recursos públicos até a relação das atividades das instituições com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Organizações das Nações Unidas (ONU). O Mapa pode ser considerado uma ferramenta de comunicação pública, uma vez que gera gratuitamente um endereço na internet próprio para cada OSC, permitindo que instituições pequenas e que não têm recursos (financeiros ou de pessoas) para manter páginas virtuais individuais, por exemplo, marquem presença de forma organizada na *web*. Em um aspecto mais amplo, é um indicativo do papel crucial que as OSCs exercem na ampliação da capilaridade das políticas públicas. A plataforma permite que o membro da OSC insira, altere e atualize a maioria das informações de sua entidade – exceto as provenientes das bases de dados, como endereço, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), finalidade de atuação etc. É importante que a página apresente informações completas e atualizadas, não só por uma questão de transparência pública legal, mas pela visibilidade, já que o Mapa se propõe a atuar também como uma vitrine sistematizada do setor no país.

Das cem OSCs estudadas neste trabalho, todas constam no Mapa. Porém, o índice de preenchimento das informações varia bastante, atingindo a média de 35,3%. Ao mesmo tempo que há OSCs com índice de preenchimento de informações entre 17% e 18% (praticamente os dados provenientes das bases), há entidades com índices superiores a 70%, como a Fundação Amazonas Sustentável e a Associação SOS Amazonas. Estas últimas chegam a preencher campos como logomarca, histórico da instituição, missão, visão, títulos e certificações, relação de projetos, atividades, programas etc. Outras OSCs com preenchimento acima da média são: Associação Mineira de Reabilitação (43%), Associação Vaga Lume (42%), Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Pereira (42%), Casa do Zezinho (42%), entre outras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação das OSCs tem se mostrado um tema importante de debate, ao lado de questões como sustentabilidade financeira, aspectos jurídicos, de gestão, entre outros que envolvem o terceiro setor. Na Academia, vem sendo amplamente estudada a partir de conceitos de comunicação organizacional, institucional e *marketing*, além de campos mais gerais, como o das relações públicas ou da publicidade social. As TICs também aparecem nesse contexto como ferramentas eficazes para a melhoria da gestão das entidades, a ampliação de sua interação e a relação de confiança com a sociedade.

6. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2018.

Nossa pesquisa, ainda em fase inicial, mostrou que as principais OSCs do Brasil investem na comunicação para atingir seus propósitos, captar recursos, divulgar ações, interagir com seus diversos públicos etc., o que, em última instância, impacta a defesa de suas causas. Nesse processo, a internet e as redes sociais virtuais são protagonistas. De maneira geral, elas publicam conteúdos sofisticados, muitas vezes produzidos por profissionais do campo da comunicação, alinhados com o desenvolvimento tecnológico. A comunicação pública, por seu turno, também se mostra avançada para esse setor. Apesar de a média de preenchimento das informações no Mapa das OSCs ainda indicar um caminho a ser percorrido, não deixa de ser uma marca da atuação no desenvolvimento de políticas públicas, na medida em que se estabelece uma interação possível – entre a multiplicidade de articulações que envolvem estruturas estatais, as próprias OSCs e demais atores da sociedade civil.

Ressaltamos que os usos e as apropriações de variadas ferramentas e recursos de comunicação das OSCs devem ser compreendidos na sociedade da informação. Essa já era uma proposição feita por Schramm (1970), na segunda metade do século XIX, em um contexto mais amplo, caracterizado por acelerar e facilitar a longa e lenta transformação social necessária para o desenvolvimento social e, em particular, acelerar e uniformizar a tarefa de mobilização dos recursos humanos por esforços e causas maiores. Trata-se de concepções produtivas favoráveis à cooperação e à participação ativa dos cidadãos que vão ao encontro do livre fluxo de informação, e à manifestação de vozes plurais dentro do tecido social, em um papel muitas vezes contra-hegemônico a uma comunicação manipuladora e que defende interesses particulares.

Por meio desta breve análise dos processos de comunicação das OSCs, foi possível identificar ideias inovadoras e modelos que atendem às necessidades práticas das instituições, fornecendo um sistema de apoio para as ações desenvolvidas. Dessa forma, colaboram com os empreendedores sociais, numa referência à McAnany (2012a; 2012b), para construir organizações sustentáveis e de alto impacto no que diz respeito a processos de gestão, finanças e avaliação e monitoramento de resultados.

Por fim, reconhecemos que, diante do universo das OSCs brasileiras e das desigualdades e dos problemas sociais do país, a amostra estudada neste trabalho é privilegiada. Estudos que contemplem as micro-organizações, principalmente, são essenciais e urgentes para o conhecimento detalhado de informações sistemáticas sobre o amplo, diverso e dinâmico universo das organizações. No entanto, configura-se um campo fértil para a oportunidade de repensar a comunicação para o desenvolvimento e suas práticas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- LOPEZ, F. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.
- MCANANY, E. **Saving the world**: a brief history of communication for development and social change. Chicago: University of Illinois Press, 2012a.

_____. Social entrepreneurship and communication for development and social change: rethinking innovation. **Nordicom Review**, v. 33, special issue, p. 205-218, 2012b. Disponível em: <http://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/kapitel-pdf/362_mcanany.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MELO, J. M. A recepção das ideias de Wilbur Schramm no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 6, n. 4, p. 12-21, 2007.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

Seção II

Trabalho nas OSCs: avanços e desafios



O TRABALHO DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: DESIGUALDADES E PARADOXOS¹

Graciela Hopstein²

Martina Davidson³

1 PONTO DE PARTIDA

A pesquisa do Ipea (Lopez, 2018) *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil*, produto de um levantamento realizado em 2017, apresenta informações relevantes e instigantes sobre o universo das 820 mil organizações da sociedade civil (OSCs) atuantes no país. O estudo, além de exibir uma fotografia completa sobre a diversidade e a distribuição geográfica das OSCs brasileiras, fornece dados que permitem uma abordagem que analise a ocupação das mulheres no âmbito da sociedade civil no Brasil, tanto em organizações executoras (universo do Ipea) como em organizações do campo do investimento social privado (ISP), financiadoras e executoras (universo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE).⁴

Este artigo tem a finalidade de analisar as condições de trabalho das mulheres nas OSCs brasileiras para verificar se, nesse contexto, são reproduzidas as relações de desigualdade presentes no mercado de trabalho do país. Num primeiro momento, averiguamos as relações de desigualdade entre mulheres e homens nesses locais – tanto quanto à remuneração como ao tipo de atividade laboral desempenhada e à sua formalidade. Na sequência, fizemos uma análise no que se refere ao campo da filantropia corporativa no Brasil (universo do GIFE), ressaltando aspectos comuns com o universo geral das OSCs, relações de ocupação de cargos com poder decisório – disparidade entre mulheres e homens no acesso à tomada de decisão – e focos de ação por parte dessas organizações e investimentos.

A partir de um olhar direcionado ao papel do cuidado e à estereotipação⁵ de gênero, busca-se invocar aspectos da filosofia feminista para gerar uma reflexão a partir dos dados fornecidos pelo Ipea (Lopez, 2018) e pelo GIFE (Saez, Santiago e Zacchi, 2017), permitindo, potencialmente, identificar quais ideias, ações ou legados histórico-sociais podem ser causadores – ou mantenedores – de determinadas desigualdades de gênero⁶ presentes no campo laboral das OSCs e da filantropia corporativa no Brasil.

É importante ressaltar a necessidade de não tratar a categoria “mulheres” de forma homogênea, uma vez que se sabe que mulheres negras e periféricas sempre estarão em situação de maior subalternidade e injustiça – tanto em relação às brancas como em relação aos homens. No entanto, devido ao fato de os dados usados como base não apresentarem sempre raça e gênero como categorias de análise conjunta, não pudemos aprofundar mais esse trabalho nessa importantíssima questão.

1. Este artigo foi publicado originalmente em Hopstein e Davidson (2019).

2. Coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social; e consultora associada à Gestão de Interesse Público (GIP).

3. Bióloga.

4. O GIFE reúne empresas e institutos/fundações familiares, corporativas, independentes e comunitárias que atuam no Instituto de Segurança Pública.

5. Neste caso, referente aos causadores da construção dos estereótipos baseados em gênero. Disponível em: <<http://bit.do/estereotipacao>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

6. Considerando que o cenário da sociedade civil é heterogêneo, amplo e diverso, acreditamos que esse paradoxo não se encontra presente de forma universal, mas trata-se de uma análise interpretativa pontual com base nos dados aqui utilizados.

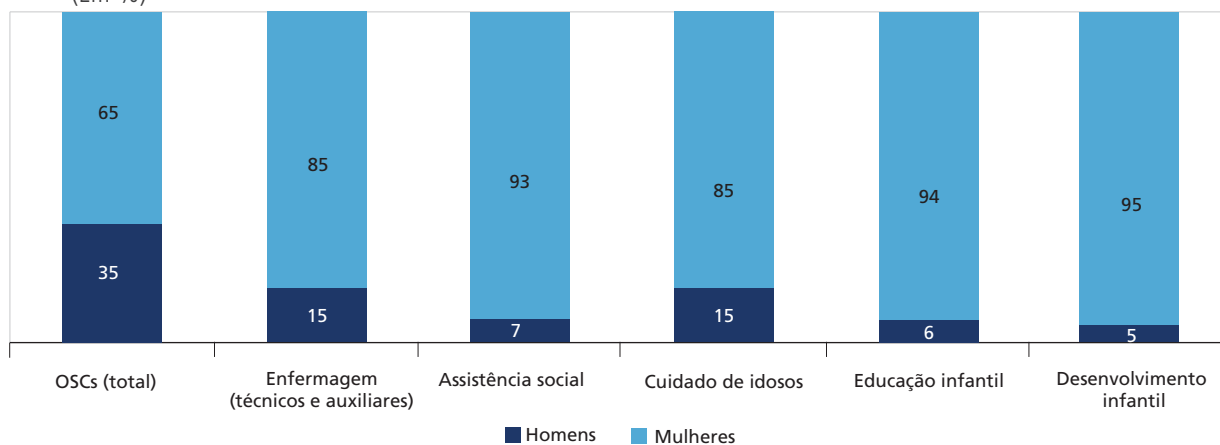
2 TRABALHO DAS MULHERES NAS OSCs BRASILEIRAS: UM OLHAR A PARTIR DO CUIDADO

A pesquisa do Ipea (Lopez, 2018) revela algumas tendências significativas no que diz respeito à situação de ocupação (emprego) nas OSCs brasileiras. Com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2015, é possível observar que 83% das pessoas empregadas nessas organizações não apresentavam vínculos formais de emprego. Além disso, nesse mesmo ano, havia quase 3 milhões de pessoas com vínculos de emprego em OSCs, representando 3% da população ocupada no país e equivalendo a 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada. Embora a pesquisa indique a predominância de organizações religiosas e daquelas que têm como finalidade o desenvolvimento e a defesa de direitos e interesses, as OSCs de saúde e educação são as que mais empregam, pois 40% das pessoas ocupadas atuam nessas áreas.

Outro dado que chama atenção é que 66% dos 3 milhões de pessoas com atividade formal em OSCs não tinham nível superior completo. Além disso, também é possível observar que a remuneração média para o universo das(os)⁷ trabalhadoras(es) assalariadas(os) era equivalente a 3,2 salários mínimos (SMs), sendo que, nas organizações cuja finalidade era a assistência social, o salário médio era de 1,9 SM. Em contrapartida, as organizações que atuam nas áreas de saúde, associações patronais, educação e pesquisa têm médias salariais maiores (entre 3,7 SMs e 3,8 SMs), fato que indica a existência de uma segmentação salarial no universo das OSCs diretamente relacionada aos fins das atividades institucionais.

A pesquisa também revela que as mulheres predominam entre as pessoas empregadas nas OSCs brasileiras, já que representam 65% desse universo. Com relação às ocupações e sua distribuição entre mulheres e homens,⁸ a situação varia de modo significativo de acordo com: *i*) as finalidades das organizações (como mencionado anteriormente); e *ii*) alguns tipos específicos de ocupações, uma vez que as mulheres representam, por exemplo, 85% das(os) profissionais nas atividades de enfermagem – técnicas(os) e auxiliares. Nota-se que elas ocupam a maioria dos cargos relacionados a áreas ligadas à assistência: representam 93% das(os) assistentes sociais, 85% das(os) profissionais dedicadas(os) ao cuidado de idosos, 94% no que se refere à educação infantil e 95% na área de desenvolvimento infantil (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Brasil: vínculos empregatícios nas OSCs
(Em %)



Fonte: Lopez (2018).
Elaboração das autoras.

7. Neste artigo, optou-se por utilizar primeiro a versão feminina das palavras e depois a masculina.

8. Importante reconhecer aqui a existência de gêneros não binários ou não concordantes com a heteronorma, a despeito da linguagem utilizada.

Levando em conta que os empregos desempenhados por mulheres nas OSCs ocorrem predominantemente em áreas tradicionais do trabalho feminino – como serviço social, educação e enfermagem (Lopez, 2018) – vinculadas principalmente ao cuidado primário e associadas historicamente ao serviço doméstico, à reprodução e ao cuidado da família (Gilligan, 1993), consideramos fundamental recorrer a uma análise voltada ao cuidado e aos estereótipos de gênero, e suas possíveis influências na situação de desigualdade entre mulheres e homens no campo laboral. Essa perspectiva nos permite explicar e entender o lugar ocupado por elas nessas organizações e nesses espaços.

De acordo com Warren (1998, p. 214), o mundo ocidental constrói-se em torno de dualismos e utiliza um conjunto de valores e pressupostos que resultam no estabelecimento de hierarquias sociais manifestadas em diferentes formas ao longo da história. Como resultado dessa visão dualista, “uma das partes da dualidade é sempre mais valorizada que a outra; e, ao mesmo tempo, a metade mais valorizada é sempre vista como masculina” (Kheel, 1996, p. 52).

Considerando esse dualismo, o mundo ocidental produziu noções de “homem” e “mulher” nas quais eles são tidos como superiores por sua racionalidade enquanto elas são subjugadas, inferiorizadas e atreladas quase que exclusivamente aos sentimentos e às emoções (Kuhnen, 2014). Dessa forma, a mulher passa a ocupar um lugar de “outro”, de alguém que não seria capaz de ser plenamente racional.

O pensamento de atrelar a racionalidade plena a uma característica exclusivamente presente em homens é uma maneira de reproduzir o modelo patriarcal e essencialista baseado na estereotipação, na qual existiria uma diferença entre mulheres e homens, traçando, assim, uma barreira no que se refere à capacidade de tomar decisões racionais. Nota-se que aqui não se está defendendo a exclusão do papel do cuidado nas tomadas de decisão, mas sim a ideia de que as mulheres podem atuar de forma racional mesmo no desenvolvimento de ações de cuidado (e para além delas).

A partir das informações apresentadas, é possível afirmar a existência de estruturas desiguais de emprego no contexto das OSCs do país – uma situação que afeta direta e diferencialmente as mulheres. De modo geral, observa-se que as OSCs locais apresentam um panorama condizente com o mercado de trabalho brasileiro no que se refere às desigualdades de gênero, principalmente quanto à remuneração. As mulheres empregadas no setor recebem, geralmente, 85% dos salários dos homens, mas esses valores mudam com base nas finalidades de atuação e localização dessas OSCs.

Ainda segundo o IBGE (2018), as mulheres participam mais no mercado de trabalho brasileiro – quando comparadas aos homens. No entanto, essa participação se dá, em grande parte, em profissões tradicionais e culturalmente identificadas como “femininas”, às quais encontram-se associados os menores salários. Elas predominam profissionalmente, por exemplo, nas áreas de magistério, enfermagem e assistência social. No setor de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, a participação das mulheres (25,2%) era bem maior que a dos homens (10,9%). Tais dados condizem com aqueles encontrados no universo das OSCs brasileiras, indicando uma possível relação e tendência no mercado de trabalho brasileiro, em que as mulheres desempenham trabalhos tradicionalmente atrelados ao cuidado e são, em sua grande maioria, mais mal remuneradas.

Sob nossa perspectiva, a predominância de mulheres nas OSCs brasileiras desenvolvendo ocupações vinculadas ao cuidado indica a existência de relações de submissão e inferiorização atreladas ao gênero. Nesse contexto, elas tendem a ter as suas escolhas, deliberações e tomadas de decisão constantemente desafiadas e questionadas, já que, a partir dessa visão, apenas os homens seriam capazes de ocupar o lugar

e assumir o papel de pensar crítica e racionalmente diante de um conflito, dilema ou situação utilizando a racionalidade (Warren, 1998).

Em um campo no qual as mulheres atuam majoritariamente em trabalhos atrelados ao cuidado e recebem salários inferiores por desempenhar tais trabalhos, é possível afirmar que, nas OSCs brasileiras, mesmo que de forma não intencional, existe uma tendência à reprodução de padrões patriarcais que denotam a existência de um essencialismo⁹ estruturante nas relações de gênero presentes nesse campo de atuação. Essa tendência é certamente paradoxal, uma vez que, por se tratar de um setor que investe e atua na esfera da transformação social, o combate às desigualdades de gênero deveria ser uma prioridade.

3 FILANTROPIA CORPORATIVA NO BRASIL: DESIGUALDADES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E BAIXO INVESTIMENTO EM MULHERES

Ainda que o censo do GIFE abarque um universo diferenciado com relação ao estudo do Ipea, também representa uma fonte de reflexão relevante para o nosso estudo. O *Censo GIFE 2016* traz um panorama detalhado sobre a atuação de empresas, fundações e institutos que investem recursos privados em ações de finalidade pública e que, portanto, compõem um universo com uma grande diversidade de financiadores da área social. Certamente, esse campo é significativo para a finalidade deste trabalho porque o montante de recursos investido na área social oriundo desse setor foi de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões em 2016¹⁰ (Saez, Santiago e Zacchi, 2017), tanto a partir da operação de projetos próprios como da viabilização dos de terceiros (sociedade civil).¹¹

Analisando as condições do emprego no universo do GIFE, o censo de 2016 revela que, nas organizações-membro, a composição de quadros preenchidos por mulheres e homens é bastante equilibrada, já que 48% são ocupados por mulheres e 52% por homens. Essa pesquisa, por sua vez, indica que, apesar do equilíbrio numérico entre ambos, há diferenças nos cargos ocupados por esses dois grupos. Nos postos executivos – diretoras(es) ou presidentas(es) –, os homens representam 62% do universo e são, portanto, a maioria. As mulheres, na mesma posição, com a mesma idade e o mesmo tempo de trabalho (antiguidade na função), ganham, em média, 13% a menos. Nas demais posições executivas, elas são maioria, mas também ganham menos que eles – 18% a menos para cargos de diretoria e 9% a menos para postos de gerência (Saez, Santiago e Zacchi, 2017).

Nota-se, então, que as mulheres atuantes na área da filantropia corporativa, de forma geral, ganham salários menores que os homens. Se nas OSCs existe uma diferença referente ao trabalho delas e delas fortemente baseada nas baixas remunerações associadas às atividades de cuidado (Lopez, 2018) – predominantemente desempenhadas pelas mulheres –, no campo da filantropia corporativa essa diferença tende a se basear na desigualdade de acesso e remuneração em trabalhos tradicionalmente atrelados à racionalidade (posições de chefia e tomadas de decisão), nos quais elas recebem menos que eles.

Como podemos explicar esse fenômeno? As relações de poder presentes no patriarcado são estruturais e, por isso, na maioria das vezes, não são percebidas, tornando-se virtualmente¹² invisíveis.

9. O conceito de essencialismo aqui utilizado diz respeito a uma visão transcendente e naturalista, na qual as mulheres teriam um papel social predeterminado e natural ligado ao cuidado e à produção e reprodução da vida (Kuhnen, 2014).

10. Esse valor corresponde aos dados levantados entre os 129 respondentes do censo para 2016 e não aos 143 atuais associados ao GIFE.

11. O montante investido também engloba despesas administrativas.

12. As feministas têm se ocupado em denunciar determinadas relações de poder e dominação masculina. Dessa forma, muitas não são mais invisíveis a todas(os).

Essa invisibilidade também¹³ resulta dos dualismos ocidentais e da visão preconceituosa de que as mulheres são seres desprovidos de racionalidade – e que, por essa razão, desempenham o mesmo trabalho de maneira tida como menos eficiente, justa ou racional.

Considerando que, ao contrário das OSCs brasileiras (Lopez, 2018), o número de mulheres e homens empregadas(os) não é tão díspar no universo do GIFE, existe uma diferença no acesso e na execução de cargos decisórios. Nesse universo onde são movimentados grandes montantes de recursos e investimentos, os homens tendem a ocupar de forma predominante os cargos de chefia.

Além disso, as mulheres não representam um grupo-alvo prioritário dos programas de ISP, já que apenas 4% dos respondentes declararam levar em conta sexo, gênero ou orientação sexual como características a ser consideradas nos beneficiários dos projetos ou programas mais representativos. A pergunta que surge a partir dessa afirmação é: por que o investimento em mulheres não é uma estratégia prioritária das organizações que integram o GIFE?

Essa situação é bastante chamativa, levando em conta não apenas as profundas desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro, mas também porque se trata de um grupo vulnerável em termos de acesso aos direitos, e um alvo de diversos tipos de violência. De acordo com Waiselfisz (2015), o Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a quinta posição em um *ranking* de 83 nações, com uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres. Entre essas, as mulheres negras são ainda mais violentadas. Entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro dessas mortes.

Considerando o panorama apresentado, o baixíssimo investimento em mulheres e meninas que revela o censo do GIFE indica a existência de um paradoxo nas estratégias de atuação da filantropia corporativa. Nesse universo, é possível observar uma forte desconexão entre o ISP e as problemáticas vinculadas à desigualdade e à violência de gênero, fatores que representam problemas sociais significativos no Brasil. A partir dessa constatação, nos perguntamos: quais razões podem explicar a ausência de investimentos nesse grupo?

Além de constatar a escassez de investimentos para atuar num problema social de grande magnitude, surpreende o fato de que, mesmo que as mulheres sejam um grupo significativo (quantitativamente, em termos do pessoal empregado) que atua nas organizações da filantropia corporativa, elas não têm a capacidade de influir nas tomadas de decisão para investir em problemáticas ligadas a desigualdades e violência de gênero.

Apesar de não ocuparem majoritariamente cargos de chefia, elas representam um grupo numérico significativo que “atua na linha de frente” (em cargos operacionais, principalmente) – portanto, teriam as condições de influenciar os processos decisórios. Avançando na análise, acreditamos que essa situação poderia ser explicada pela falta de conscientização¹⁴ por parte das mulheres com relação às desigualdades de gênero, aspecto que se pode observar tanto em nível nacional como especificamente nos âmbitos das entidades que atuam no campo social. Também, a reprodução da cultura patriarcal nas estruturas organizacionais das OSCs e da filantropia corporativa, materializada nas diferenças salariais e no baixo acesso delas a cargos decisórios e de poder, configura um aspecto que contribui para entender as razões

13. Aqui, ressaltamos que não estamos apontando para os dualismos ocidentais e a estereotipação feminina com relação ao cuidado como únicos responsáveis pela desigualdade no campo de trabalho das OSCs e no país. Marcamos, no entanto, que esses são fatores importantes a serem considerados em uma análise.

14. A conscientização implica tanto o reconhecimento do problema como a ação/engajamento para a sua resolução.

do baixíssimo investimento em mulheres – grupo que deveria ser considerado prioritário quando se examinam as situações de desigualdade e de violência às quais são submetidas.

Nota-se que a justiça de gênero em termos de acesso e desempenho de trabalho, tanto no universo de estudo em questão como no mundo, não é responsabilidade única e exclusiva das mulheres. No entanto, destaca-se que, diante do panorama aqui descrito, elas são constantemente blindadas quanto às suas ações ou ao seu alcance dentro das organizações que se propõem a mudar a realidade social do país. Dessa maneira, mesmo que muitas vezes exista uma intencionalidade por parte dessas organizações de alterar a iniquidade de gênero na esfera social, elas são impedidas por estruturas e aspectos relacionados ao poder e seu acesso. Enquanto as decisões não forem também – ou predominantemente – tomadas por mulheres, a utilização dos espaços de poder e suas decisões por parte de homens ocorrerá de maneira a reforçar ou reeditar formas de dominação.

4 PONTOS DE CHEGADA

A partir da análise aqui realizada, é possível afirmar a existência de relações de desigualdade entre mulheres e homens nos dois universos estudados.

No caso das OSCs brasileiras, o predomínio do trabalho vinculado ao cuidado desempenhado pelas mulheres – sob imposição dos dualismos ocidentais – acaba sendo visto como inferior e, portanto, é desvalorizado. É necessário ultrapassar o essencialismo que essa visão instala, de forma a reconhecer que as mulheres, mesmo sem abandonar o cuidado, também devem poder ocupar espaços tradicionalmente delegados aos homens.

No campo da filantropia corporativa, existe o paradoxo de que, mesmo que sejam um grupo numericamente importante, as mulheres não são alvo nem prioridade do ISP. Isso pode ser explicado por seu menor acesso a cargos de tomadas de decisão, uma vez que existe uma tendência a ser “socialmente vistas” como incapazes de tomar decisões racionais (homem-superior-razional *versus* mulher-inferior-cuidado).

Adotando a perspectiva de Joy (2013), quando determinada ideologia, perspectiva ou ação está arraigada, essencialmente se torna invisível, e, portanto, difícil de combater. As conclusões aqui apresentadas são fundamentais para “desinvisibilizar” relações de poder e desigualdade para com as mulheres, a fim de desnaturalizar as imposições patriarcais hegemônicas, provocando reflexões e impulsionando mudanças que transformem esses cenários.

Quando se tem uma predominância de mulheres trabalhando num campo focado na transformação social, é necessário pensar também em desigualdades de gênero, legados patriarcais, marginalização do cuidado e estereotipação de gênero que acontecem no próprio campo, fazendo parte de estratégias, articulações e configurações de funcionamento. A transformação social precisa acontecer tanto dentro quanto fora dos limites da filantropia corporativa e das OSCs. Pesquisas como a do Ipea (Lopez, 2018) e do *Censo GIFE 2016* (Saez, Santiago e Zacchi, 2017) permitem, enfim, realizar o primeiro passo: conhecer e tornar evidentes sistemas, pensamentos ou atributos ocultos/invisíveis para poder, então, questioná-los e superá-los.

REFERÊNCIAS

- GILLIGAN, C. **In a different voice**: psychological theory and women's development. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- JOY, M. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas**: uma introdução ao carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. 198 p.
- KHEEL, M. The liberation of nature: a circular affair. *In*: DONOVAN, J.; ADAMS, C. J. (Ed.). **Beyond animal rights**: a feminist caring ethic for the treatment of animals. New York: Continuum, 1996.
- KUHNEN, T. A. A ética do cuidado como teoria feminista. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina, Paraná. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- LOPEZ, F. G. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. 176 p. Disponível em: <<http://bit.do/perfildasoscs>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- SAEZ, E. S.; SANTIAGO, G.; ZACCHI, J. M. (Org.). **Censo GIFE 2016**. 1. ed. São Paulo: GIFE, 2017. 256 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2LYsq9u>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- WAISELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <<http://bit.do/mapadaviolencia>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- WARREN, K. J. The power and the promise of ecological feminism. *In*: ZIMMERMAN, M. *et al.* (Org.). **Environmental philosophy**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.
- _____. **Ecofeminist philosophy**: a western perspective on what it is and why it matters. Oxford: Rowman and Littlefield, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HOPSTEIN, G.; DAVIDSON, M. O trabalho das mulheres nas organizações sociais no Brasil: desigualdades e paradoxos. **Artigos GIFE**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/o-trabalho-das-mulheres-nas-organizacoes-sociais-no-brasil-desigualdades-e-paradoxos>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

O TRABALHO FORMAL NAS OSCs EM 2015: O PERFIL DEMOGRÁFICO E A ESCOLARIDADE DOS VÍNCULOS DE TRABALHO^{1,2}

Pedro Gomes Andrade³

Felix Lopez⁴

André Vieira⁵

Ana Camila R. Pereira⁶

1 INTRODUÇÃO

Em 2014 foi aprovada uma lei nacional específica para regular a relação entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e o poder público.⁷ No período de sua aprovação, houve grande discussão sobre a temática de OSCs, quando ficou clara a carência de dados mais sistemáticos sobre o perfil dessas organizações. Embora sua atuação em ações de interesse público e, em particular, em políticas públicas de responsabilidade estatal não seja recente, informações sistemáticas sobre as OSCs só começaram a ser produzidas a partir do final dos anos 1990, com as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e de outras organizações (CGI, 2013; 2015; 2017).

Este artigo prossegue com o esforço e apresenta o perfil demográfico e por escolaridade dos vínculos de trabalho, de acordo com finalidades de atuação das organizações.⁸ Exploramos de modo mais detalhado os dados produzidos pelo Mapa das OSCs, apresentando o mercado de trabalho formal destas organizações, em 2015.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo utiliza técnicas de estatística descritiva para apresentar de forma sintética o perfil demográfico e a escolaridade do pessoal ocupado em empregos formais em OSCs, de acordo com as distintas finalidades de atuação. O mercado de trabalho formal das OSCs configura apenas parte da mão de obra envolvida nessas organizações, pois desconsidera outros tipos de vínculos de trabalho, como o voluntário, que é reconhecidamente um modelo importante de trabalho neste campo.⁹ Este tipo de mercado não é captado

1. Este trabalho é um desdobramento, com novas tabulações, do artigo *O perfil demográfico e a escolaridade dos trabalhadores formais das OSCs em 2015*, apresentado no XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, que ocorreu no período de 22 a 28 de setembro de 2018, em Poços de Caldas, Minas Gerais.

2. Agradecemos aos pareceristas Aguinaldo Nogueira Maciente e Igor Ferraz da Fonseca pela leitura crítica do trabalho.

3. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <pedro.andrade@ipea.gov.br>.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

5. Sociólogo. *E-mail*: <andrevieira@hotmail.com>.

6. Pesquisadora do PNPD na Diest/Ipea. *E-mail*: <ana.ribeiro@ipea.gov.br>.

7. A Lei nº 13.019/2014, posteriormente alterada pela Lei nº 13.204/2015, preenche a lacuna deixada pela inexistência de uma legislação própria para tratar da atuação das OSCs com o poder público, que resultava em ineficiências e obstáculos importantes para uma cooperação mais apropriada na implementação de políticas públicas.

8. Expressam a área de atuação das OSCs com base na Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households – COPNI), conhecida por sua sigla em inglês (Lopez, 2018).

9. Em 2017, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017, cerca de 7,4 milhões de brasileiros realizavam trabalho voluntário no país, o equivalente a 4,4% da população com mais de 14 anos. Desse total, 91% o faziam por meio de empresa, organização ou instituição.

pela fonte de informações utilizada, o que reforça a importância do Mapa das OSCs, que no futuro poderá servir como base de dados para esta temática.

Entendem-se como mercado de trabalho formal os vínculos empregatícios registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que, no setor privado, em grande medida resumem-se ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).¹⁰ A RAIS Ampliada¹¹ de 2015, que é a fonte dos dados analisados neste artigo, é um desdobramento da RAIS do mesmo ano, do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).¹² Os vínculos de trabalho foram identificados pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos trabalhadores, e a OSC, pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), segundo critérios preestabelecidos e detalhados por Lopez (2018).

Cabe ressaltar que foram desconsiderados os valores em branco, omissões que podem existir em alguns quesitos da RAIS, mas que foram residuais, ocorrendo apenas nas tabulações de raça/cor. Foram também retirados das análises os casos de vínculos que possuíam ensino superior e idade menor ou igual a 19 anos e os casos de vínculos de trabalho com até quatro anos, que também foram residuais (consultar anexo para ver dados brutos). Todas as tabelas das quais se originaram os gráficos são apresentadas no anexo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

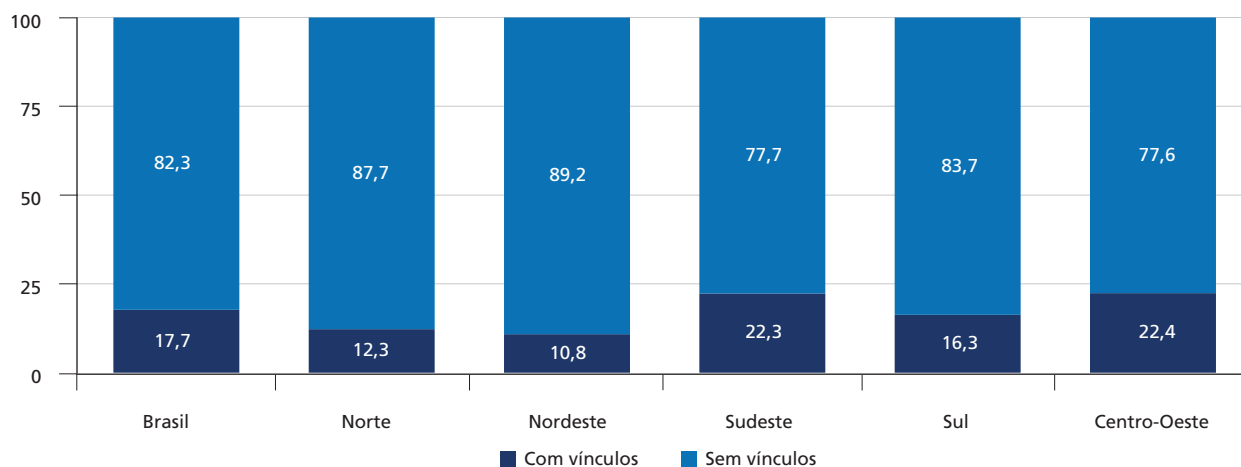
3.1 As OSCs

No universo de OSCs, 525.475 possuíam o CNPJ ativo em 2015, sendo que 82,3% não apresentavam vínculos de trabalho. As regiões Norte e Nordeste registravam o maior percentual de sem vínculos, e apenas 11%, em média, com vínculos. Por sua vez, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentavam o maior percentual de OSCs com vínculos, cerca de 22% (gráfico 1). As finalidades de atuação que possuíam maior percentual de OSCs com vínculos eram saúde, assistência social e associações patronais e profissionais, correspondendo a 60,7%, 40% e 39,1%, respectivamente (gráfico 2).

GRÁFICO 1

Distribuição relativa de OSCs com e sem vínculos de trabalho, segundo unidade geográfica (2015)

(Em %)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

10. Mais informações disponíveis em: <http://www.rais.gov.br/sitio/quem_deve_ser_relacionado.jsf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

11. A RAIS Ampliada retoma informações de bases de dados de RAIS anteriores (Lopez, 2018).

12. É importante ressaltar que as análises de OSCs só foram possíveis na medida em que o Ipea teve acesso aos microdados identificados (CNPJ e CPF), o que dependia de autorização especial do MTE.

GRÁFICO 2

Distribuição relativa de OSCs com e sem vínculos de trabalho, segundo finalidade de atuação (2015)

(Em %)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

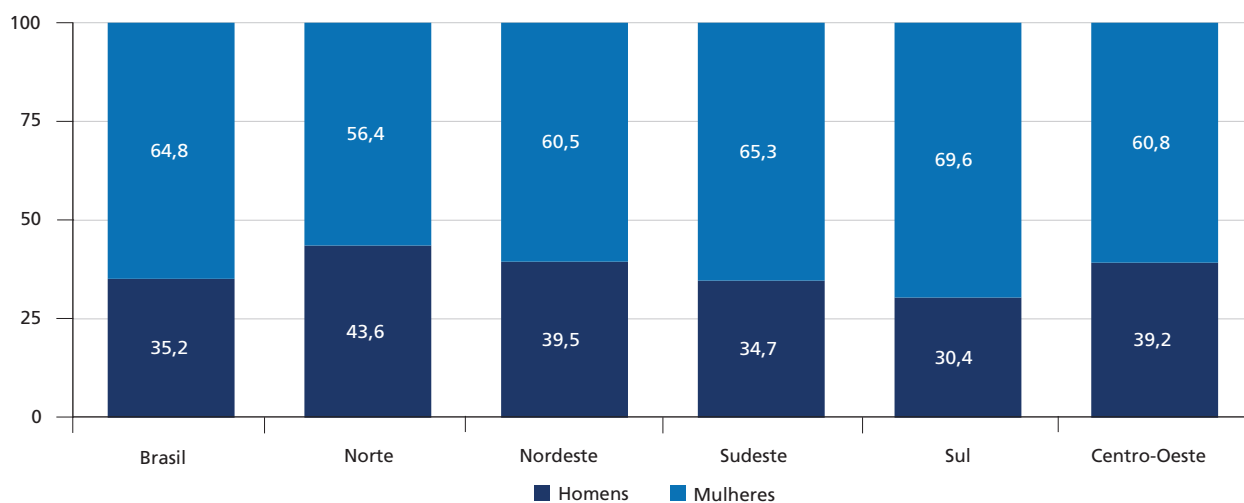
3.2 Os vínculos de trabalho por Grande Região

O mercado de trabalho formal das OSCs possuía, em 2015, 3.158.349 vínculos, majoritariamente do sexo feminino – 64,8%. Este total equivalia a 7% do total de vínculos de trabalhos ativos no país no final de 2015. As regiões com maior participação feminina neste segmento eram Sul (69,6%) e Sudeste (65,3%), e a mais próxima da paridade da representação por sexo era a região Norte (65,3%).

GRÁFICO 3

Distribuição relativa de vínculos de trabalho em OSCs, por sexo, segundo unidade geográfica (2015)

(Em %)



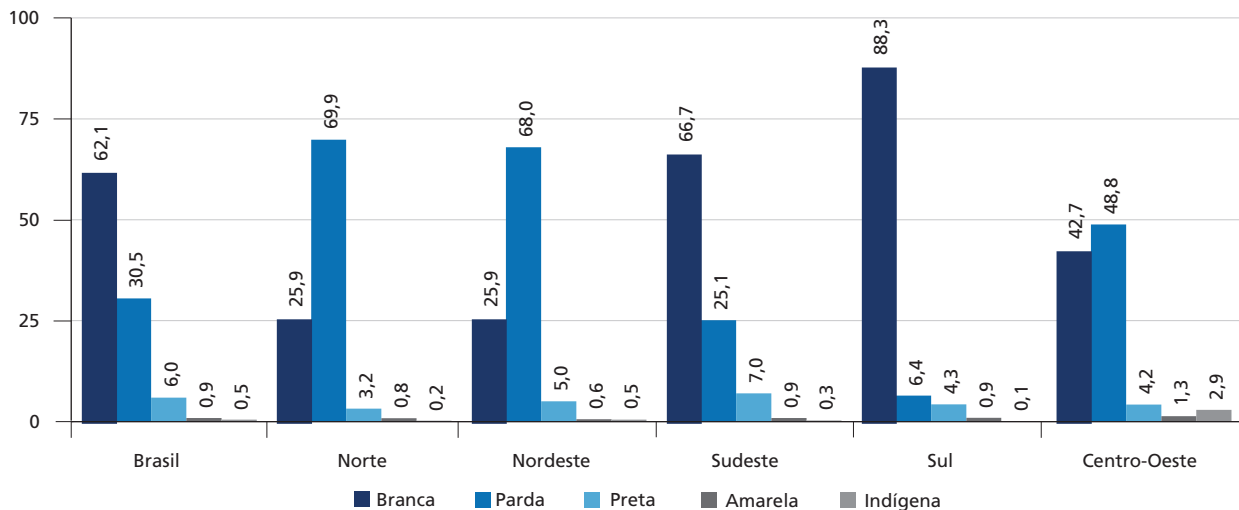
Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

No país, o mercado de trabalho nas OSCs era predominantemente branco (62,1%), com a população parda tendo a segunda maior participação (30,5%) (gráfico 4). A distribuição se invertia para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde a maior parte dos vínculos era de

pessoas pardas. A região Centro-Oeste se destacava ainda pela maior representatividade de pessoas de raça indígena, totalizando 2,9%, ou 6.135 vínculos em um total de 212.353. Cabe destacar que a informação de raça/cor na RAIS é declarada pelo contratante e, conseqüentemente, pode estar sujeita a inconsistências. Outro ponto de atenção é o volume considerável de raça/cor não declarado, apresentado no anexo.

GRÁFICO 4

Distribuição relativa de vínculos de trabalho em OSCs, por raça/cor, segundo unidade geográfica (2015)
(Em %)

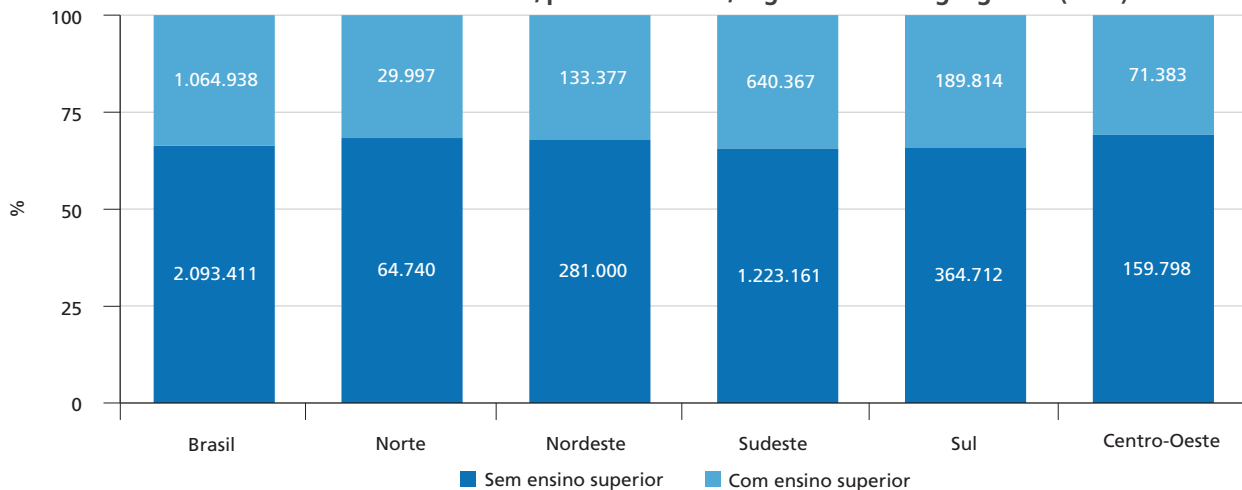


Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Os vínculos com ensino superior correspondiam a 33,7% do mercado de trabalho formal das OSCs (gráfico 5). As variações inter-regionais ocorriam, mas não eram acentuadas: a participação de vínculos com ensino superior ficou, em média, em torno de 32%.

GRÁFICO 5

Número de vínculos de trabalho em OSCs, por escolaridade, segundo unidade geográfica (2015)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

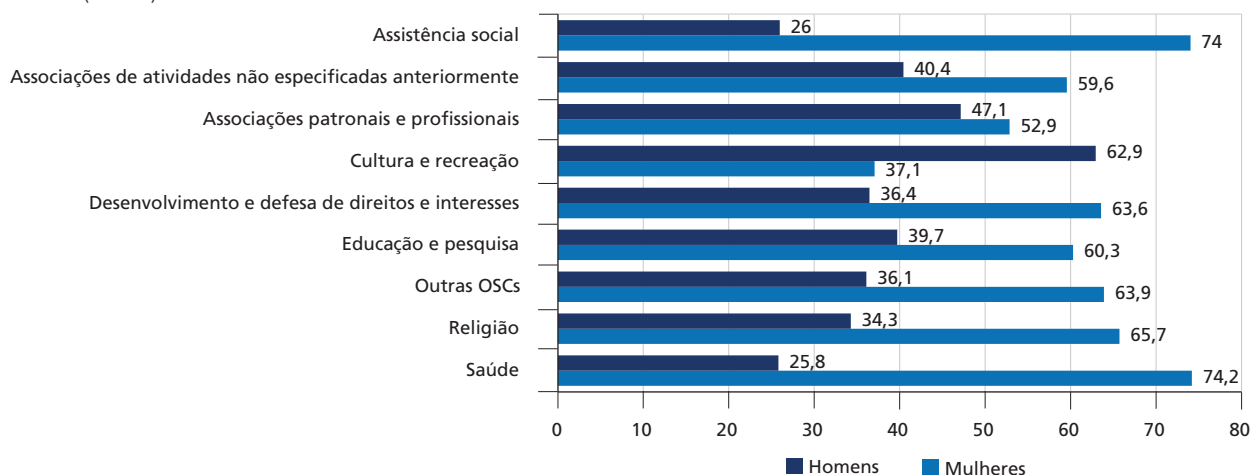
As OSCs das áreas de saúde e educação e pesquisa representavam apenas 6% do total de OSCs, mas possuíam 45% dos vínculos de trabalho. A própria natureza de suas atividades explica o número comparativamente alto de vínculos nessas áreas. Entre aquelas que possuíam vínculos, a média das organizações de saúde era de 297 vínculos e a de educação e pesquisa, de 94.

Com relação ao sexo, a área cultura e recreação era a única finalidade de atuação em que os vínculos não eram compostos majoritariamente por mulheres, que representavam apenas 37,1%, enquanto nas áreas de saúde e assistência social chegavam a 74% (gráfico 6).

GRÁFICO 6

Distribuição relativa de vínculos de trabalho em OSCs, por sexo, segundo finalidade de atuação (2015)

(Em %)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

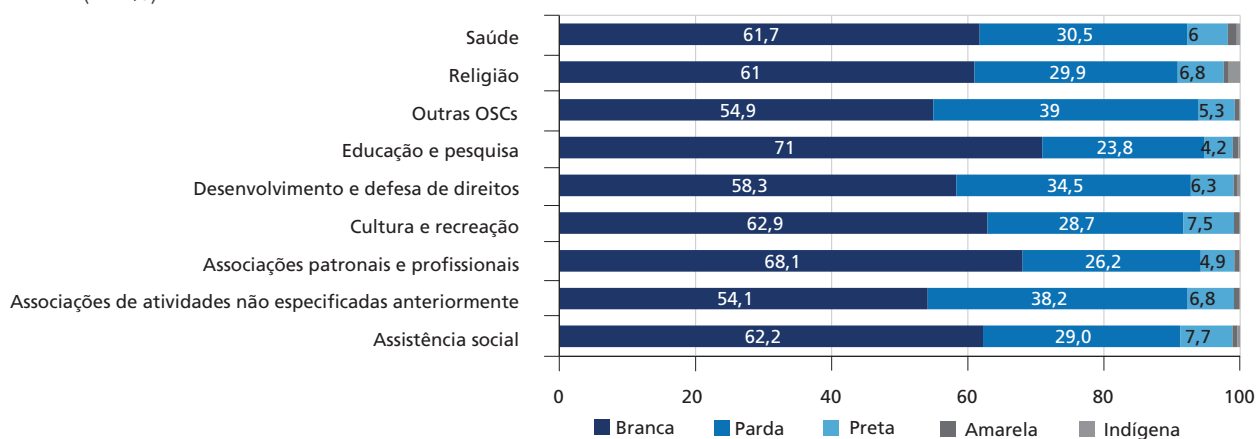
3.3 Os vínculos de trabalho por finalidade de atuação

Em todas as finalidades de atuação, existia maior representatividade da população branca entre os vínculos de trabalho, sendo educação e pesquisa a área com a maior representação, cerca de 70% (gráfico 7).

GRÁFICO 7

Distribuição relativa de vínculos de trabalho em OSCs, por raça/cor, segundo finalidade de atuação (2015)

(Em %)



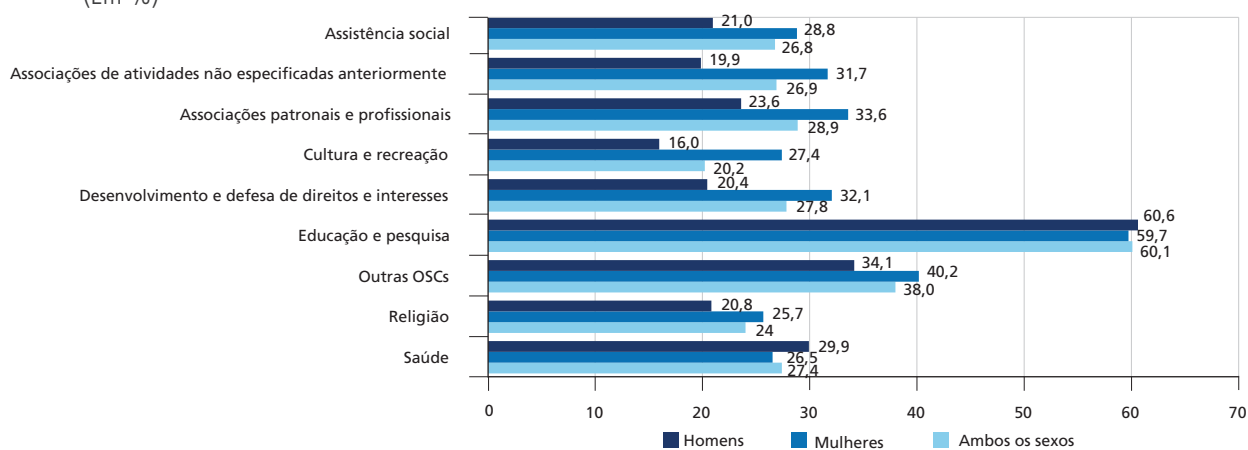
Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

A escolarização dos vínculos era heterogênea, encontrando-se as maiores diferenças entre as organizações de educação e pesquisa, em que a escolaridade superior correspondia a cerca de 60%, e de cultura e recreação, em que o nível superior completo correspondia a apenas 20% dos vínculos de trabalho. As mulheres eram mais escolarizadas em todas as finalidades de atuação, exceto em saúde e educação e pesquisa, que possuía pouca diferença em relação aos homens (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Distribuição relativa de vínculos de trabalho em OSCs, com ensino superior, por sexo, segundo finalidade de atuação (2015)

(Em %)



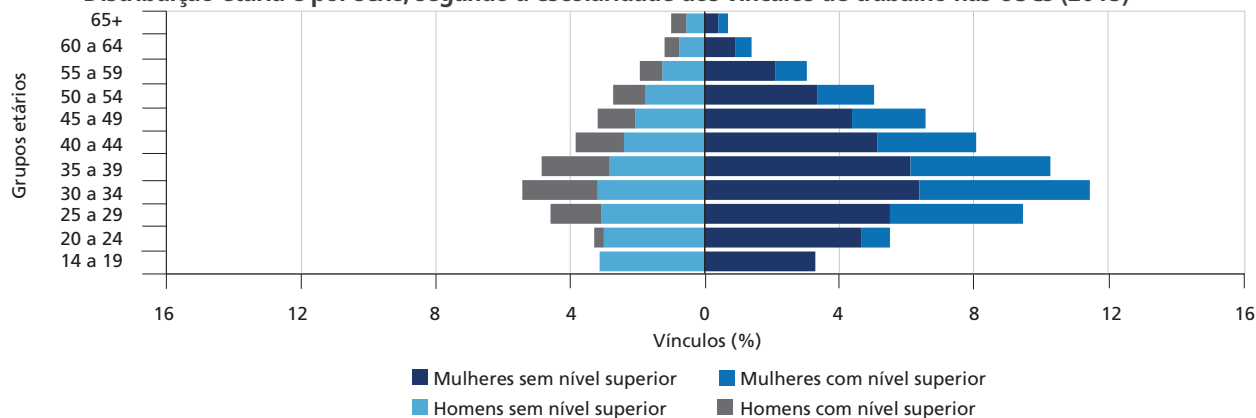
Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

3.4 Os vínculos de trabalho por grupo etário

Metade dos ocupados em OSCs tinha até 36 anos de idade, não existindo variação entre homens e mulheres. As diferenças de idade também eram pequenas em função da escolaridade: 37 anos para vínculos com ensino superior e 35 anos para aqueles sem ensino superior. Apesar do maior volume de vínculos do sexo feminino, as distribuições relativas por sexo tinham forma semelhante, o que resultou em idades medianas iguais (gráfico 9). Além disso, também é possível notar que em todos os grupos etários havia maior participação do sexo feminino com nível superior, se comparada com a distribuição masculina, exceto no grupo etário de 14 a 19 anos, que, naturalmente, não pode ter ensino superior completo.

GRÁFICO 9

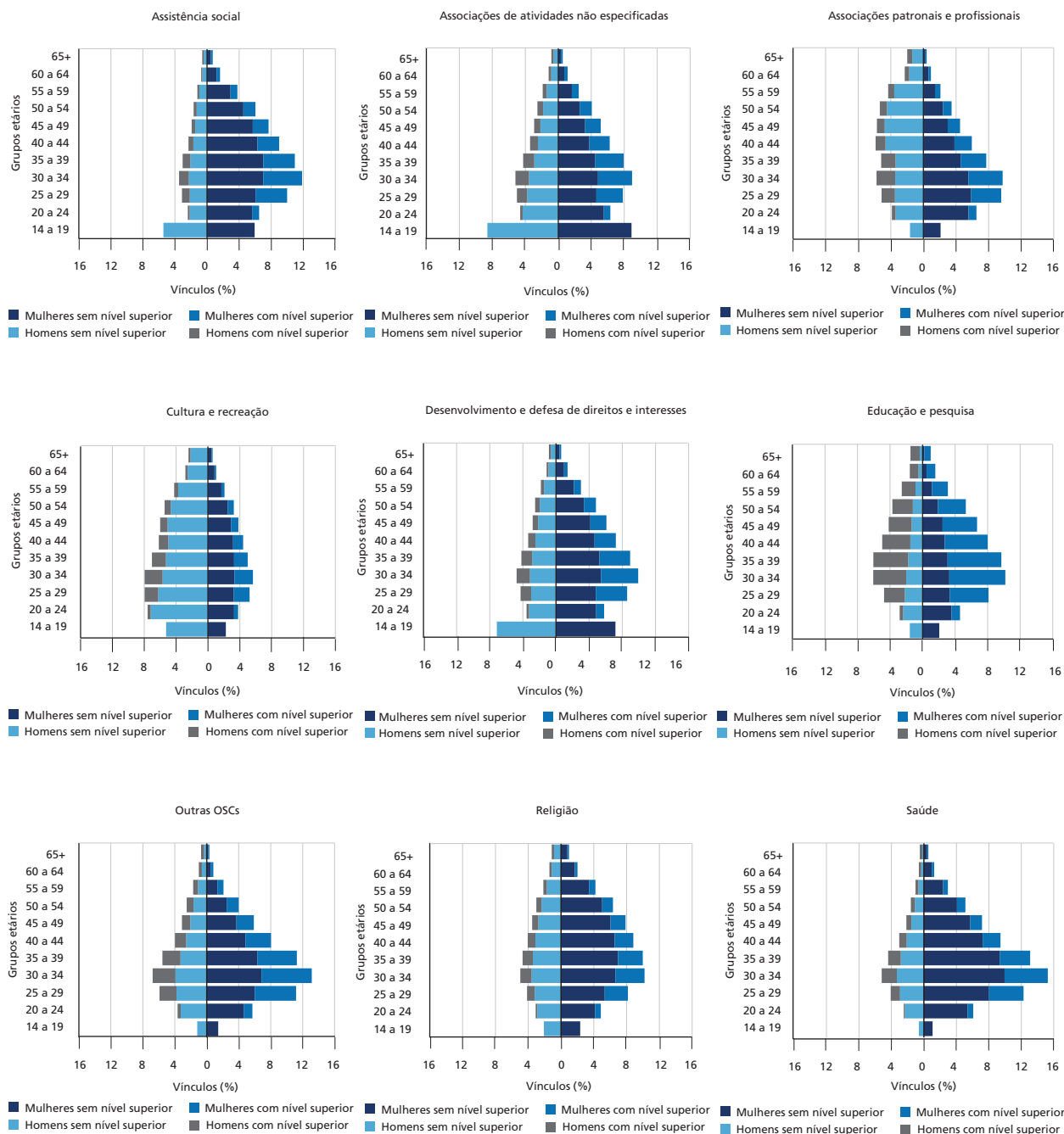
Distribuição etária e por sexo, segundo a escolaridade dos vínculos de trabalho nas OSCs (2015)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Existia, contudo, maior discrepância entre as distribuições etárias e por sexo, conforme a finalidade de atuação (gráfico 10). Nota-se um perfil etário diferente entre os sexos, dentro de uma mesma finalidade de atuação, como em associações patronais e profissionais e, em menor medida, em cultura e recreação. Nestes casos os vínculos do sexo masculino tinham idade mediana superior, apresentando distribuição etária mais envelhecida que a feminina.

GRÁFICO 10
Distribuição etária e por sexo, segundo escolaridade e finalidade de atuação, dos vínculos de trabalho nas OSCs (2015)



Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Comparativamente, as organizações das finalidades de atuação associações patronais e profissionais; cultura e recreação; educação e pesquisa; e religião possuíam pirâmides etárias mais retangulares, o que revela um perfil etário mais envelhecido, sobretudo entre os homens. Os trabalhadores em OSCs que atuam em políticas de assistência e direitos humanos tinham perfil etário mais jovem.¹³ Em suma, para além da diversidade temática e organizacional, nota-se grande diversidade nos graus de escolaridade e na distribuição etária, por sexo, nas OSCs do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou dados sobre o perfil demográfico e de escolaridade dos vínculos de trabalho em OSCs brasileiras em 2015, com base em dados produzidos pelo seu Mapa (Lopez, 2018). Foi possível estabelecer um retrato sintético do mercado de trabalho formal destas organizações, por Grandes Regiões e finalidades de atuação, tema ainda pouco explorado.

O mercado de trabalho formal das OSCs é majoritariamente feminino, exceto para organizações que atuam em cultura e recreação, de cor branca no âmbito nacional, mas com heterogeneidade regional e de acordo com as distintas finalidades de atuação. Os níveis de escolaridade e distribuição etária dos trabalhadores são igualmente bastante heterogêneos. As mulheres também são maioria entre os trabalhadores com ensino superior na maior parte das finalidades de atuação, com exceção da área de saúde. Outro ponto importante é que a maior parte das OSCs não possui vínculos de trabalho, o que reforça a importância do voluntariado. Em sentido inverso, destacam-se as OSCs de saúde, que apresentam o maior percentual de organizações com vínculos de trabalho.

A agenda de pesquisa sobre OSCs é bastante ampla e recente, principalmente no que tange aos estudos empíricos realizados a partir de fontes de dados secundárias. O tema mercado de trabalho ainda é pouco pesquisado, sendo necessário obter informações sobre o voluntariado para compreender melhor como atuam estas organizações, sobretudo aquelas que não apresentam vínculos de trabalho. As razões para a não declaração destes vínculos podem ser diversas, por exemplo: a própria questão do voluntariado, os desincentivos legais para formalizar trabalhadores remunerados e organizações que não atuam mais, embora mantenham ativos seus CNPJs.

Além de ampla, a agenda de pesquisa requer não apenas mais pessoas trabalhando com a temática, mas também uma oferta maior de fontes de dados. Temas como voluntariado, ocupações e um maior detalhamento da atuação das OSCs são bastante pertinentes, configurando uma profícua agenda futura de pesquisa.

13. Isto ocorreu nas OSCs das finalidades assistência social, desenvolvimento e defesa de direitos e interesses e atividades associativas não especificadas anteriormente. Esta última inclui as associações e os clubes estudantis.

REFERÊNCIAS

CGI – COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras**: TIC OSFIL 2012. São Paulo: CGI.br, 2013.

_____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras**: TIC OSFIL 2014. São Paulo: CGI.br, 2015.

_____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras**: TIC OSFIL 2016. São Paulo: CGI.br, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fundações e associações sem fins lucrativos**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LOPEZ, F. G. (Org.) **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece normas para procedimentos jurídicos das organizações da sociedade civil. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ANEXO

TABELA A.1
Número de vínculos de trabalho em OSCs, por sexo, segundo unidade geográfica (2015)

Unidade geográfica	Vínculos de acordo com sexo				Total
	Homens		Mulheres		
	Número	%	Número	%	
Brasil	1.110.659	35,17	2.047.690	64,83	3.158.349
Norte	41.284	43,58	53.453	56,42	94.737
Nordeste	163.563	39,47	250.814	60,53	414.377
Sudeste	646.343	34,68	1.217.185	65,32	1.863.528
Sul	168.754	30,43	385.772	69,57	554.526
Centro-Oeste	90.715	39,24	140.466	60,76	231.181

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais Ampliada (RAIS Ampliada), 2015.

Obs.: OSCs – organizações da sociedade civil.

TABELA A.2
Número de vínculos de trabalho em OSCs, por raça/cor, segundo unidade geográfica (2015)

Unidade geográfica	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Ignorado	Total
Brasil	26.029	1.831.923	14.110	900.314	175.403	210.570	3.158.349
Norte	730	22.671	188	61.179	2.810	7.159	94.737
Nordeste	2.327	99.575	1.946	261.354	19.336	29.839	414.377
Sudeste	15.457	1.172.932	5.252	441.673	122.699	105.515	1.863.528
Sul	4.673	446.058	589	32.439	21.538	49.229	554.526
Centro-Oeste	2.842	90.687	6.135	103.669	9.020	18.828	231.181

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Obs.: A tabela apresenta os dados brutos, sem a crítica, conforme descrito na metodologia.

TABELA A.3
Número de vínculos de trabalho em OSCs, por escolaridade, segundo unidade geográfica (2015)

Unidade geográfica	Vínculos de acordo com escolaridade				Total
	Sem ensino superior		Com ensino superior		
	Número	%	Número	%	
Brasil	2.093.411	66,28	1.064.938	33,72	3.158.349
Norte	64.740	68,34	29.997	31,66	94.737
Nordeste	281.000	67,81	133.377	32,19	414.377
Sudeste	1.223.161	65,64	640.367	34,36	1.863.528
Sul	364.712	65,77	189.814	34,23	554.526
Centro-Oeste	159.798	69,12	71.383	30,88	231.181

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

TABELA A.4
Número e percentual de OSCs com e sem vínculos de trabalho, segundo unidade geográfica (2015)

Unidade geográfica	Número de OSCs				Total
	Com vínculos		Sem vínculos		
	Número	%	Número	%	
Brasil	93.012	17,70	432.463	82,30	525.475
Norte	3.903	12,25	27.949	87,75	31.852
Nordeste	13.123	10,82	108.130	89,18	121.253
Sudeste	48.950	22,29	170.629	77,71	219.579
Sul	19.162	16,29	98.480	83,71	117.642
Centro-Oeste	7.874	22,40	27.275	77,60	35.149

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

TABELA A.5
Número e percentual de vínculos de trabalho em OSCs, por sexo, segundo finalidade de atuação (2015)

Finalidade de atuação	Homens		Mulheres		Total
	Número	%	Número	%	
Assistência social	51.955	25,97	148.100	74,03	200.055
Associações de atividades não especificadas anteriormente	81.433	40,44	119.923	59,56	201.356
Associações patronais e profissionais	31.577	47,14	35.412	52,86	66.989
Cultura e recreação	96.846	62,94	57.019	37,06	153.865
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	183.560	36,45	320.037	63,55	503.597
Educação e pesquisa	240.292	39,70	364.969	60,30	605.261
Outras OSCs	84.408	36,09	149.470	63,91	233.878
Religião	132.109	34,28	253.325	65,72	385.434
Saúde	208.479	25,80	599.435	74,20	807.914
Total	1.110.659	35,17	2.047.690	64,83	3.158.349

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

TABELA A.6
Número de vínculos de trabalho em OSCs, por raça/cor, segundo finalidade de atuação (2015)

Finalidade de atuação	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Ignorado	Total
Assistência social	1.353	116.764	713	54.316	14.447	12.462	200.055
Associações de atividades não especificadas anteriormente	1.394	102.175	296	72.077	12.872	12.542	201.356
Associações patronais e profissionais	447	41.548	65	15.971	3.012	5.946	66.989
Cultura e recreação	1.033	88.946	231	40.650	10.564	12.441	153.865
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.832	264.358	1.506	156.295	28.477	50.129	503.597
Educação e pesquisa	4.627	405.352	1.361	135.768	24.201	33.952	605.261
Outras OSCs	1.403	115.107	267	81.732	11.071	24.298	233.878
Religião	2.780	222.483	6.030	108.918	24.639	20.584	385.434
Saúde	10.160	475.190	3.641	234.587	46.120	38.216	807.914
Total	26.029	1.831.923	14.110	900.314	175.403	210.570	3.158.349

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Obs.: A tabela apresenta os dados brutos, sem a crítica, conforme descrito na metodologia.

TABELA A.7
Número e percentual de vínculos de trabalho em OSCs, com e sem ensino superior, por sexo, segundo finalidade de atuação (2015)

Sexo	Finalidade de atuação	Com nível superior		Sem nível superior		Total
		Número	%	Número	%	
Homens	Assistência social	10.896	20,97	41.059	79,03	51.955
	Associações de atividades não especificadas anteriormente	16.173	19,86	65.260	80,14	81.433
	Associações patronais e profissionais	7.454	23,61	24.123	76,39	31.577
	Cultura e recreação	15.471	15,97	81.375	84,03	96.846
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	37.513	20,44	146.047	79,56	183.560
	Educação e pesquisa	145.678	60,63	94.614	39,37	240.292
	Outras OSCs	28.824	34,15	55.584	65,85	84.408
	Religião	27.518	20,83	104.591	79,17	132.109
	Saúde	62.381	29,92	146.098	70,08	208.479
	Total	351.908	31,68	758.751	68,32	1.110.659
Mulheres	Assistência social	42.670	28,81	105.430	71,19	148.100
	Associações de atividades não especificadas anteriormente	37.990	31,68	81.933	68,32	119.923
	Associações patronais e profissionais	11.891	33,58	23.521	66,42	35.412
	Cultura e recreação	15.631	27,41	41.388	72,59	57.019
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	102.639	32,07	217.398	67,93	320.037
	Educação e pesquisa	218.036	59,74	146.933	40,26	364.969
	Outras OSCs	60.060	40,18	89.410	59,82	149.470
	Religião	65.050	25,68	188.275	74,32	253.325
	Saúde	159.063	26,54	440.372	73,46	599.435
	Total	713.030	34,82	1.334.660	65,18	2.047.690
Total	Assistência social	53.566	26,78	146.489	73,22	200.055
	Associações de atividades não especificadas anteriormente	54.163	26,90	147.193	73,10	201.356
	Associações patronais e profissionais	19.345	28,88	47.644	71,12	66.989
	Cultura e recreação	31.102	20,21	122.763	79,79	153.865
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	140.152	27,83	363.445	72,17	503.597
	Educação e pesquisa	363.714	60,09	241.547	39,91	605.261
	Outras OSCs	88.884	38,00	144.994	62,00	233.878
	Religião	92.568	24,02	292.866	75,98	385.434
	Saúde	221.444	27,41	586.470	72,59	807.914
		Total	1.064.938	33,72	2.093.411	66,28

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

TABELA A.8
Número e percentual de OSCs com e sem vínculos de trabalho, segundo finalidade de atuação (2015)

Finalidade de atuação	Com vínculos		Sem vínculos		Total
	Número	%	Número	%	
Assistência social	5.595	40,00	8.394	60,00	13.989
Associações de atividades não especificadas anteriormente	7.567	10,32	65.769	89,68	73.336
Associações patronais e profissionais	5.143	39,13	8.000	60,87	13.143
Cultura e recreação	7.983	18,22	35.838	81,78	43.821
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	22.859	13,53	146.094	86,47	168.953
Educação e pesquisa	6.444	24,05	20.345	75,95	26.789
Outras OSCs	6.778	15,34	37.402	84,66	44.180
Religião	27.925	20,42	108.860	79,58	136.785
Saúde	2.718	60,68	1.761	39,32	4.479
Total	93.012	17,70	432.463	82,30	525.475

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

TABELA A.9
Distribuição etária e por sexo, segundo escolaridade e finalidade de atuação, dos vínculos de trabalho nas OSCs (2015)

Finalidade de atuação	Grupos etários	Homens		Mulheres		Total
		Com nível superior	Sem nível superior	Com nível superior	Sem nível superior	
Assistência social	< 13	0	1	0	0	1
	14 a 19	12	10.874	49	11.868	58
	20 a 24	449	4.353	1.768	11.233	22.745
	25 a 29	1.949	4.301	7.888	12.090	17.803
	30 a 34	2.452	4.539	9.692	14.020	26.228
	35 a 39	1.953	4.129	7.850	14.041	30.703
	40 a 44	1.227	3.409	5.424	12.555	27.973
	45 a 49	914	2.937	3.932	11.410	22.615
	50 a 54	749	2.599	3.001	9.055	19.193
	55 a 59	511	1.908	1.735	5.847	15.404
	60 a 64	314	1.162	875	2.360	10.001
65+	366	847	456	951	4.711	
Total	10.896	41.059	42.670	105.430	200.055	
Associações de atividades não especificadas anteriormente	< 13	0	0	0	0	-
	14 a 19	26	17.304	35	17.892	154
	20 a 24	607	8.687	1.582	11.132	35.103
	25 a 29	2.461	7.622	6.469	9.305	22.008
	30 a 34	3.332	7.137	8.303	9.725	25.857
	35 a 39	2.730	5.854	6.922	9.046	28.497
	40 a 44	1.915	4.970	4.986	7.579	24.552
	45 a 49	1.549	4.351	3.822	6.567	19.450
	50 a 54	1.377	3.713	2.947	5.249	16.289
	55 a 59	982	2.811	1.677	3.320	13.286
	60 a 64	623	1.704	814	1.464	8.790
65+	571	1.107	433	654	4.605	
Total	16.173	65.260	37.990	81.933	201.356	

(Continua)

(Continuação)

Finalidade de atuação	Grupos etários	Homens		Mulheres		Total
		Com nível superior	Sem nível superior	Com nível superior	Sem nível superior	
Associações patronais e profissionais	< 13	1	0	0	0	1
	14 a 19	2	1.107	6	1.406	8
	20 a 24	304	2.288	656	3.704	2.513
	25 a 29	1.096	2.342	2.466	3.928	6.952
	30 a 34	1.542	2.316	2.815	3.699	9.832
	35 a 39	1.182	2.290	2.095	3.067	10.372
	40 a 44	818	3.118	1.418	2.555	8.634
	45 a 49	648	3.177	1.009	2.000	7.909
	50 a 54	584	2.995	702	1.608	6.834
	55 a 59	493	2.401	444	954	5.889
	60 a 64	376	1.167	190	426	4.292
	65+	408	922	90	174	2.159
Total		7.454	24.123	11.891	23.521	66.989
Cultura e recreação	< 13	0	0	0	0	-
	14 a 19	19	8.093	18	3.448	166
	20 a 24	603	11.062	787	5.038	11.412
	25 a 29	2.625	9.604	3.054	4.981	17.490
	30 a 34	3.454	8.779	3.582	5.111	20.264
	35 a 39	2.713	8.110	2.622	5.052	20.926
	40 a 44	1.846	7.662	1.918	4.870	18.497
	45 a 49	1.426	7.810	1.420	4.451	16.296
	50 a 54	1.151	7.215	1.140	3.846	15.107
	55 a 59	786	5.755	608	2.593	13.352
	60 a 64	437	3.923	294	1.276	9.742
	65+	411	3.362	188	722	5.930
Total		15.471	81.375	15.631	41.388	153.865
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	< 13	0	1	1	0	1
	14 a 19	33	35.924	149	36.080	353
	20 a 24	1.505	16.404	4.807	24.450	71.834
	25 a 29	6.497	15.056	19.015	24.158	47.166
	30 a 34	8.148	15.821	22.666	27.282	64.726
	35 a 39	6.548	14.534	18.589	26.418	73.917
	40 a 44	4.417	12.505	12.887	23.436	66.089
	45 a 49	3.286	10.879	9.762	20.854	53.245
	50 a 54	2.782	9.899	7.272	16.951	44.781
	55 a 59	1.911	7.286	4.302	10.812	36.904
	60 a 64	1.219	4.543	2.100	4.886	24.311
	65+	1.167	3.195	1.089	2.071	12.748
Total		37.513	146.047	102.639	217.398	503.597

(Continua)

(Continuação)

Finalidade de atuação	Grupos etários	Homens		Mulheres		Total
		Com nível superior	Sem nível superior	Com nível superior	Sem nível superior	
Educação e pesquisa	< 13	1	0	1	1	2
	14 a 19	59	9.515	139	12.416	93
	20 a 24	2.640	14.426	6.265	21.584	22.037
	25 a 29	15.433	13.193	28.877	20.186	44.915
	30 a 34	24.589	12.119	41.669	19.898	77.689
	35 a 39	25.899	10.667	39.966	18.601	98.275
	40 a 44	20.921	9.070	31.905	16.446	95.133
	45 a 49	17.126	8.067	25.595	14.887	78.342
	50 a 54	15.304	7.202	20.732	11.426	65.675
	55 a 59	10.263	5.240	11.791	7.041	54.664
	60 a 64	6.547	2.978	6.456	3.035	34.335
	65+	6.896	2.137	4.640	1.412	19.016
Total		145.678	94.614	218.036	146.933	605.261
Outras OSCs	< 13	0	0	0	0	-
	14 a 19	28	2.783	52	3.344	18
	20 a 24	949	7.605	2.539	10.797	6.189
	25 a 29	4.982	8.851	12.062	14.050	21.890
	30 a 34	6.682	9.152	14.705	16.020	39.945
	35 a 39	5.283	7.692	11.594	14.772	46.559
	40 a 44	3.264	6.031	7.506	11.306	39.341
	45 a 49	2.468	4.793	5.075	8.699	28.107
	50 a 54	2.010	3.856	3.526	5.813	21.035
	55 a 59	1.417	2.572	1.807	3.104	15.205
	60 a 64	899	1.425	827	1.107	8.900
	65+	842	824	367	398	4.258
Total		28.824	55.584	60.060	89.410	233.878
Religião	< 13	0	0	0	1	1
	14 a 19	12	8.045	70	9.023	52
	20 a 24	818	11.116	2.716	15.965	17.098
	25 a 29	3.619	12.362	10.877	20.570	30.615
	30 a 34	5.371	13.780	13.727	25.529	47.428
	35 a 39	4.855	13.210	11.704	26.735	58.407
	40 a 44	3.622	12.036	8.814	25.162	56.504
	45 a 49	2.869	10.655	7.024	23.263	49.634
	50 a 54	2.459	9.155	5.099	19.341	43.811
	55 a 59	1.675	6.628	2.940	13.224	36.054
	60 a 64	1.114	4.349	1.310	6.454	24.467
	65+	1.104	3.255	769	3.008	13.227
Total		27.518	104.591	65.050	188.275	385.434

(Continua)

(Continuação)

Finalidade de atuação	Grupos etários	Homens		Mulheres		Total
		Com nível superior	Sem nível superior	Com nível superior	Sem nível superior	
Saúde	< 13	0	0	0	1	-
	14 a 19	17	4.981	41	8.567	49
	20 a 24	1.158	18.995	5.450	43.550	13.558
	25 a 29	9.263	23.810	34.347	64.811	69.153
	30 a 34	15.078	26.993	43.073	80.228	132.231
	35 a 39	12.563	22.974	30.260	75.412	165.372
	40 a 44	7.392	17.129	17.653	58.481	141.209
	45 a 49	4.981	12.564	11.565	46.190	100.655
	50 a 54	4.026	8.981	8.423	32.917	75.300
	55 a 59	3.013	5.383	4.792	19.075	54.347
	60 a 64	2.399	2.630	2.333	7.889	32.263
	65+	2.491	1.658	1.126	3.251	15.251
	Total	62.381	146.098	159.063	440.372	807.914

Fonte: RAIS Ampliada, 2015.

Obs.: A tabela apresenta os dados brutos, sem a crítica, conforme descrito na metodologia.

(DES)CUMPRIMENTO DA LEI DE COTAS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes¹

Stella Camlot Reicher²

1 INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil (OSCs), assim como as empresas e os órgãos públicos, são potenciais empregadores de pessoas com deficiência (PCDs), e também estão sujeitas ao cumprimento da chamada Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991). O fato de atuarem em áreas sociais não as exime de cumprir as obrigações legais de contratação de PCDs a partir dos seus vínculos de empregos formais.

Este texto analisa os dados recém-publicados pelo Ipea no *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. O compilado de informações sobre a inclusão de PCDs no mercado de trabalho em OSCs tem origem no cruzamento de bases de dados públicos situadas no Mapa das OSCs – plataforma pública georreferenciada, que reúne e divulga dados sobre o terceiro setor.³

Taremos aqui os normativos incidentes sobre o mecanismo de reserva de vagas que as organizações têm que cumprir na mesma proporção das empresas e a contradição demonstrada pelos dados de que parte das organizações que estão sujeitas à regra parece não cumprir a obrigação legal. Essas informações nos permitem levantar hipóteses sobre o cumprimento da Lei de Cotas pelas OSCs no Brasil e apontar caminhos para uma agenda de pesquisa futura sobre o tema.

2 LEGISLAÇÃO QUE TRATA DA INCLUSÃO DE PCDs NO MERCADO DE TRABALHO

2.1 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD)

O Brasil conta com um tratado de direitos humanos no seu ordenamento jurídico específico sobre o tema – a CDPD. Aprovada em 2006 na Organização das Nações Unidas (ONU), foi ratificada no Congresso Nacional em 2008 com *status* de equivalência constitucional, ou seja, tem valor jurídico equiparado à Constituição Federal.

Seus dispositivos corroboram e impulsionam a Lei de Cotas de 1991, que já estabelecia mecanismo de ação afirmativa visando à inclusão de PCDs no mercado de trabalho, servindo de base também para as normas editadas posteriormente – como foi o caso da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), também conhecida como LBI.

Em seu art. 27, a CDPD assegura que as PCDs têm garantido o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, incluindo o “direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência” (Brasil, 2008), cabendo ao Estado brasileiro adotar medidas para a promoção do reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das PCDs e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral (*op. cit.*, art. 8, § 2º, alínea a, III).

1. Advogada.

2. Advogada.

3. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>.

Em todas as etapas do processo de ingresso e manutenção do emprego, as condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência e ascensão profissional devem ser asseguradas às PCDs, conforme suas especificidades, para que não se configure discriminação baseada na deficiência.

A convenção garante condições justas, seguras, salubres e favoráveis para o exercício da atividade laboral, incluindo iguais oportunidades e remuneração por trabalho de igual valor, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho. Protege o exercício de direitos trabalhistas e sindicais, o acesso a programas de orientação técnica e profissional, a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado, além de assegurar a garantia de adaptações razoáveis às PCDs no local de trabalho.

Além disso, a convenção ainda destaca a necessidade de promoção do emprego de PCDs nos setores público e privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que podem incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras iniciativas.

2.2 Lei de Cotas

Desde antes do advento da CDPD, o Brasil já contava com legislação que estabelecia mecanismo de ação afirmativa visando à inclusão de PCDs no mercado de trabalho privado.

Em 1991, a Lei de Cotas obrigou empresas com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou PCDs na seguinte proporção: até 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.⁴

Como forma de assegurar o compromisso com a manutenção das vagas para as PCDs, a Lei de Cotas estabeleceu que a dispensa, por parte do empregador, somente pode ocorrer ao término de contrato por prazo determinado de mais de noventa dias, ou, no caso de dispensa imotivada, em contratos por prazo indeterminado, contratando outra PCD ou beneficiário reabilitado da Previdência Social.

Embora referindo-se expressamente às empresas que integram o setor privado, a Lei de Cotas se aplica também às OSCs cujos quadros sejam integrados por cem ou mais empregados.

2.3 LBI

A LBI foi construída para regulamentar a CDPD. Reconhece que as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos (Brasil, 2015, art. 34, § 1º), bem como o acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

Ao tratar sobre a inclusão da PCD de forma competitiva (*op. cit.*, art. 37), afirma a necessidade de atendimento às regras de acessibilidade, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e adaptação razoável no ambiente de trabalho. Reconhece também que a colocação competitiva da PCD pode ocorrer por meio do trabalho com apoio, mediante a provisão de suportes, que incluem a disponibilização de agente facilitador e de auxílio no ambiente laboral.

4. Embora o art. 93 da Lei de Cotas traga referência à obrigatoriedade de contratação de PCDs por empresas, dúvida não há de que o dever imposto se aplica também ao universo das OSCs. O art. 14 da mesma lei diz que se considera empresa "a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não" (Brasil, 1991, grifo nosso).

O respeito ao perfil vocacional e ao interesse da PCD apoiada, a oferta de aconselhamento e o apoio a empregadores para definir estratégias de inclusão e superação de barreiras – inclusive atitudinais – e a realização de avaliações periódicas são diretrizes a serem observadas no trabalho com apoio.

Na sua edição, a lei não modificou a regra já existente da reserva de vagas no mercado de trabalho por entender que continua sendo necessária e adequada à realidade brasileira.

3 QUANTO O TERCEIRO SETOR EMPREGA DE PCDs

Dados recentemente sistematizados pelo Ipea revelam que a grande maioria das organizações não está sujeita à Lei de Cotas, mas que aquelas obrigadas à reserva legal apresentam significativa diferença do percentual praticado com o que deveria ser na contratação das PCDs, quando setorizam as OSCs como potenciais empregadores dessas pessoas em suas faixas de vínculos de emprego (Lopez, 2018).

Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ampliada, 83% das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego e 7% têm até dois vínculos de trabalho, totalizando 90% de OSCs que contam com até dois vínculos de emprego.

Em 2015, eram quase 3 milhões de pessoas com vínculo empregatício em OSCs, o que equivalia, no período, a 3% da população ocupada do país e a 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada.

Responsáveis então por 2.904.888 vínculos formais de emprego no Brasil, as OSCs têm 940.222, ou seja, 32,36%, distribuídos em entidades menores, com número de funcionários abaixo de cem vínculos formais. Essas organizações não estão obrigadas à reserva de vagas para PCDs, nos termos da Lei nº 8.213/1991, em razão do número de funcionários com vínculo formal que empregam (Lopez, 2018).

Isso significa que, dos vínculos formais de emprego no terceiro setor, há a concentração de aproximadamente um terço em organizações sem obrigação de manter a reserva de vagas para PCDs.

Em contrapartida, 1.964.666 vínculos formais de emprego no terceiro setor, ou 67,63% do total, estão distribuídos entre OSCs que possuem mais de cem vínculos formais de emprego e, portanto, estão obrigadas ao cumprimento da Lei de Cotas, como já explicado anteriormente (Lopez, 2018, p. 84).

Esse contingente, apesar da obrigatoriedade, não preenche a totalidade das vagas previstas em lei, como se discutirá a seguir.

TABELA 1
Pessoal ocupado com deficiência por faixas de vínculos (2015)

Tamanho da OSC	Cota (%)	Pessoal ocupado em OSCs sujeitas à Lei de Cotas	Pessoal ocupado (%)	PCDs contratadas por OSCs sujeitas à Lei de Cotas	PCDs contratadas por faixa de organização (%)	Pessoas contratadas para cumprir a cota por faixa de organização
100 a 200	2	318.789	16,23	5.594	14,89	6.376
201 a 500	3	456.748	23,25	9.282	24,70	13.702
501 a 1.000	4	362.384	18,44	7.300	19,42	14.495
1.001 ou mais	5	826.745	42,08	15.405	40,99	41.337
Total		1.964.666	100,00	37.581	100,00	0

Fonte: Lopez (2018).

A tabela 2 apresenta dados acerca do número de PCDs ocupadas no conjunto das OSCs, levando em conta a mesma divisão considerada no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, para a determinação dos percentuais de contratação de PCDs.

TABELA 2
Total e percentual de pessoal ocupado com deficiência, por faixas de vínculos (2015)

Tamanho da OSC	Pessoal ocupado	PCDs	%
Menos de 100	940.222	6.751	0,7
100 a 200	318.789	5.594	1,8
201 a 500	456.748	9.282	2,0
501 a 1.000	362.384	7.300	2,0
1.001 ou mais	826.745	15.405	1,9
Total	2.904.888	44.332	1,5

Fonte: Lopez (2018).

As organizações que têm de 100 a 200 funcionários deveriam cumprir o percentual de 2%, o que corresponde a 6.376 PCDs contratadas. A tabela revela que dos 318.789 funcionários contratados no terceiro setor nessa faixa, 5.594 são PCDs, totalizando o percentual de 1,8%. Ou seja, por esses dados, para o cumprimento das cotas, deveríamos ter um pouco mais de PCDs nessas organizações, o que equivaleria a 782 pessoas.

No caso das organizações com 201 a 500 vínculos, o percentual de PCDs empregadas deveria corresponder a 3%, ou seja, 13.702 pessoas. Conforme a tabela 2, de um total de 456.748 pessoas empregadas, 9.282 são PCDs, ou seja, 2% em vez de 3%. Dessa forma, deveríamos ter mais 4.420 pessoas para que o percentual previsto em lei fosse cumprido.

Nas organizações que possuem de 501 a 1.000 funcionários, o número de PCDs contratadas deveria ser de 4%. A tabela revela que dos 362.384 funcionários contratados por OSCs nesta faixa, apenas 2% são PCDs, o que corresponde a 7.300 pessoas. Para alcançar os 4% que a Lei de Cotas impõe, seria preciso um total de 14.495 PCDs a mais contratadas. Apenas metade da cota parece ser cumprida.

Por fim, no caso de organizações com 1.001 ou mais funcionários, o contingente de PCDs contratadas deveria ser de 5%, de um total de 826.745, o que corresponde a 41.337. No entanto, apenas 15.405, ou seja, 1,9%, são pessoas com deficiência – para chegar a 5% seriam necessárias mais 25.932 PCDs empregadas.

Hoje as OSCs obrigadas ao cumprimento da Lei de Cotas contratam juntas 37.581 PCDs. Se todas cumprissem a lei, estaríamos diante de um total de 75.911 PCDs ocupando postos de trabalho. Ou seja, metade da cota está por cumprir.

Entre o total de OSCs, o contingente de PCDs contratadas atinge o percentual máximo de 2% nas organizações que têm entre 201 e 1.000 colaboradores.

Quanto maior o percentual, maior o número de PCDs que deveriam ser contratadas, e menor o dado de realidade de contratação. Nas maiores organizações, as quais possuem mais vínculos formais de emprego, o percentual de contratação de pessoas com deficiência diminui em vez de aumentar. A tabela demonstra ainda que as OSCs com mais de 1.000 vínculos de emprego estão, no geral, mais aquém das exigências mínimas de contratação de PCDs.

Diante destes dados, a pergunta é: por que nas maiores organizações, com maior número de vínculos empregatícios – e, portanto, em tese, com maior estrutura –, o percentual de contratação de PCDs é mais distante do patamar mínimo determinado pela Lei de Cotas?

4 PAPEL DAS OSCs NA INCLUSÃO DE PCDs

Há OSCs que atuam especificamente com o processo de colocação competitiva de PCDs no mercado de trabalho, por meio de estratégias para alcançá-las no recrutamento e na seleção, desenvolver trabalhos apoiados, indicar adaptações necessárias, promover formação continuada, entre outras. A *expertise* e o trabalho dessas organizações são, nesse sentido, essenciais para apoiar outras instituições no processo de inclusão das PCDs no mercado de trabalho.

Como dito, não são todas as organizações que têm essa obrigação legal. Ao contrário, em comparação com o universo, são em número bem menor as que estão sujeitas a essa disposição. Muito embora questões relacionadas com vulnerabilidade, inclusão e diferenças sejam parte do dia a dia das OSCs, há organizações que estão dentro da faixa de vínculos de emprego que as sujeitam à reserva de vagas e que deixam de incluir PCDs em seus quadros.

Processos seletivos não inclusivos, ausência de apoio necessário nas etapas de seleção e falta de sensibilização e de preparo da equipe para trabalhar com colegas com certos tipos de deficiência são algumas das causas que frequentemente impedem que PCDs ingressem e permaneçam em seus postos de trabalho.

Ademais, ainda enfrentam limitações ao exercício de seu direito à educação – o que compreende o acesso a uma educação de qualidade, a permanência na escola e a possibilidade de conclusão de seus estudos em igualdade de condições. Não raramente, PCDs abandonam seus estudos, em razão do despreparo das instituições de ensino para lidar com a inclusão, da falta de acessibilidade, de situações pessoais e até mesmo de barreiras atitudinais com as quais se deparam. Sem a escolaridade esperada, essas pessoas encontram dificuldade para acessar vagas que exigem dos candidatos patamares mínimos de formação.

Outro ponto é que, assim como no caso das empresas, também no universo das OSCs a questão da experiência tem um peso. Contratar alguém que nunca trabalhou ou que tem pouca experiência acaba limitando a possibilidade de ingresso de muitas PCDs no mercado. A inclusão no mercado de trabalho descortina a exclusão educacional dessas pessoas.

Tal qual verificado nas empresas, atuar na perspectiva de construção de ambientes de trabalho inclusivos, que respeitem a diversidade, e refletir internamente princípios e valores que defendem perante o seu público beneficiário – financiadores, associados e demais partes interessadas em relação à inclusão das PCDs – têm sido desafios para muitas OSCs, inclusive para as que se dedicam a defender e garantir os direitos de tais pessoas.

Muitas vezes, as OSCs não estão preparadas para incluir, ou acabam na contramão de suas missões, adotando internamente posturas assistencialistas, que não contribuem para a conquista da autonomia e da independência das PCDs, inclusive na seara do direito ao trabalho. Isso se deve a uma série de fatores.

Assegurar inclusão e permanência de PCDs no espaço de trabalho exige esforços que nem sempre empresas e OSCs estão dispostas a empreender; tais iniciativas vão desde a revisão de processos internos (de seleção, avaliação, estruturação de planos de carreira, entre outros) até a realização de ações de sensibilização de colaboradores, da equipe de recursos humanos, de líderes das áreas e da alta gestão. Incluir exige o compromisso de todos – e também *know-how*, preparo técnico e disponibilidade de aprendizagem.

Dada a situação de fragilidade institucional enfrentada por tantas OSCs ao redor do país, que encaram cotidianamente barreiras diversas para manter suas operações em andamento, com profissionais contratados nos termos da legislação vigente e sem prejuízo de seus direitos trabalhistas, é certo que o tema da inclusão, nesse contexto, acaba não sendo priorizado.

É preciso, ainda, que as seguintes premissas fundamentais em qualquer processo voltado à promoção da diversidade no ambiente do trabalho – o que considera também a inclusão das PCDs – sejam adotadas: diálogo como ferramenta para solucionar confrontos, sensibilidade para fomentar diferentes olhares e coragem para enfrentar mudanças.

Por fim, incluir tem custos. Exige recursos financeiros para assegurar a adoção de medidas de acessibilidade; requer adaptações razoáveis, quando necessário; determina ações de sensibilização e capacitação; despende horas das equipes de recursos humanos na revisão de políticas internas e na construção de processos seletivos e de outros que sejam de fato acessíveis; carece de investimento de tempo de gestores, a fim de treinar e acompanhar a evolução das PCDs contratadas; além de outros imperativos, nem sempre tangíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito ao trabalho e emprego é assegurado para as PCDs no Brasil por meio de diversos diplomas legais. No entanto, conforme revelam os dados recentemente divulgados pelo Ipea (Lopez, 2018), a contratação de PCDs e sua efetiva inclusão no mercado de trabalho ainda são um desafio a ser superado – em especial quando consideramos que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja visual, auditiva, física, mental ou intelectual, o que representa 23,9% da população brasileira, segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Atualmente é mais presente em organizações que atuam nas áreas de saúde, educação e pesquisa, com religião e no desenvolvimento e na defesa de direitos e interesses – e, nesse campo, especialmente as que estão no subgrupo *saúde, assistência e educação*. Em termos percentuais, essas organizações são responsáveis por 81% das contratações de PCDs em todo o país. Por sua vez, o contingente de associações patronais e profissionais que empregam PCDs é reduzido, se comparado a outros tipos de organizações.

Não obstante o relevante papel indutor no processo de inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho – mesmo o direito ao trabalho sendo-lhes assegurado no Brasil por meio de diversos diplomas legais –, sua inclusão e permanência no mercado ainda são um desafio a ser superado. E não é apenas no campo empresarial que há dificuldades. A inclusão das PCDs apresenta questões consideráveis também no campo das OSCs.

Os dados analisados revelam que as OSCs ainda não conseguem cumprir integralmente a reserva percentual objetiva de vagas instituída pela Lei de Cotas. Tanto é assim que, no cômputo geral, as organizações obrigadas pela faixa de vínculo de emprego ao cumprimento dessa lei atualmente contratam 37.581 PCDs. Se efetivamente a cumprissem, o número de contratações subiria para 75.911, nesse âmbito, no terceiro setor.

Organizações maiores e mais estruturadas tendem a exigir um nível de formação ou experiência que nem todas as PCDs adquiriram; por isso, nem sempre estão dispostas a contratar para formar. Em entidades menores, as barreiras institucionais que interferem na contratação de pessoal, na manutenção de equipes

e na proteção de seus direitos trabalhistas são tantas que a contratação e a inclusão de colaboradores com deficiência acabam não sendo prioridades nas agendas das OSCs.

Para que mais PCDs sejam incluídas no mercado de trabalho, é preciso buscar alternativas que transcendam a atual lógica da Lei de Cotas, que, embora tenha contribuído, ainda não conseguiu de forma efetiva sanar a questão.

O momento exige novas reflexões sobre como mudar esse cenário, já que perpetuar esse quadro de exclusão contribui para a sistemática violação de direitos das PCDs – prática que, em nosso entendimento, contraria a essência de várias OSCs que atuam nas mais diversas áreas, em prol do interesse público.

O que ocorreria, por exemplo, se a Lei de Cotas, que hoje exige uma reserva mínima de mercado para as PCDs dentro de um viés repressivo-punitivo, passasse a assegurar benefícios/incentivos para empresas e OSCs que contribuíssem direta ou indiretamente para a contratação e inclusão de PCDs? Que outras formas de incentivo poderiam ser pensadas para que esse tipo contratação deixe de ser visto como um ônus?

As OSCs são relevantes empregadores no cenário nacional e, em última instância, operam em prol do interesse público. É preciso, portanto, que tais organizações estejam conscientes de seu papel indutor e que contribuam com sua experiência e atuação para a construção de soluções que equacionem as dificuldades e os ônus experimentados pelos empregadores, e o desejo de efetivamente promover a inclusão de PCDs no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>.

_____. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ConvencaoONU.asp>>.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 1-215. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>.

LOPEZ, F. G. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, L. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU. *In*: GUGEL, M. A.; MACIEIRA, W.; RIBEIRO, L. (Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. Curitiba: Obra Jurídica, 2007.

_____. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU. **Revista do Advogado**, São Paulo, ano XXVII, n. 95, dez. 2007.

_____. Pessoa com deficiência. *In*: INSTITUTO CULTIVA; ESCOLA DE GOVERNO DE SÃO PAULO. **Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, seu protocolo facultativo e a acessibilidade**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Nova concepção sobre pessoas com deficiência com base nos direitos humanos. *In*: LIMA, F. J.; MENDONÇA, R. (Org.). **A efetividade da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Recife: Editora UFPE, 2013.

REICHER, S. C. Diversidade humana e assimetrias: uma releitura do contrato social sob a ótica das capacidades. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 173-185, jun. 2011. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/11/sur14-port-completa.pdf>>.

_____. Da proteção da integridade da pessoa. *In*: SDH/PR – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SNPD – SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Novos comentários à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: SNPD; SDH/PR, 2014. p. 116-122.

_____. O monitoramento da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: avanços e desafios para a sua implementação no Brasil. *In*: CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA. (Org.). **1º guia Brasil-Alemanha de inclusão: viver diversidade!** São Paulo: Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, 2016.

_____. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: o cenário nacional pós-ratificação e os desafios à sua implementação. *In*: GONZAGA, E. A.; MEDEIROS, J. L. (Org.). **Ministério Público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília: ESMPU, 2018.

REICHER, S. C.; ATALLA, R. **A convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: status de implementação nos países do G20**. [s.l.]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/4434-1442-5-30.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2018.

REICHER, S. C.; MIZIARA, D.; BECHARA, F. Capacidade legal e o direito ao trabalho. *In*: BARIFFI, J. (Org.). **Práctica clínica y litigación estratégica en discapacidad y derechos humanos: algunas experiencias de Iberoamérica**. Madrid: Dykinson Editorial, 2013.

Seção III

Sustentabilidade das OSCs: estratégias e limites



ALGUNS VALORES – E MUITOS PROBLEMAS – PARA ESTIMAR AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL¹

Felix Lopez²

Pedro Gomes Andrade³

1 INTRODUÇÃO

Para que as organizações da sociedade civil (OSCs) sejam vigorosas, o que é salutar para o país e para a democracia, é preciso que tenham dinheiro.⁴ Sem dinheiro é mais difícil atuar em campanhas, pagar propaganda, contratar pessoal – embora existam muitos trabalhadores voluntários⁵ –, comprar material e executar o emaranhado de ações que põem em marcha a formulação e a execução de projetos. Portanto, identificar a estrutura de financiamento é decisivo para compreender sua força e suas deficiências nesse aspecto. Há grande dificuldade para entender melhor como as OSCs atuam e a relação do seu perfil de atuação com a magnitude dos recursos – públicos e privados – recebidos, pois as informações sobre suas fontes de financiamento são dispersas, inexistentes ou inacessíveis. Portanto, este breve texto tem por objetivo listar algumas das dificuldades de reunir informações abrangentes sobre a estrutura de financiamento das OSCs e apresentar de forma sumária alguns números relativos ao financiamento oriundo dos recursos públicos federais.

Comparar as (des)vantagens de executar políticas com a burocracia ou com as OSCs é fundamental para definir qual o escopo desejável da participação destas últimas com financiamento estatal. Quando uma OSC pretende difundir bibliotecas em cidades pobres, por exemplo, faz toda diferença se esse projeto foi realizado com dinheiro privado ou dinheiro público. Com dinheiro público, é legítimo – e desejável – saber se ela fez isso melhor que a burocracia e se devemos apostar o recurso do cidadão na OSC ou na burocracia. Com dinheiro privado e voluntariado, em quaisquer ações em favor do interesse coletivo a sociedade lucra e não há quem se oponha. Entre os financiadores privados e a OSC, o poder público não deve arbitrar, exceto se houver isenções tributárias etc.

Se não temos dados detalhados sobre as fontes privadas, sobra para a análise o setor público – todavia, também aqui somente aproximações são possíveis. A primeira dificuldade para identificar quanto dinheiro público uma OSC recebe é que se trata, na verdade, de um grupo de entidades – Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs), se preferem – bem menor que o universo das entidades sem fins lucrativos (ESFL).⁶

1. Agradecemos a Mauro Santos Silva e João Cláudio Pompeu pela leitura e pelas sugestões a este breve texto. Opiniões, omissões e eventuais erros, entretanto, são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

3. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea. *E-mail*: <pedro.andrade@ipea.gov.br>.

4. A fonte desse recurso pode ser pública ou privada, e as consequências para as características organizacionais e as áreas de atuação das OSCs vão variar.

5. Embora as OSCs possam viver com base apenas na atuação voluntária, é preciso uma concepção heroica da capacidade do voluntariado para imaginar que só ele sustente o setor.

6. O subgrupo das OSCs, no universo das ESFLs, inclui as seguintes naturezas jurídicas, conforme a Tabela de Natureza Jurídica da Receita Federal do Brasil: fundação privada (306-9), organização religiosa (322-0), organização social (330-1) e associação privada (399-9). Portanto, em linha com a Classification of the Purpose of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as seguintes organizações são excluídas: partidos políticos, sindicatos, cartórios, caixas escolares, condomínios, Sistema S, entidades de mediação e arbitragem, comissão de conciliação prévia, conselhos, fundos e consórcios municipais, e cemitérios e funerárias. Para mais detalhes, consultar Lopez (2018).

Só em 2014 elas se tornaram um conceito jurídico-formal. Entretanto, os orçamentos da federação falam em ESFL. Não é simples separar a parte (OSC) do todo (ESFL), por vários motivos. O principal é que o orçamento precisaria, nas transferências de recursos, identificar cada OSC para poder separá-la do todo, e poucos orçamentos o fazem. No orçamento federal, é mais simples – embora continue complexo – separar ESFLs e OSCs, contanto que se tenha uma lista das OSCs do país, o que então o Mapa das OSCs do Ipea fez recentemente.⁷

Dados mais detalhados são importantes porque provavelmente não há uma relação unívoca entre OSCs e o setor público, ainda menos para tratar de resultados de políticas. Zarychta (2016) demonstrou, para o caso de Honduras, que não há uma relação unívoca que explique o êxito dos resultados, quando se trata das cooperações entre poder público e OSCs. No Brasil, que é uma federação complexa, isso envolve saber como os atores governamentais (nos três níveis administrativos) e não governamentais interagem, e quais as obrigações recíprocas, sem falar nos beneficiários. Dificilmente existe uma receita geral e única que sirva a todos os tipos de parceria.

2 ASPECTOS DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PARA OSCs

Uma dificuldade básica é identificar quem recebe recursos municipais e estaduais, além de saber que OSCs recebem recursos federais executando políticas que, oficialmente, aparecem como ações executadas pelo governo estadual ou municipal, por conta do papel mediador que esses entes exercem na alocação do orçamento federal. Dos municípios, dos quais se sabe menos, vêm mais recursos. Do governo federal, de que se sabe mais, a fatia é menor.

A questão é mais bem resolvida no orçamento federal, ainda que com diversas lacunas a preencher em uma análise mais detalhada. O Sistema de Convênios da Administração Federal (Siconv) registra as transferências voluntárias federais para OSCs. Contudo, ao cotejá-lo com o sistema orçamentário federal, o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), é possível notar expressivo volume de transferências para OSCs ausentes no primeiro sistema. Essa ausência ocorre por diversas razões, a exemplo da desobrigação legal de registro de repasses de recursos em algumas áreas de políticas. O mesmo SIAFI indica que a maior parte dos recursos que chegam a CNPJs de OSCs consta como transferências para municípios ou para Estados – ou, ainda, transferências diretas.⁸

A maior dificuldade encontrada é identificar o volume de recursos estaduais e municipais para OSCs. Seria fácil se os dados nas tabelas das finanças de estados e municípios, que a Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza, computassem como transferências para OSCs, mas elas registram como transferências para ESFLs.

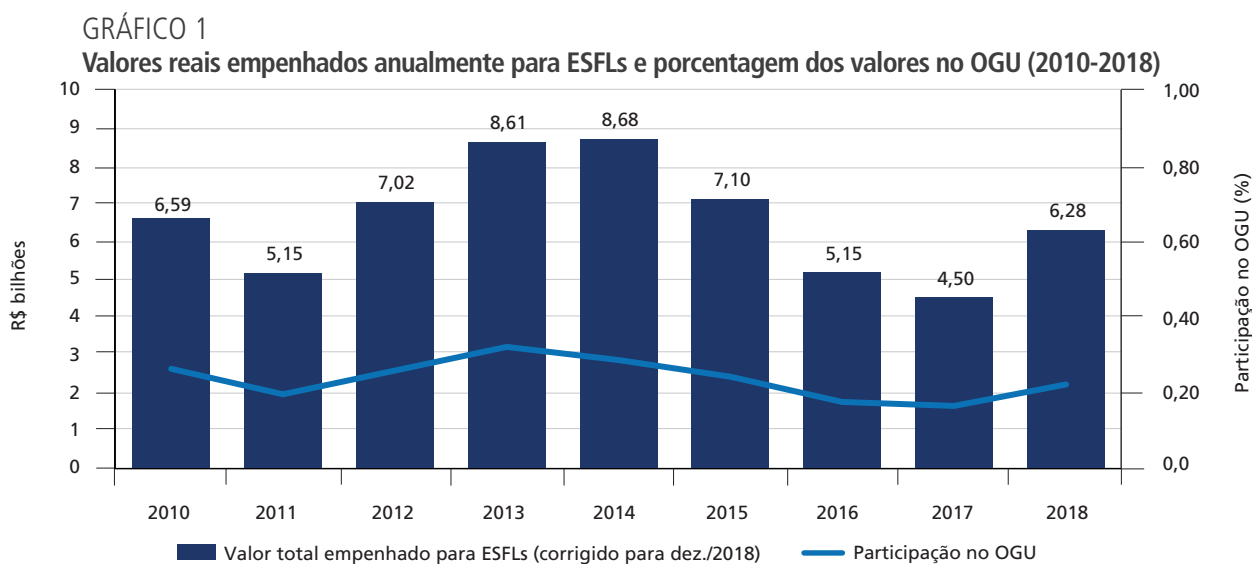
Identificar o que é recurso público transferido diretamente para OSCs, portanto, é um trabalho artesanal a ser feito de forma coletiva, até que em algum momento esses dados estejam automaticamente integrados – trabalho que vem sendo feito pelo Mapa das OSCs. O obstáculo é maior nos municípios, as principais fontes de recursos públicos para OSCs, como indicado mais adiante. Em relação ao orçamento

7. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>.

8. A terminologia orçamentária registra uma modalidade própria de transferências voluntárias para ESFLs, que é a modalidade de aplicação 50, e outras definem recursos federais destinados a outros entes. Por exemplo, as transferências federais para estados ocorrem por meio da modalidade 30, e as transferências federais para municípios ocorrem pela modalidade 40. As análises sobre transferência para as ESFLs circunscrevem-se, em geral, aos valores transferidos por meio da modalidade 50. Entretanto, um volume expressivo de recursos para ESFLs e OSCs é executado por outras modalidades, o que se vê ao cotejar informações dos CNPJs das OSCs com a lista de beneficiários de transferência da União disponível no SIAFI. Para mais informações, ver Mello, Pereira e Andrade (2019).

federal, o volume de recursos para OSCs, considerando as 820 mil mostradas no Mapa no período de 2010 a 2018, foi de cerca de 0,5% do total do orçamento no período⁹ (Mello, Pereira e Andrade, 2019). Todavia, como os orçamentos públicos registram transferências para ESFLs, não para OSCs,¹⁰ utilizamos ESFLs sempre que não for possível falar de OSCs. Essa aproximação serve para compreender tendências e padrões nas transferências voluntárias para as primeiras.

De acordo com Lopez (2018), no período entre 2001 e 2017, observando-se as informações registradas na modalidade 50 de aplicação, houve uma tendência de redução da porcentagem das transferências de recursos federais para ESFLs no Orçamento Geral da União (OGU). No período de 2011 a 2014, existe tendência de crescimento, com posterior queda até 2017 e recuperação em 2018 (gráfico 1). A participação no total do orçamento, destinado a ESFLs em 2017, passa de 0,16% para 0,22% em 2018.¹¹



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal.

Obs.: Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A modalidade de aplicação 50, que registra as transferências para ESFLs, abarca menos de 30% das transferências voluntárias anuais (tabela 1). Por isso, uma compreensão mais abrangente do financiamento público das ESFLs (e das OSCs) requer uma análise de todo o orçamento, cujos dados das transferências para OSCs existem somente a partir de 2010 (Mello, Pereira e Andrade, 2019). Considerando o universo de cerca de 820 mil OSCs, ativas no ano de 2016 (Lopez, 2018), e buscando seus CNPJs no SIAFI, as transferências para OSCs em 2015 totalizaram, então, mais de R\$ 11 bilhões, dos quais cerca de R\$ 4 bilhões foram destinados por meio da modalidade 50. De 2010 a 2018, apenas R\$ 38 bilhões dos R\$ 118 bilhões transferidos para OSCs afluíram por meio daquela modalidade (tabela 1).

9. Trata-se do orçamento fiscal e da seguridade social.

10. Até a promulgação da Lei nº13.019/2014, não existia no ordenamento jurídico a nomenclatura “organização da sociedade civil”. Espera-se mais precisão nos orçamentos no futuro a partir do reconhecimento do campo da sociedade civil organizada como diferente do todo das ESFLs. Por exemplo, o Sistema S está na modalidade 50 por ser constituído por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, mas não pode ser considerado uma OSC na acepção do termo.

11. O total não inclui as transferências realizadas por empresas estatais, que estão fora do OGU.

TABELA 1
Valores reais empenhados para ESFLs e OSCs, na modalidade de aplicação 50, e para OSCs no OGU (2010-2018)

Ano	Valor total empenhado (corrigido para dez./2018)								
	Total do orçamento empenhado			Destinado a OSCs					
	Total do orçamento (A) (R\$)	50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos (B) (R\$)	(B/A) x100 (%)	Modalidade 50		Exceto modalidade 50		Total	
			Total (R\$)	Em relação a B (%)	Total (R\$)	Em relação a A (%)	Total (R\$)	Em relação a A (%)	
2010	2.524.673.228.803	6.592.457.184	0,26	5.634.346.471	85,47	8.611.461.907	0,34	14.245.808.378	0,56
2011	2.653.371.463.536	5.146.227.981	0,19	3.654.329.469	71,01	8.162.713.603	0,31	11.817.043.072	0,45
2012	2.739.395.843.510	7.024.851.725	0,26	4.794.409.992	68,25	8.709.533.789	0,32	13.503.943.781	0,49
2013	2.698.885.880.433	8.612.030.062	0,32	4.983.316.374	57,86	8.166.264.430	0,30	13.149.580.804	0,49
2014	3.051.138.625.138	8.680.279.037	0,28	4.668.759.880	53,79	9.062.507.597	0,30	13.731.267.477	0,45
2015	2.953.446.139.868	7.104.313.835	0,24	3.999.635.409	56,30	7.449.471.793	0,25	11.449.107.202	0,39
2016	2.965.325.077.350	5.152.400.504	0,17	3.601.362.143	69,90	8.490.316.078	0,29	12.091.678.221	0,41
2017	2.751.508.394.908	4.495.067.203	0,16	3.583.329.298	79,72	12.067.409.188	0,44	15.650.738.486	0,57
2018	2.849.604.008.767	6.275.364.936	0,22	3.456.810.973	55,09	9.447.912.310	0,33	12.904.723.283	0,45
Total	25.187.348.662.313	59.082.992.467	0,23	38.376.300.009	64,95	80.167.590.695	0,32	118.543.890.704	0,47

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal e SRF (2016).

Obs.: Universo de 820.186 OSCs, ano-base 2016 (Lopez, 2018; Mello, Pereira e Andrade, 2019). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

A modalidade de aplicação é um dos componentes da classificação da despesa e uma das vias para identificar de que forma serão utilizados os recursos orçamentários. O orçamento aponta que as transferências para as OSCs ocorrem não apenas por essa modalidade, destinadas a ESFLs – há outras também, como transferências a estados e municípios, aplicações diretas e transferências do exterior. Uma possível razão é o fato de a modalidade de aplicação direta (modalidade 90) corresponder a aproximadamente 64% do repasse no período de 2010 a 2017 (tabela 2).

TABELA 2
Recursos empenhados para OSCs, por modalidade de aplicação orçamentária (2010-2018)

Modalidades de aplicação	Valores empenhados (corrigidos para dez./2018)	
	Total (R\$)	(%)
30 – Transferências a estados e ao Distrito Federal	1.803.692.488	1,52
32 – Execução orçamentária delegada aos estados e ao Distrito Federal	2.136.652.792	1,80
40 – Transferências a municípios	5.820.059	0,00
50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	38.376.300.010	32,37
60 – Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	26.765.678	0,02
80 – Transferências ao exterior	3.799.806	0,00
90 – Aplicações diretas	75.848.970.255	63,98
95 – Aplicação direta – ações e serviços de saúde, Lei Complementar nº 141/2012 (art. 24)	341.889.615	0,29
Total	118.543.890.704	100,00

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal e SRF (2016).

Obs.: Universo de 820.186 OSCs, ano-base 2016 (Lopez, 2018; Mello, Pereira e Andrade, 2019). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

Os elementos de despesa¹² da modalidade de aplicação 90 (aplicações diretas, de 2010 a 2018) mostram que 65,5% do recurso teve como destino “outros serviços de terceiros-pessoa jurídica” (elemento 39); 7,01%, “material de consumo” (elemento 30); e 4,89%, “principal corrigido da dívida contratual refinanciado” (elemento 77). A prestação de serviços aos órgãos responde pela maior parte do recurso aplicado, mas não é possível detalhar a natureza do serviço.

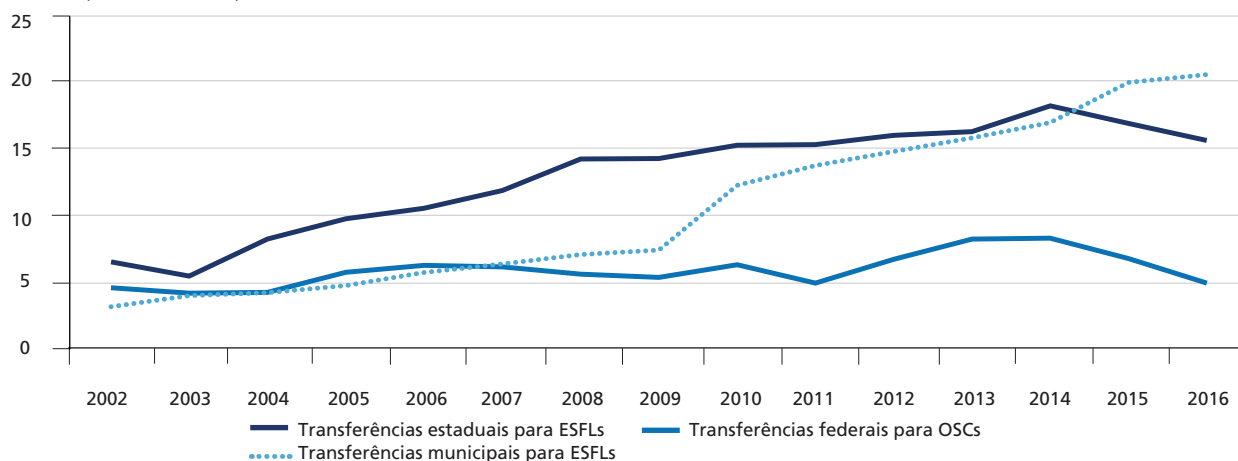
Para um retrato mais abrangente da relação do Estado com as ESFLs e OSCs, o mais importante é observar a evolução nos três níveis federativos. De 2002 a 2016, houve forte crescimento das transferências para as ESFLs no nível estadual e, principalmente, municipal (Lopez, 2018).¹³ O crescimento das transferências estaduais foi de 140% e das municipais, de 555%, em relação a 2002 (gráfico 2). As políticas centrais do Estado de bem-estar, saúde, educação e assistência são entregues pelos municípios, mesmo que a origem orçamentária seja a União. Tanto via burocracia pública quanto via OSCs, no nível local é que a entrega cotidiana de serviços se realiza. Hoje, sessenta de cada cem servidores públicos são municipais – em 1950, eram apenas quinze. Ademais, houve nesse período crescente descentralização de recursos para execução de políticas federais pelos municípios (Golbetti e Orair, 2010).

Por fim, apresenta-se uma nota sobre as áreas de políticas para as quais os recursos federais têm sido destinados. De 2010 a 2018, mais da metade dos recursos (54%) foi transferida para as funções orçamentárias saúde e educação (gráfico 3), o que sublinhou a relevância da atuação das OSCs, principalmente nas políticas de saúde, em especial, como parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

GRÁFICO 2

Transferências voluntárias da União, dos estados e dos municípios para ESFLs (2002-2016)

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal; Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Obs.: Universo de OSCs com bases na RAIS. Para mais detalhes, ver Lopez (2018). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

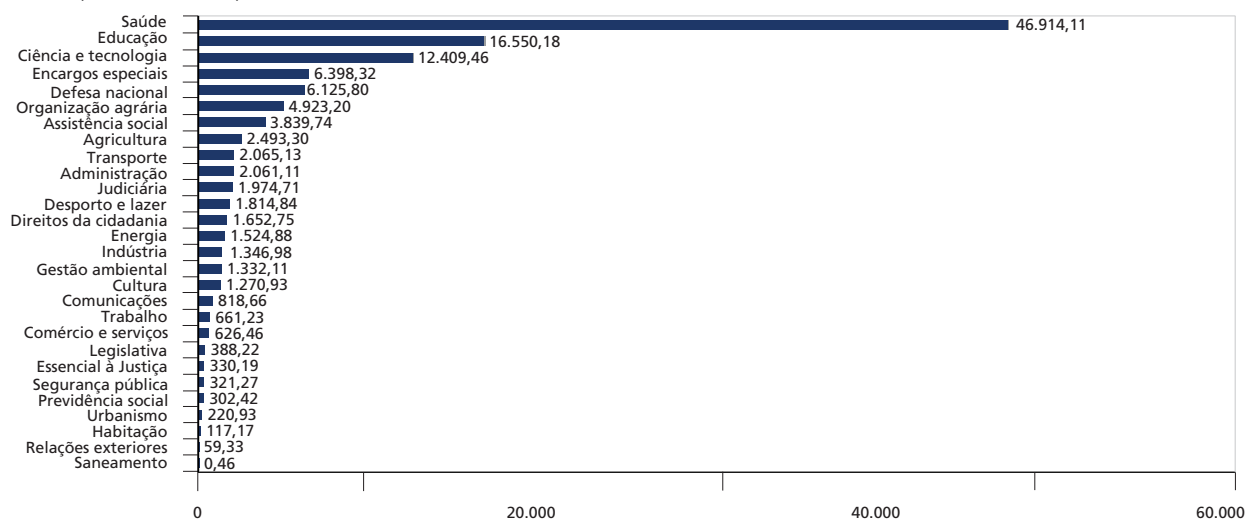
12. O elemento de despesa “tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins” (Brasil, 2018, p. 65).

13. Não há informações sistemáticas disponíveis por CNPJ, para o caso da execução orçamentária dos estados e dos municípios, e, por isso, utilizou-se a *proxy* rubrica homogênea “transferências para ESFLs” para os três níveis da administração.

GRÁFICO 3

Total de recursos empenhados para OSCs, por funções orçamentárias (2010-2018)

(Em R\$ milhões)



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal e CNIS/SRF, 2016.

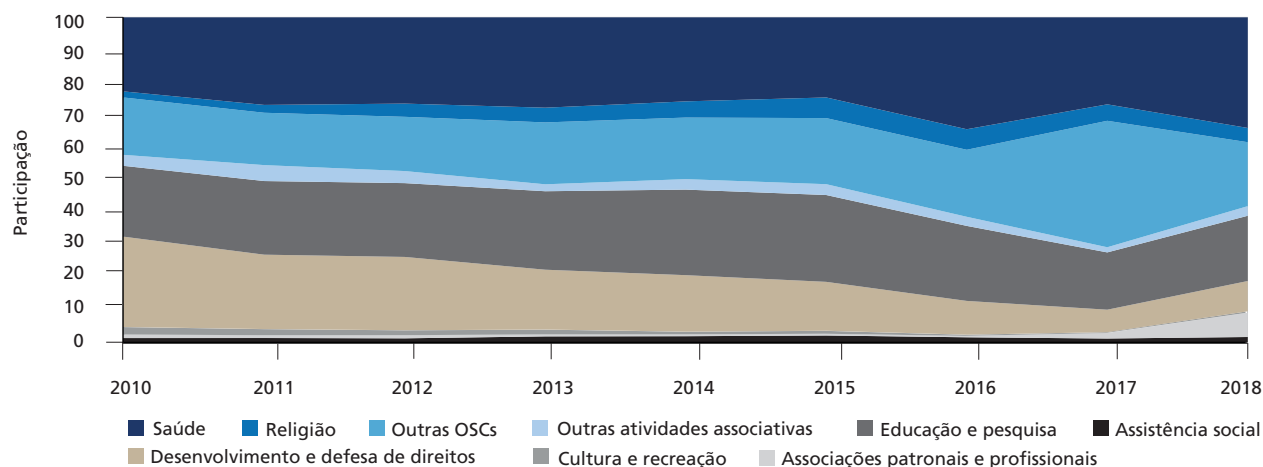
Obs.: Universo de 820.186 OSCs, ano-base 2016 (Lopez, 2018; Mello, Pereira e Andrade, 2019). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

Em relação às transferências por finalidades de atuação, dois aspectos se sobressaem. Primeiro, as organizações que atuam na finalidade de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses – conforme a classificação do Mapa – no período de 2010 a 2018 tiveram redução de cerca de 70% do volume empenhado. Sua participação no total destinado a OSCs sofreu redução de 27,78%, em 2010, para 9,32%, em 2018 (gráfico 4). Segundo, o espaço para as organizações da finalidade saúde cresceu, no entanto – de 22,79% para 34,03% do total anualmente transferido no período (gráfico 4).

GRÁFICO 4

Transferências voluntárias da União, por finalidade de atuação das OSCs (2010-2018)

(Em %)



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal e SRF (2016).

Obs.: Universo de 820.186 OSCs, ano-base 2016 (Lopez, 2018; Mello, Pereira e Andrade, 2019). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

O número de OSCs que anualmente recebem recursos federais caiu de 9.815, em 2010, para 5.319, em 2018 (tabela 3). Sob esse prisma, a cooperação federal teve redução significativa. Considerando existir mais de 800 mil OSCs, nota-se quão importante é coletar dados sobre seu financiamento, a partir de orçamentos estaduais e municipais.

TABELA 3
Evolução do número de OSCs recipientes de transferências federais no OGU (2010-2018)

Ano	Número de OSCs que receberam empenho
2010	9.815
2011	9.187
2012	8.792
2013	7.358
2014	6.827
2015	5.801
2016	5.483
2017	5.075
2018	5.319
Total	63.657

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal e SRF (2016).

Obs.: Universo de 820.186 OSCs, ano-base 2016 (Lopez, 2018; Mello, Pereira e Andrade, 2019). Valores corrigidos para preços de dezembro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

3 CONSIDERAÇÃO FINAL

Embora este texto tenha tratado da transferência federal de recursos para OSCs e das dificuldades de compulsar dados equivalentes nos orçamentos de estados e municípios, sabemos que parte expressiva dos recursos – monetários ou não – das OSCs tem origem em duas fontes. A primeira vem de cidadãos e empresas que destinam esporádica ou regularmente contribuições para organizações ou ações que lhes interessam ou lhes são simpáticas. A segunda é proveniente de isenções fiscais e tributárias para um conjunto de OSCs, cuja dimensão não conhecemos. Se as duas fontes representam um valor esmagadoramente superior aos recursos de origem pública (ou estatal) – as transferências voluntárias –, os dados atuais disponíveis não respondem, e só a Receita Federal do Brasil tem poder para organizar e disponibilizar essas informações para o público e os pesquisadores.

Atualmente, o principal dado disponível, para além das informações sobre transferências federais por via orçamentária, refere-se às isenções e imunidades: o gasto tributário, que correspondeu a R\$ 20,5 bilhões, em 2015.¹⁴ Esse valor é relativo ao universo das ESFLs, dentro do qual está contido o universo, bem inferior, das OSCs. Quando a Receita Federal do Brasil detalhar tais informações, fará um bem enorme para as OSCs, os governos e a sociedade, pois desagregar os dados sobre isenções, imunidades e doações para as ESFLs ampliaria nossa compreensão e capacidade de interpretar o papel e a relevância dos governos, das empresas e dos cidadãos nos orçamentos das OSCs. Sem esses dados, é mais difícil dizer se no Brasil se doa muito ou pouco, e qual a grandeza relativa dos recursos de origem pública e privada para as organizações. Ademais, as políticas públicas relativas às OSCs e os meios de fortalecer sua estrutura poderão se basear em parâmetros orçamentários mais seguros.

14. Atualizado para valores de 2018. Agradecemos a Mauro Santos Silva a sugestão de incluir esta informação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual técnico de orçamento MTO**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2018. 159 p.
- GOLBETTI, S.; ORAIR, R. Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período de 2002 a 2010. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **Brasil em desenvolvimento 2010**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, p. 87-112.
- LOPEZ, F. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.
- MELLO, J. S.; PEREIRA, A. C.; ANDRADE, P. G. **Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs?** Análise das transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2483).
- ZARYCHTA, A. **It takes more than a village**: governance and public services in developing countries. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade do Colorado, Colorado, Estados Unidos, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo dos gastos tributários**: bases efetivas – 2015 – série 2013 a 2018. Brasília: Ministério da Fazenda, 2018. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/arquivos-e-imagens/ano-calendario-2015-serie-2013-a-2018.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

1 APRESENTAÇÃO

Uma sociedade civil forte pressupõe uma vasta gama de organizações que representem anseios, necessidades, temores e problemas da população; que consigam ser porta-vozes da sociedade junto ao governo e à iniciativa privada; e que trabalhem, de forma independente, na defesa dos direitos individuais e coletivos e na busca de soluções para a promoção do bem comum.

Para ter realmente voz na mesa de negociações junto aos demais tomadores de decisão, essas organizações, comumente conhecidas pela sigla ONG (organização não governamental), precisam de independência financeira, operacional e ideológica, que lhes permitam fazer propostas, exigir garantias e recusar condições sem temer por sua própria sobrevivência.

Essa independência só será verdadeira se ela contar com fontes de financiamento variadas, constantes e confiáveis. Em outras palavras, se ela tiver doadores, fiéis, não relacionados entre si, que garantam sua operação e demonstrem confiança no trabalho desenvolvido pela organização.

Portanto, a figura do doador tem um papel relevante no cenário de uma sociedade saudável, plural e democrática, mas não se sabe, ao certo, se os indivíduos, de um modo geral, têm consciência dessa responsabilidade. Para descobrir, é preciso estudar. São necessárias pesquisas qualitativas e quantitativas, o que, em um país das dimensões do Brasil, representam um gasto considerável com o qual poucas ONGs teriam condições de arcar.

Não é de surpreender, então, que a primeira pesquisa de abrangência nacional a tentar entender o comportamento doador do brasileiro tenha vindo de fora do país. Trata-se do Índice Global de Solidariedade (World Giving Index – WGI), uma pesquisa anual, realizada por iniciativa da Charities Aid Foundation (CAF), organização britânica de promoção à filantropia. Essa pesquisa trouxe os primeiros números objetivos sobre o brasileiro como indivíduo solidário e será tema da próxima seção.

Em 2015, seis anos após o aparecimento do WGI, foi feita a mais ampla pesquisa sobre doação individual no Brasil, cobrindo todo o país. Ela foi liderada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), uma organização social brasileira, igualmente promotora da filantropia, que representa a britânica CAF na América do Sul. Esse levantamento, chamado Pesquisa Doação Brasil, é tratado na terceira seção.

Inspirada por essa pesquisa, a CAF decide, em 2017, fazer investigações mais detalhadas sobre o comportamento dos doadores nos países onde mantêm seus principais escritórios de representação, incluindo o Brasil. Essa terceira pesquisa, chamada Country Giving Report, ocupa uma posição intermediária entre as duas anteriores, em termos de abrangência, e será apresentada na quarta seção deste artigo.

Adotando metodologias diversas e amostras diferentes, as três pesquisas apresentam fotografias do doador brasileiro sob vários ângulos. A penúltima seção traz quadros comparativos que tentam explicar

1. Diretora de comunicação do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

as características de cada uma. Por fim, a reflexão sobre os diferentes dados e os desafios que ainda temos para conhecer mais a fundo o doador brasileiro é o conteúdo abordado na conclusão.

2 WGI 2009

A mais antiga e sistemática pesquisa sobre o comportamento doador da população brasileira é o WGI. A tradução não literal que é utilizada em português se dá porque, como veremos à frente, o índice considera outras iniciativas além da doação de recursos, e a tradução fiel, que seria Índice Global de Doação, poderia conduzir a interpretações errôneas.

O WGI é uma pesquisa de frequência anual, promovida pela CAF.² Trata-se de uma organização inglesa de promoção à filantropia, fundada em 1924 pelo governo britânico e que se tornou independente em 1974. A CAF possui uma rede internacional de escritórios presentes em nove países, cobrindo os cinco continentes. No Brasil, é representada pelo IDIS.³

O processo operacional da pesquisa WGI é conduzido pelo Instituto Gallup, abrangendo de 140 a 155 países, variando devido a conflitos ou problemas que, eventualmente, dificultem ou impeçam o acesso a determinadas localidades. O Brasil consta em todas as edições da pesquisa. O total de entrevistados da WGI gira em torno de 150 mil pessoas, o que permite estimar o comportamento de mais de 90% da população mundial.

A metodologia da pesquisa WGI é bastante simples, de modo a ser aplicada com a mesma objetividade nos diferentes países com culturas e realidades distintas, e também tornar possível a comparação entre os resultados de cada um. Ela mede, basicamente, a porcentagem da população que, no mês anterior à entrevista, realizou as seguintes ações: *i*) ajudou um desconhecido; *ii*) doou dinheiro para uma organização; e *iii*) fez trabalho voluntário.

Após obter os três percentuais, ela faz a média aritmética deles, resultando no Índice Global de Solidariedade daquele determinado país. Portanto, o índice pode variar de 0% a 100%, sendo 0% quando ninguém no país realizou alguma dessas ações no mês anterior à entrevista, e 100% quando toda a população realizou as três ações no mesmo período.

A primeira edição da pesquisa WGI foi lançada em setembro de 2010, trazendo resultados referentes ao ano de 2009. Na ocasião, o Brasil apareceu em 76º lugar, em uma lista de 153 países. Quarenta e nove por cento dos brasileiros havia afirmado ter ajudado a um desconhecido, 25% declararam ter doado para uma organização e 15% disseram ter feito trabalho voluntário. É interessante notar que, ao longo dos anos, o tamanho das parcelas se manteve proporcional, ou seja, ainda que a classificação do país suba ou desça, é sempre maior a quantidade de pessoas que ajudaram um desconhecido, seguida das que doaram dinheiro e, por último, com um contingente menor, aquelas que fizeram trabalho voluntário. Essa ordem demonstra claramente o nível de engajamento exigido para cada uma das iniciativas.

TABELA 1
Brasil: dados na primeira pesquisa WGI

WGI 2009	Posição no ranking global	Ajudou um desconhecido	Doou dinheiro para organização	Fez trabalho voluntário	Índice de Solidariedade
Brasil	76 ^a	49%	25%	15%	30

Fonte: CAF, 2010.

2. Disponível em: <www.cafonline.org>.

3. Disponível em: <www.idis.org.br>.

Na primeira edição do WGI, a 76ª posição era uma condição confortável para o Brasil, pois estava em 5º lugar na América do Sul, logo abaixo da Argentina e acima de Peru e Uruguai. Também era o primeiro colocado entre os países do BRICS, grupo formado por aquelas economias em ascensão, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A divulgação do primeiro WGI reafirmou a vocação doadora dos países de cultura anglo-saxã, que ocuparam seis das dez primeiras posições do *ranking*.

Desde então, oito novas edições do WGI foram realizadas e o desempenho brasileiro variou significativamente. O melhor resultado foi registrado em 2015, quando o índice do Brasil chegou a 34, o que lhe garantiu a 68ª posição no *ranking* global. O pior ocorreu dois anos depois, na mais recente pesquisa WGI publicada, na qual o país ficou na 122ª posição, com um índice de 23.

TABELA 2
Brasil: melhor e pior desempenho na pesquisa WGI

WGI Brasil	Posição no <i>ranking</i> global	Ajudou um desconhecido	Doou dinheiro para organização	Fez trabalho voluntário	Índice de solidariedade
2015	68ª	54%	30%	18%	34
2017	122ª	43%	14%	13%	23

Fonte: CAF (2015; 2017).

A pesquisa WGI não oferece nenhum tipo de análise que contribua para o entendimento das oscilações no comportamento das pessoas, apenas consolida as respostas recebidas e faz as projeções para toda a população dos países. No caso do Brasil, porém, vale a pena fazer algumas reflexões.

Entre 2009, ano da primeira pesquisa, e 2017, ano da última pesquisa divulgada, o país passou por três eleições presidenciais e um processo de *impeachment*, além de presenciar uma avassaladora onda de protestos em 2013, que ecoou por alguns anos. Enfrentou uma das maiores, se não a maior, crises econômicas de sua história e viu toda uma geração de políticos e profissionais, dos três poderes, ser soterrada sob uma montanha de escândalos de corrupção. É de se esperar que essa sequência de acontecimentos tenha tido efeitos significativos sobre a condição e, sobretudo, a disposição das pessoas para a solidariedade.

Nesse período, os níveis de confiança dos brasileiros nas instituições desceram a marcas impressionantes. O noticiário expôs diariamente as denúncias de desonestidade dos agentes do governo, envolvendo diretamente grandes empresas e usando, com frequência, organizações da sociedade civil (OSCs) como fachadas legais para operações ilícitas. A pesquisa de confiança global Trust Barometer, divulgada anualmente pela agência de comunicação Edelman,⁴ mostrou que, em apenas um ano, de 2016 para 2017, o grau de confiança dos brasileiros nas instituições caiu 18 pontos percentuais (p.p.), colocando o país entre os seis mercados nos quais a desconfiança mais aumentou de um ano para o outro. Esse, seguramente, é um elemento que minou a disposição dos brasileiros de contribuir com OSCs, seja com recursos, seja com trabalho voluntário.

3 PESQUISA DOAÇÃO BRASIL – 2015

A mais completa e abrangente pesquisa sobre o comportamento doador do brasileiro é a Pesquisa Doação Brasil, liderada pelo IDIS, realizada nos anos de 2015 e 2016, trazendo dados referentes a 2015. Essa pesquisa

4. Disponível em: <<https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2018/>>.

surgiu especificamente para responder a perguntas mais complexas, por exemplo, quais as motivações que levam o brasileiro a doar ou não doar, como a população enxerga as organizações do terceiro setor e quais suas causas prediletas, entre outras. Além disso, também se propôs a, pela primeira vez, estimar o volume financeiro total das doações realizadas por indivíduos no Brasil, portanto, desconsiderando o investimento social de empresas, institutos e fundações.

Para garantir que o levantamento fosse capaz de responder às principais dúvidas do universo das organizações sociais que dependem de doações, o IDIS optou por um processo coletivo de concepção da pesquisa, do qual participaram cerca de vinte entidades, entre OSCs, empresas e Academia. O resultado do trabalho colaborativo foi um questionário com 52 perguntas.⁵

A Pesquisa Doação Brasil começou com uma etapa qualitativa, na qual foram formados dez grupos focais, com oito participantes cada, nas cidades de Porto Alegre, Recife e São Paulo. O objetivo dessas conversas foi permitir que a equipe do Instituto Gallup, responsável pela condução dos trabalhos, pudesse entender melhor o contexto, aprofundar-se no tema e obter mais subsídios para a posterior etapa quantitativa, que entrevistou 2.230 pessoas.

A pesquisa demonstrou que, em 2015, dois terços da população brasileira haviam se envolvido em algum tipo de doação, seja dinheiro, bens ou tempo (em forma de trabalho voluntário). A prática mais comum é a doação de bens, adotada por 62% dos brasileiros, seguida por doação de dinheiro, com 52%, e do trabalho voluntário, com 34%. Os dados foram bastante surpreendentes para quem supunha que no Brasil não houvesse uma cultura de doação.

O levantamento das características demográficas mostrou que a região mais doadora é o Nordeste, que as mulheres costumam doar mais que os homens e que ter uma religião influencia positivamente as doações. A prática da doação aumenta com a idade e com a renda, porém tem um leve decréscimo quando a renda familiar mensal supera os quinze salários mínimos (SMs). O nível de escolaridade tem um efeito curioso, sendo mais presente a doação entre os que têm até o ensino fundamental e nos que têm ensino superior, e sendo menos frequente no grupo dos que possui até o ensino médio.⁶ A partir desses dados é possível traçar o perfil mais provável do doador brasileiro.

FIGURA 1
Brasil: perfil mais comum dos doadores



Fonte: IDIS (2015).

- É mulher;
- quanto maior a idade, mais doa;
- mora na região Nordeste ou Sudeste;
- tem instrução superior;
- tem renda individual superior a 4 SMs;
- está satisfeita com a própria renda;
- está satisfeita com a própria vida; e
- tem religião.

5. O questionário pode ser solicitado ao IDIS pelo e-mail: <comunicacao@idis.org.br>.

6. Os resultados da pesquisa estão em IDIS (2015).

Além do perfil doador, a Pesquisa Doação Brasil também mapeou as características das doações e concluiu que 66% dos doadores fazem doações doze vezes ou mais por ano, o que os coloca na condição de doadores recorrentes, o tipo mais importante para as organizações, porque garante uma renda mensal. A partir dos valores declarados pelos entrevistados, foi possível estimar o valor médio doado pelos brasileiros. Essa quantia varia de R\$ 240 a R\$ 480 por ano, o que representa uma média mensal entre R\$ 20 e R\$ 40. Essa média permitiu a projeção do total doado pelos indivíduos em 2015. O montante seria de R\$ 13,7 bilhões, equivalente a 0,23% do produto interno bruto (PIB) do mesmo ano.

Talvez a maior contribuição da pesquisa tenha sido, porém, a investigação sobre o que motiva os doadores a contribuir com as OSCs. Ao responder espontaneamente, quase metade dos doadores (49%) afirmou que o que os leva a fazer doações é a solidariedade com os mais necessitados. Ao serem convidados a escolher entre diversas razões, 89% dos doadores disseram que são levados a doar porque isso os faz se sentir bem. É curiosa essa mudança de postura, no entanto, percebe-se que ambas as respostas têm um forte componente emocional, indicando que a doação é um ato que nasce de uma motivação subjetiva, “do coração”.

Ao selecionar as causas que mais os sensibilizam, os doadores se concentraram nas seguintes respostas: saúde, crianças, combate à fome e à pobreza e idosos. As escolhas indicam certa confusão entre causa e público beneficiário e mostram uma clara preferência pelos problemas presentes no cotidiano da população, enquanto outras questões mais complexas e distantes, como proteção do meio ambiente, por exemplo, quase não são mencionadas.

Outra característica importante da Pesquisa Doação Brasil é que ela é a única a investigar e traçar também o perfil dos não doadores.

FIGURA 2

Brasil: perfil mais comum dos não doadores



Fonte: IDIS (2015).

- É homem;
- tem entre 18 anos e 29 anos;
- mora na região Sul;
- tem baixa escolaridade;
- tem renda individual abaixo de 2 SMs;
- está insatisfeito com a própria renda; e
- não tem religião.

Também vale a pena destacar as principais motivações apresentadas pelos não doadores para não contribuírem com as OSCs. Ao responderem espontaneamente, explicam que: não dispõem de dinheiro; não há uma razão específica; não confiam nas organizações que pedem doações; ou nenhuma causa os sensibiliza. Quando são colocados diante de várias alternativas, as mais escolhidas são: resolver os problemas sociais é responsabilidade do governo; não confiam nas organizações que pedem doações; não têm dinheiro; e têm o medo de se comprometer com uma doação periódica e não poder cumprir. É interessante observar que as duas alternativas que permanecem entre as quatro primeiras colocadas são a falta de dinheiro e a desconfiança nas organizações. Mais uma vez, o problema da falta de confiança nas instituições aparece como obstáculo às doações.

4 COUNTRY GIVING REPORT – 2016

Ao perceber como a divulgação dos resultados da Pesquisa Doação Brasil provocou discussões e reflexões no campo do investimento social privado e das OSCs no Brasil, a CAF decidiu produzir pesquisas semelhantes nos países onde se encontram seus principais escritórios.

A pesquisa ganhou o nome de Country Giving Report, isto é, Relatório de Doação do País, e sua primeira edição foi realizada nos seguintes países: África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Índia, Reino Unido e Rússia. A CAF declarou a intenção de repetir anualmente essa pesquisa.

Ao contrário do WGI, o Country Giving Report cobre as ações realizadas nos doze meses anteriores à entrevista, o que proporciona um panorama mais consistente do comportamento dos doadores.

No caso específico do Brasil, os resultados se referem ao período de agosto de 2016 até julho de 2017, e para entender melhor os dados é importante saber que, diferentemente do WGI e da Pesquisa Doação Brasil, as entrevistas para o Country Giving Report foram feitas via questionário *on-line*, o que exclui do grupo investigado aqueles que não têm acesso à internet. Na ocasião, 34% dos brasileiros não o tinham, de acordo com levantamento da We are Social & Hootsuite 2017.⁷ Também é preciso destacar que o Country Giving Report considerou como doação os recursos destinados a templos e igrejas, enquanto a Pesquisa Doação Brasil não os contabilizou como doações à OSCs.

Os resultados do Brazil Giving Report foram ainda mais otimistas do que os da Pesquisa Doação Brasil e é possível entender esse efeito, já que há uma parcela da população que não integrou o grupo de entrevistados – os que não têm acesso à internet – e também por ter incluído doações para templos e igrejas.

A pesquisa constatou que mais de dois terços das pessoas pesquisadas haviam doado dinheiro no período investigado (68%), seja a uma organização social, igreja ou organização religiosa. O apoio às organizações religiosas era a causa mais popular, com cerca de metade das pessoas pesquisadas fazendo doações dessa natureza (49%). A quantia típica (mediana) doada pelos que fizeram doações naqueles doze meses foi de R\$ 250, e doar dinheiro diretamente na sede/escritório de uma organização social foi a forma de doação mais comum (37%). Mais da metade dos pesquisados (52%) fez trabalho voluntário nos últimos doze meses, e ter mais dinheiro foi o fator mais citado pelos pesquisados como incentivo a doar mais nos meses seguintes, com cerca de seis em cada dez (59%) dizendo que isso seria um grande estímulo.

Um ponto interessante do Country Giving Report é o cruzamento entre características do doador e o valor doado. O levantamento mostrou que o grupo com renda familiar anual acima de R\$ 50 mil é o mais propenso a ter realizado alguma atividade de solidariedade (doar dinheiro, bens ou tempo) nos últimos doze meses, com 86% respondendo afirmativamente, em comparação com 71% dos que têm renda familiar anual inferior a R\$ 10 mil. As pessoas de mais baixa renda, porém, tendem a doar mais, proporcionalmente à sua receita, do que aqueles de alta renda. Enquanto os que ganham acima de R\$ 100 mil por ano doam em média 0,4% de sua renda, aqueles que ganham menos de R\$ 10 mil por ano doam em média 1,2% de sua renda.

A doação média do brasileiro é de R\$ 250 por ano, mas existe uma diferença significativa entre homens e mulheres. Para as mulheres, esse valor é de R\$ 200, enquanto para os homens ele sobe para R\$ 350. Como há, no entanto, mais mulheres do que homens doando, conforme indicou a Pesquisa Doação Brasil, a média tende a cair.

7. Disponível em: <<https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

Em termos de adesão a causas, o Brasil Giving Report identificou que os brasileiros preferem, em primeiro lugar, as causas religiosas, seguida de crianças e de ajuda aos pobres. Quando se trata das motivações para doar, a maior delas é o fato de a doação fazer com que se sintam bem, como indicaram 51% dos entrevistados, enquanto 41% afirmaram se preocupar com a causa para a qual doam. Considerando que essas foram respostas estimuladas, elas corroboram o apurado pela Pesquisa Doação Brasil, ao perguntar pelas motivações usando a mesma metodologia.

5 COMPARAÇÕES

As três principais pesquisas dedicadas ao perfil do doador brasileiro apresentam algumas diferenças que devem ser levadas em consideração antes de qualquer análise comparativa, conforme apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1

Brasil: diferença entre as pesquisas sobre doação

	WGI	Pesquisa Doação Brasil	Brasil Giving Report
Realizador	CAF	IDIS	CAF
Edições	2009 a 2017	2015	2017
Tipo de entrevista	Presencial	Por telefone	Por internet
Frequência	Anual	Quinquenal	Anual
Período coberto	Mês anterior à entrevista	Ano anterior à entrevista	Doze meses anteriores à entrevista
Corte de idade	Acima de 15 anos	Acima de 18 anos	Acima de 16 anos
Cobertura	Urbana e rural	Urbana	Urbana
Renda dos entrevistados	Sem limites	Renda familiar acima de 1 SM	Sem limites

Elaboração da autora.

Dois fatores influenciaram a definição das características para cada uma delas. O primeiro é o orçamento disponível para sua realização. Esse quesito foi determinante para definir o tipo de entrevista, considerando que levantamentos presenciais são mais caros do que aqueles realizados por telefone, que, por sua vez, são mais caros do que aqueles feitos via internet.

Outro elemento importante na definição da metodologia e do conteúdo das pesquisas foi a necessidade de adequação a diferentes realidades nacionais. O WGI e o Country Giving Report são aplicados em diversos países e precisam adotar critérios e conteúdos neutros o suficiente para não sofrerem com as mudanças de cultura. Já a Pesquisa Doação Brasil foi concebida por uma organização brasileira para ser aplicada especificamente dentro do país, o que deu liberdade maior a seus realizadores.

Isto posto, apresentamos a seguir quadros com as principais vantagens e desvantagens de cada pesquisa.

QUADRO 2
Vantagens e desvantagens das pesquisas sobre doação

WGI	
Vantagens	Desvantagens
Primeira pesquisa desse tipo	É redutiva porque só considera três perguntas simples
Permite acompanhar evolução porque é anual	Não reflete amplamente o comportamento porque se refere apenas ao mês anterior à entrevista
Tem histórico de nove edições	Não oferece análise sobre os resultados
Permite avaliação comparativa porque é realizada para muitos países	Não tem o olhar brasileiro
Permite acompanhamento de tendências globais e continentais	-
Pesquisa Doação Brasil	
Vantagens	Desvantagens
Amplitude de perguntas	É muito extensa
É a única a estimar o valor total doado	É muito cara
Cobre as principais características de doadores	Não tem sustentabilidade financeira
É a única a pesquisar os não doadores	Não tem comparabilidade porque só foi realizada uma vez
Traz análises específicas e profundas sobre seus resultados	-
Brasil Giving Report	
Vantagens	Desvantagens
Propõe-se a ser repetido anualmente	Precisa ser aplicável a várias realidades diferentes
Cobre as principais características dos doadores	Aplicação on-line do questionário exclui parte significativa da população dos países
Apesar de ser estrangeira, permite pequenas adaptações locais	-

Elaboração da autora.

6 CONCLUSÃO

Devido às diversas diferenças expostas na seção anterior, não é possível fazer comparações quantitativas diretas entre as três pesquisas, mas elas apontam para valores e tendências muito semelhantes.

A primeira coisa a chamar a atenção é que a maior delas, a Pesquisa Doação Brasil, foi realizada em um ano especialmente generoso, já que 2015 foi quando o Brasil bateu seu recorde histórico de classificação no *ranking* mundial do WGI. Como o período que se seguiu a 2015 no Brasil foi turbulento e marcado por profunda e prolongada crise econômica, política e moral, tudo indica que os números apresentados pela Pesquisa Doação Brasil podem não se repetir em sua próxima edição, que deverá cobrir o comportamento dos brasileiros em 2020.

Outra coisa que chama a atenção é a sensibilidade dos brasileiros. Estudando as séries históricas do WGI, observa-se sempre que a demonstração mais frequente de solidariedade dos brasileiros é a ajuda a um desconhecido. Isso demonstra que quando o brasileiro testemunha e percebe a necessidade diante de si, ele se mobiliza. Ações que exigem mais planejamento, porém, tais como doação para uma organização social ou trabalho voluntário, ainda não são tão frequentes. Trata-se de um doador instintivo, que se move mais pelo que “os olhos veem e o coração sente” do que pelo estímulo racional de realizar uma transformação da realidade. A etapa qualitativa da Pesquisa Doação Brasil trouxe a indicação clara de que os brasileiros enxergam a ajuda ao próximo como uma ação mais do ser humano do que do cidadão. “Aquilo que eu queria que fizessem comigo, eu faço com os outros” é uma afirmação comum entre os entrevistados.

Percebe-se a mesma característica quando o brasileiro é questionado sobre as causas de sua preferência. As causas mais populares são aquelas mais facilmente percebidas pelos sentidos, tais como saúde e combate à fome e à pobreza. Também aparecem, em ambas as pesquisas que cobrem esse item, as crianças como uma causa importante. Por fim, surpreende que a educação, considerada por muitos como o mais importante instrumento de transformação de uma sociedade, não conste sequer entre as cinco causas mais populares.

Isso mostra que temos um espaço grande para trabalhar e disseminar o conceito de causa, com o intuito de mobilizar novos doadores. Também é preciso mobilizar as organizações sociais para que comuniquem melhor sua função e os resultados de seus trabalhos, para (re)conquistar a confiança dos cidadãos brasileiros.

As três pesquisas juntas representam um salto de qualidade, dado nos últimos três anos, no conhecimento sobre o doador brasileiro, porém, ainda não temos dados maduros porque nossos números não foram submetidos a comprovações ao longo dos anos.

Duas lacunas grandes ainda precisam ser preenchidas. Primeiro, uma nova estimativa do valor total por indivíduos no Brasil, já que a projeção de R\$ 13,7 bilhões, feita pela Pesquisa Doação Brasil, pode não estar mais nesse patamar. Em segundo lugar, recortes por gênero, faixa de renda, local de residência e escolaridade, por exemplo, que sirvam de ferramenta de trabalho para aqueles que se dedicam a levantar os recursos necessários para a sobrevivência e o bom desempenho das OSCs no Brasil.

Entre as diversas publicações indicadas nas referências, existem duas de especial interesse para quem quer saber mais sobre o estado da cultura de doação no Brasil, pois trazem conteúdo mais reflexivo do que quantitativo. A primeira delas é a publicação da Pesquisa Doação Brasil (IDIS, 2015), que além de apresentar os resultados do levantamento, também contém artigos que analisam os dados sob diferentes pontos de vista: o olhar psicanalítico, o olhar de uma especialista em pesquisas e o olhar de um acadêmico do campo do terceiro setor. Esses três textos, além de outras reflexões dos profissionais envolvidos na realização da pesquisa, ajudam a ampliar o conhecimento trazido pelos números.

A segunda é o relatório *Perspectivas para a Filantropia Global: O Poder Transformador da Doação da Classe Média*.⁸ Trata-se de um trabalho que projeta o futuro, propondo uma ação no presente para que esse futuro seja alcançado. É muito interessante por se basear em dados concretos e por trazer um pequeno trecho especificamente dedicado à realidade brasileira, fazendo recomendações para o engajamento da classe média na cultura de doação.

REFERÊNCIAS

CAF – CHARITIES AID FOUNDATION. **World giving index 2010**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2010. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2010-publications/world-giving-index>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

8. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/perspectivas-para-a-filantropia-global-o-poder-transformador-da-doacao-da-classe-media/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2015**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2015. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/caf-world-giving-index-2015/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2017**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2017. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/world-giving-index-2017/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

IDIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Pesquisa doação brasil**: 2015. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/pesquisa-doacao-brasil/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAF – CHARITIES AID FOUNDATION. **World giving index 2011**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2011. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2011-publications/world-giving-index-2011>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2012**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2012. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2012-publications/world-giving-index-2012>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2013**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2013. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2013-publications/world-giving-index-2013>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2014**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2014. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/caf-world-giving-index-2014/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2016**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2016. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/publicacoes/world-giving-index-2016/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. **World giving index 2018**. Kings Hill, United Kingdom: CAF, 2018. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/world-giving-index-2018/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CAF – CHARITIES AID FOUNDATION; IDIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Giving report 2017 Brasil**. São Paulo: CAF; IDIS, 2017. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/country-giving-report-2017-brasil/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

ANEXO

QUESTIONÁRIO APLICADO NA ETAPA QUANTITATIVA DA PESQUISA DOAÇÃO BRASIL (FEV./2016)

QUESTIONÁRIO - PESQUISA DOAÇÃO												
Entrevistado: _____					Fone: _____							
Meu nome é _____. Sou da Gallup, uma empresa de pesquisa e estamos realizando um estudo onde sua opinião é muito importante, poderíamos contar com sua colaboração? (Ler essa parte somente no caso de dúvidas ou questionamento do respondente: Seus dados são sigilosos e apenas serão utilizados em conjunto com todas as entrevistas que aplicamos no país todo. Esta entrevista leva de 8 a 20 minutos aproximadamente).												
1 Em sua opinião qual o principal problema que a população carente enfrenta no Brasil atualmente? <i>[Espontânea - pré codificada - marcar apenas um problema ou o primeiro citado]</i>												
2 a. Em sua opinião quem é responsável por resolver os problemas sociais e ambientais? <i>[Estimulada - citar os agentes - Respostas Múltiplas]</i> b. E destes que você citou, qual o principal responsável <i>[Resposta Única]</i> ?												
governo	<input type="checkbox"/> 1	sim	<input type="checkbox"/> 2	não		<input type="checkbox"/>	principal					
empresas	<input type="checkbox"/> 1	sim	<input type="checkbox"/> 2	não		<input type="checkbox"/>	principal					
instituições sociais ou ONG's	<input type="checkbox"/> 1	sim	<input type="checkbox"/> 2	não		<input type="checkbox"/>	principal					
pessoas (indivíduos)	<input type="checkbox"/> 1	sim	<input type="checkbox"/> 2	não		<input type="checkbox"/>	principal					
outros:						<input type="checkbox"/>	todos igualmente					
3 Quando eu falo <i>[citar a palavra]</i> , você associa o termo com algo positivo ou negativo? <i>[apenas marcar neutro e NS se citado espontaneamente]</i>												
doação	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 9	NS				
caridade	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 9	NS				
solidariedade	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 9	NS				
4 Você conhece estes termos que vou citar <i>[citar os termos da questão]</i> ? <i>[em caso de conhecer]</i> Em sua opinião você associa este termo a algo positivo ou negativo? <i>[apenas marcar neutro e NS se citado espontaneamente]</i>												
filantropia	<input type="checkbox"/> 1	conhece	<input type="checkbox"/> 2	não conhece	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 4	NS
investimento social	<input type="checkbox"/> 1	conhece	<input type="checkbox"/> 2	não conhece	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 4	NS
negócio social	<input type="checkbox"/> 1	conhece	<input type="checkbox"/> 2	não conhece	<input type="checkbox"/> 1	positivo	<input type="checkbox"/> 2	neutro	<input type="checkbox"/> 3	negativo	<input type="checkbox"/> 4	NS
5 Como você se sente com relação às seguintes situações de sua vida? Utilize uma nota de 1 a 5 onde 1 é muito insatisfeito e 5 muito satisfeito.												
	MI				MS		MI				MS	
meu estado geral de saúde	1	2	3	4	5	meu nível de preocupação com a vida	1	2	3	4	5	
meu nível de renda	1	2	3	4	5	minha carga de trabalho	1	2	3	4	5	
6 Avalie as seguintes frases referentes a instituições que prestam apoio social desvinculadas do governo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) dando nota de 1 a 5, onde com 1 você discorda totalmente e com 5 você concorda totalmente:												
							Dt				Ct	
1	As ONGs são necessárias para ajudar no combate aos problemas sociais e ambientais	1	2	3	4	5						
2	A maior parte das ONGs faz um trabalho competente	1	2	3	4	5						
3	Percebo que a ação das ONGs leva benefícios a quem realmente precisa	1	2	3	4	5						
4	As ONGs não dependem financeiramente do governo	1	2	3	4	5						
5	As ONGs deixam claro o que fazem com os recursos que aplicam	1	2	3	4	5						
6	As ONGs dependem da colaboração de pessoas e empresas para obter recursos e funcionar	1	2	3	4	5						
7	A maior parte das ONGs são confiáveis	1	2	3	4	5						

- 7 Qual a sua posição com as seguintes frases referentes a doação? Dê nota de 1 a 5, onde com 1 você discorda totalmente e com 5 você concorda totalmente:

	Dt					Ct				
1 eu tenho certeza que o fato de doar faz alguma diferença	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
2 eu acredito que é melhor dar dinheiro diretamente a quem precisa sem intermediários	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
3 eu ajudo meus amigos e parentes e creio que isto é suficiente	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
4 eu não tenho dinheiro suficiente para doar	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
5 eu faço minha parte pagando impostos por isso não é necessário doar	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
6 eu penso que não devemos dar dinheiro, mas alimentos e bens	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
7 as causas para as quais se pode doar não são importantes para mim	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
8 não tenho confiança no que vão fazer com meu dinheiro se doar	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
9 algumas doações beneficiam pessoas que não merecem esta ajuda	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
10 participo de grupos de apoio a necessitados com amigos ou na igreja e comunidade	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
11 para mim a doação tem que ser feita sem esperar nada em troca	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
12 em minha opinião as pessoas não devem ficar falando que fazem doação	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
13 em geral, as instituições que solicitam doações insistem demais	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
14 uma vez que se faz uma doação, corre-se o risco de também ser procurado por outras instituições	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
15 só doa quem tem peso na consciência	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
16 doar é uma obrigação religiosa	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
17 doar faz bem a quem doa	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

- 8 Quais causas mais sensibilizam você para uma eventual doação? Mais alguma causa sensibiliza você para uma eventual doação?
[Espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até no máximo 6 citações]

- 11 Você utiliza suas notas fiscais para ajudar alguma organização ou instituição?

1 sim 2 não

- 13 Você fez alguma doação no ano de 2015?

1 sim [prossiga] 2 não [vá para p 43]

- 14 Esta doação foi de trabalho voluntário?

1 sim [prossiga] 2 não [vá para p 16]

- 15 Aproximadamente quantas horas por mês você se dedicou a este trabalho?

horas

- 16 Você fez doação de alguma coisa: bens, materiais ou alimentos?

1 sim [prossiga] 2 não [vá para p 19]

- 17 Você doou: **[Estimulada para os itens 1, 2 e 3 - Respostas Múltiplas]**

- 1 bens ou materiais para uso direto - uso ou consumo de quem recebe
- 2 bens ou materiais para uso indireto ou obtenção de recursos (bazar, venda de produtos usados etc.)
- 3 alimentos (comidas ou bebidas)
- Outros: anotar _____

- 18 Você faz idéia do valor aproximado destas doações transformadas em Reais durante todo o ano?

1 sim : quanto? R\$ 2 não

- 19 Você fez alguma doação em dinheiro em 2015?

1 sim [prossiga] 2 não [vá para p 43]

20 Este doação em dinheiro foi : **[Espontâneo com classificação posterior - Respostas Múltiplas]**

<input type="checkbox"/> 1	esmolas - dinheiro diretamente para pessoas não conhecidas	Quanto durante o ano todo?	R\$	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 2	dízimos pagos para a igreja ou templos que frequenta	Quanto durante o ano todo?	R\$	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 3	para alguma instituição ou organização social e ONGs			
<input type="checkbox"/> 4	para obras sociais de igrejas ou da comunidade.			
<input type="checkbox"/> 5	para campanhas de ajuda a desabrigados e calamidades			
<input type="checkbox"/> 6	para campanhas de TV - Criança Esperança, Teleton etc. - que não sejam de calamidades			
<input type="checkbox"/> 7	para grupos de pessoas ou indivíduos que se mobilizam informalmente para ajudar necessitados			
<input type="checkbox"/>	outros: Para que?	<input type="text" value="[reclassificar]"/>		

[Se códigos 3, 4, 5 6 ou 7 na P20 prossiga. Se apenas códigos 1 ou 2 vá para P 43]

21 Considerando a(s) doação(ões) em dinheiro que você realizou, você doou:

<input type="checkbox"/> 1	para apenas uma instituição / ONGs	[preencha apenas a primeira coluna do quadro abaixo]
<input type="checkbox"/> 2	para mais de uma instituição: Quantas?	<input type="text"/> [preencha quantas colunas forem necessárias do quadro abaixo]

22 Esta(s) doação(ões) foram para qual instituição?

23 Qual a causa que esta instituição defende ou para qual problema social a sua doação é direcionada?

24 Esta instituição é vinculada a alguma igreja?

25 Com que frequência você doa para esta instituição?

26 Qual o valor em R\$ de cada doação que realiza?

27 Como a instituição abordou ou contactou você?

28 Qual é a forma de pagamento?

29 Você já visitou pessoalmente esta instituição?

doação		1	2	n
instituição	22			
causa / ação	23			
igreja?	24	sim não	sim não	sim não
frequência	25			
valor de cada doação	26	R\$	R\$	R\$
modo de abordagem	27			
forma de pagamento	28			
visitou pessoalmente	29	sim não	sim não	sim não

30a Por qual razão você faz doações em dinheiro? Mais alguma? **[Espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até 3ª citação]**

30b Dos motivos abaixo responda qual a importância de cada um para sua motivação em doar. Use uma nota de 1 a 5 onde 1 é nenhuma importância e 5 total importância.

	NI	PI	MI	BI	TI
1 Porque tenho pena dos menos favorecidos	1	2	3	4	5
2 Porque quero dar exemplo aos meus filhos (familiares, amigos, colegas, funcionários, etc)	1	2	3	4	5
3 Porque me pedem	1	2	3	4	5
4 Porque minha religião prega a caridade	1	2	3	4	5
5 Porque todos na minha família doam	1	2	3	4	5
6 Porque sinto que posso fazer a diferença	1	2	3	4	5
7 Porque me faz bem	1	2	3	4	5
8 Porque a sociedade espera isso de mim	1	2	3	4	5
9 Porque acredito que todos precisamos participar da solução dos problemas sociais	1	2	3	4	5
10 Porque sou sensível à causa que ajudo	1	2	3	4	5
11 Porque confio na entidade a que doo	1	2	3	4	5
12 Porque ajuda meu desenvolvimento como pessoa	1	2	3	4	5

- 31 Com relação às doações que você realiza, responda em uma escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 concordo totalmente com relação a quanto você:

	Dt					Ct
	1	2	3	4	5	
1 está satisfeito em fazer a(s) doação(ões)						
2 com certeza indicaria a(s) instituição(ões) para outras pessoas doarem	1	2	3	4	5	
3 pretende continuar doando para a(s) instituição(ões)	1	2	3	4	5	

- 32 Dos seguintes modos que as instituições utilizam para solicitar a doação como avalia sua conveniência? [Use uma nota de 1 a 5 onde 1 é muito inconveniente e 5 muito conveniente]

	conveniência				
	MI				MC
1 abordagem pessoal em locais públicos	1	2	3	4	5
2 abordagem pessoal no domicílio	1	2	3	4	5
3 correio	1	2	3	4	5
4 ligação telefônica	1	2	3	4	5
5 e-mail	1	2	3	4	5
6 redes sociais	1	2	3	4	5
7 solicitações on-line ao navegar na internet	1	2	3	4	5
8 SMS ou aplicativos no celular	1	2	3	4	5
9 TV	1	2	3	4	5
10 rádio	1	2	3	4	5

- 33 a. Dos seguintes modos de fazer o pagamento da doação, quais já usou? b. E como avalia sua conveniência? [Use uma nota de 1 a 5 onde 1 é muito inconveniente e 5 muito conveniente]

	uso		conveniência				
	sim	não	MI				MC
1 em dinheiro vivo	1	2	1	2	3	4	5
2 boleto bancário	1	2	1	2	3	4	5
3 transferência bancária	1	2	1	2	3	4	5
4 débito em conta de banco	1	2	1	2	3	4	5
5 débito em cartão de crédito	1	2	1	2	3	4	5
6 débito em conta telefônica	1	2	1	2	3	4	5
7 ligação telefônica (0800)	1	2	1	2	3	4	5
8 caixas de coleta de dinheiro em locais públicos	1	2	1	2	3	4	5

- 34 a. Dos seguintes modos de fazer o pagamento da doação, quais conhece, mesmo que só de ouvir falar? b. Quais usa ou já usou? [para os que conhece] c. E como avalia sua conveniência? [Use uma nota de 1 a 5 onde 1 é muito inconveniente e 5 muito conveniente]

	conhecimento		uso		conveniência				
	sim	não	sim	não	MI				MC
1 sites de pagamento na internet (paypal, pag seguro etc.)	1	2	1	2	1	2	3	4	5
2 portais de financiamento coletivo / crowdfunding	1	2	1	2	1	2	3	4	5
3 SMS / torpedos no telefone celular	1	2	1	2	1	2	3	4	5
4 aplicativos no telefone celular	1	2	1	2	1	2	3	4	5
5 arredondamento	1	2	1	2	1	2	3	4	5
6 desconto em folha de pagamento	1	2	1	2	1	2	3	4	5

- 35 Quando você é abordado para fazer alguma doação em dinheiro, qual a sua reação mais comum? [Resposta Única]

<input type="checkbox"/> 1 aceita imediatamente	<input type="checkbox"/> 2 diz que vai pensar	<input type="checkbox"/> 3 justifica que não vai doar por já ser doador de outra(s) instituição(ões)	<input type="checkbox"/> 4 NS
---	---	--	-------------------------------

- 36 Responda às seguintes frases referentes à doação, dando nota de 1 a 5, onde com 1 você discorda totalmente e com 5 você concorda totalmente:

	Dt					Ct
	1	2	3	4	5	
1 eu escolho com cuidado a causa para a qual vou doar meu dinheiro	1	2	3	4	5	
2 eu só apoio se já tive uma experiência pessoal com a causa	1	2	3	4	5	
3 eu sempre busco informações sobre instituições antes de doar para elas	1	2	3	4	5	
4 eu geralmente faço doações movido pela emoção do momento	1	2	3	4	5	
5 eu apenas faço doações quando alguém que conheço me pede	1	2	3	4	5	
6 eu costumo doar sempre para as mesmas instituições ano após ano	1	2	3	4	5	
7 eu apenas faço doações para grandes campanhas na TV	1	2	3	4	5	

37 Existe algo que faria com que você doasse mais?

- 1 sim [prossiga] 2 talvez [prossiga] 3 não [vá para p 39]

38 O que [Espontânea]? Mais alguma coisa? **[Espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até 3a citação]**

39 Você declara Imposto de renda?

- 1 sim 2 não [vá para p 42]

40 Você sabe se é possível descontar do imposto de renda sua doação?

- 1 sim 2 não [vá para p 42]

41 Você usa este mecanismo?

- 1 sim 2 não

42 Se houvesse mais incentivos para descontar de impostos e taxas, você doaria mais?

- 1 sim 2 não

[Vá para P53 - variáveis de segmentação]

43 Nos últimos 5 anos anteriores a 2015 você fez alguma doação em dinheiro? **[se códigos 1 ou 2 na p 20 complementar: fora esmolas ou dízimos]**

- 1 sim 2 não [vá para p 45]

44 Por qual razão deixou de fazer doações em dinheiro em 2015 ? Algo mais? **[Espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até 3a citação]**

[Vá para P46]

45 Há alguma razão para você não ter feito doações em dinheiro em 2015? Algo mais? **[se códigos 1 ou 2 na p 20 complementar: fora esmolas ou dízimos - espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até 3a citação]**

46 Dos motivos abaixo responda qual a importância de cada um para o fato de você não doar em dinheiro. Use uma nota de 1 a 5 onde 1 é nenhuma importância e 5 total importância.

	NI	TI
1 não tenho dinheiro	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
2 ninguém me pediu	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
3 é complicado fazer uma doação	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
4 não existe incentivo fiscal	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
5 não confio nas organizações que pedem	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
6 resolver os problemas sociais é responsabilidade do governo	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
7 não acredito que minha doação possa resolver algo	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
8 nenhuma causa me sensibilizou	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
9 não tive exemplo / não tenho hábito	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
10 não conheço os meios e instituições	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
11 é contra meus princípios morais / religioso ou culturais	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
12 não tenho tempo	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
13 as pessoas não merecem receber doação	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
14 fico abalado quando me envolvo com estes temas	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
15 é muito difícil ganhar meu dinheiro para doá-lo depois	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
16 as organizações não são competentes	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
17 tive experiências negativas com doação	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
18 o modo como as organizações ajudam as pessoas não resolve o problema	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
19 tenho medo de me comprometer e não poder cumprir	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
20 doar não me faz bem	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5

47 Existe algo que faria com que você doasse em dinheiro para alguma instituição?

- 1 sim [prossiga] 2 não [vá para p50]

48 O que [Espontânea]? Mais alguma coisa? **[Espontânea - pré codificada - manter ordem de citação - insistir até 3a citação]**

49 E de quanto você poderia dispor para doar em dinheiro durante um ano?

quanto (R\$ por ano)

50 Você declara Imposto de renda?

1 sim 2 não [vá para p 52]

51 Você sabe se é possível descontar doações do imposto de renda ?

1 sim 2 não

52 Se os incentivos fiscais sobre impostos e taxas fossem mais compensadores você se sentiria mais motivado a doar?

1 sim 2 não

53 variáveis de segmentação

S1 Anotar o gênero do respondente: 1 Masculino 2 Feminino

S2 Qual a sua idade? anos

S3 Até qual grau você estudou? 1 analfabeto/ 1º grau 2 2º grau 3 superior

S4 Qual seu estado civil? 1 solteiro 2 casado 3 separado / outros

S5 Qual sua ocupação? 1 empregado registrado 2 empregado sem registro 3 desempregado
 4 empresário 5 autônomo 6 profissional liberal
 7 estudante 8 dona / responsável pela casa 9 aposentado / pensionista

S6 Possui renda? 1 sim [prossiga] 2 não [vá para S8]

S7 Vou citar algumas faixas de renda. Por favor, me avise quando a faixa corresponder à sua renda individual:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 NS/Rec

S8 Possui filhos? 1 Sim => Quantos 2 Não

S9 Número de pessoas na residência: pessoas

S10 Quantas pessoas na família / residência, incluindo o (a) Sr. (a), possuem rendimentos? pessoas

[Se S6=1 e S10 = 1 vá para S12]

S11 Vou citar algumas faixas de renda. Por favor, me avise quando a faixa corresponder à sua renda familiar, isto é, somando todos os rendimentos da família:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 NS/Rec

S12 Cidade em que reside:

S13 Estado em que reside:

S14 Você possui [RM]: 1 computador em casa 2 notebook 3 tablet 4 smartfone

S15 Você tem acesso à internet? 1 sim 2 não

S16 Você utiliza redes sociais - Facebook, Instagram, Tweeter etc.? 1 sim 2 não

S17 Pratica alguma religião? 1 sim [prossiga] 2 não [agradeça e encerre]

S19 Qual a sua religião?

1 católica 2 evangélica 3 espírita outra: _____

Em meu nome e no nome da Gallup gostaria de agradecer sua atenção e o tempo dedicado. Nós fomos contratados pelo IDIS - Instituto para Desenvolvimento do Investimento Social - para realizar esse estudo e ajudá-los no sentido de ampliar a cultura de doação no Brasil.

PARCERIAS NA CONDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS: O QUE SE EXTRAI DOS RESULTADOS DO BISC?

Anna Maria Medeiros Peliano¹

Patricia Loyola²

1 INTRODUÇÃO

O que fazem as empresas no campo social? Como elas se relacionam com as demais organizações, públicas e privadas, para atuarem nessa área? Essas questões assumem especial relevância em um contexto no qual o setor privado é cada vez mais pressionado a participar de um esforço coletivo de enfrentamento dos problemas sociais que afetam a sociedade brasileira. Com o propósito de contribuir para os debates sobre esses temas, este texto fornece algumas respostas extraídas dos resultados da pesquisa BISC e da experiência da Comunitas na construção do programa Juntos.

A pesquisa BISC foi instituída em 2008, pela Comunitas,³ sob a inspiração da experiência pioneira do Committee Encouraging Corporate Philanthropy (CECP),⁴ e desde então vem sendo realizada anualmente. Seu objetivo central é acompanhar o perfil da atuação social de empresas no Brasil, definir padrões de *benchmarking* e realizar comparações internacionais. Sem perder essa perspectiva, várias inovações e aprimoramentos foram introduzidos na versão brasileira, com vistas a adaptar o BISC às características nacionais e contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da gestão e avaliação dos investimentos sociais privados. Não é só. A pesquisa visa, ainda, subsidiar a reflexão acadêmica sobre o tema e hoje é fonte de inspiração para estudos realizados dentro e fora do país.

As informações do BISC são coletadas mediante três procedimentos: *i*) levantamento *on-line*; *ii*) entrevistas com gestores sociais ou lideranças empresariais; e *iii*) evidências colhidas nas reuniões do Grupo de Debates, instituído pela Comunitas com o objetivo de explorar e aprofundar a reflexão sobre questões relacionadas aos investimentos sociais privados e contribuir para o intercâmbio de experiências e o aprimoramento na condução dos projetos sociais. A pesquisa trata de um leque extenso de temas, tais como: influência da conjuntura econômica nos investimentos sociais; participação dos incentivos fiscais no financiamento dos programas sociais; padrão de qualidade dos projetos desenvolvidos; evolução dos programas de voluntariado corporativo; relações com atores externos, especialmente com as organizações sem fins lucrativos; atuação das empresas no território; e novas tendências na condução dos investimentos sociais, com destaque para o alinhamento aos negócios, às políticas públicas e às agendas globais de desenvolvimento sustentável.⁵

1. Coordenadora da pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), da Comunitas.

2. Diretora de gestão e comunicação da Comunitas.

3. A Comunitas é uma organização da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, que atua no estímulo à participação da iniciativa privada no desenvolvimento social do país.

4. O CECP – The CEO Force for Good –, parceiro da Comunitas, é uma organização social sediada nos Estados Unidos que reúne o mais expressivo fórum internacional de presidentes executivos (*chief executive officers* – CEOs), com missão exclusivamente focada nos investimentos sociais corporativos.

5. Relatórios da pesquisa disponíveis em: <<http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>>.

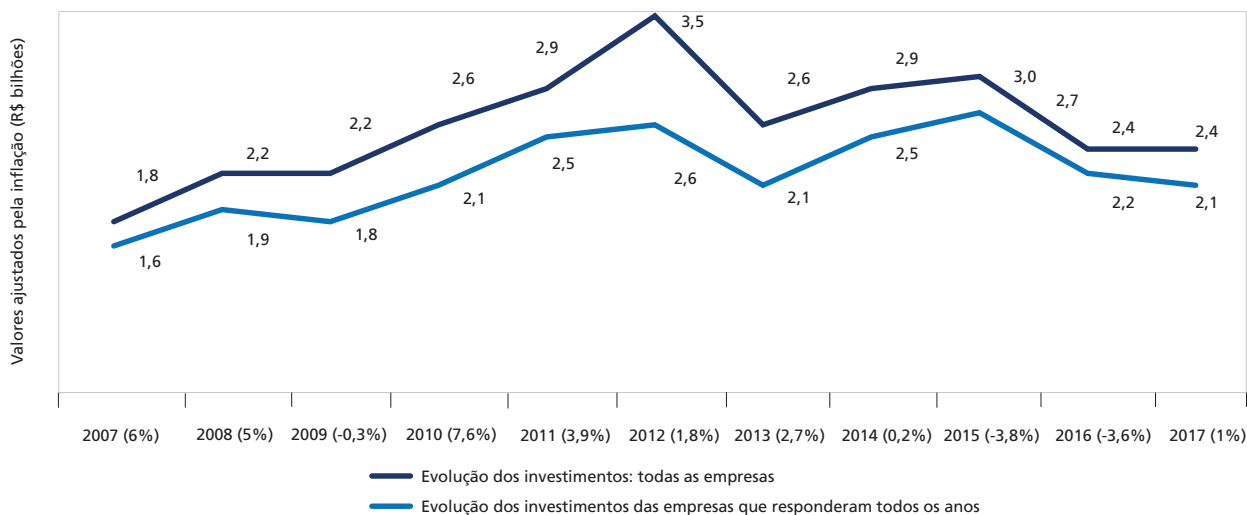
Alguns resultados extraídos das últimas edições do BISC são apresentados a seguir. Cabe, de início, ressaltar que eles refletem o comportamento de um conjunto de empresas de maior porte,⁶ que se destacam pela sua atuação no campo social em virtude de buscar consolidar seus investimentos sociais em torno de projetos mais estruturados, desenvolvidos em parcerias com outras organizações, e alinhados às políticas públicas e a agendas internacionais.

2 QUAL O PERFIL DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO BISC?

Em uma década marcada por fortes oscilações na economia, o volume de recursos destinados aos investimentos sociais exibiu uma tendência de crescimento, especialmente no triênio 2010-2013, o que sinaliza a manutenção dos compromissos do grupo com o desenvolvimento de ações voluntárias destinadas ao enfrentamento de problemas sociais. A média anual dos valores aplicados pelas empresas no período de 2007 a 2011 foi de R\$ 2,3 bilhões, e nos últimos seis anos essa média subiu para R\$ 2,8 bilhões por ano (gráfico 1). Outras informações reforçam a relevância dessa atuação. O padrão dos investimentos sociais do grupo BISC é compatível com os padrões internacionais, se considerada a porcentagem dos investimentos sociais nos lucros brutos das empresas: em 2017, a mediana desses percentuais no país foi de 0,94%; e entre as corporações norte-americanas foi de 0,87%. Ademais, os investimentos no Brasil são financiados majoritariamente com recursos próprios, uma vez que os incentivos fiscais têm representado apenas 20% do total investido nos últimos três anos.

GRÁFICO 1

Como evoluíram os investimentos sociais do grupo BISC? (2007-2017)



Fonte: Comunitas (2018).

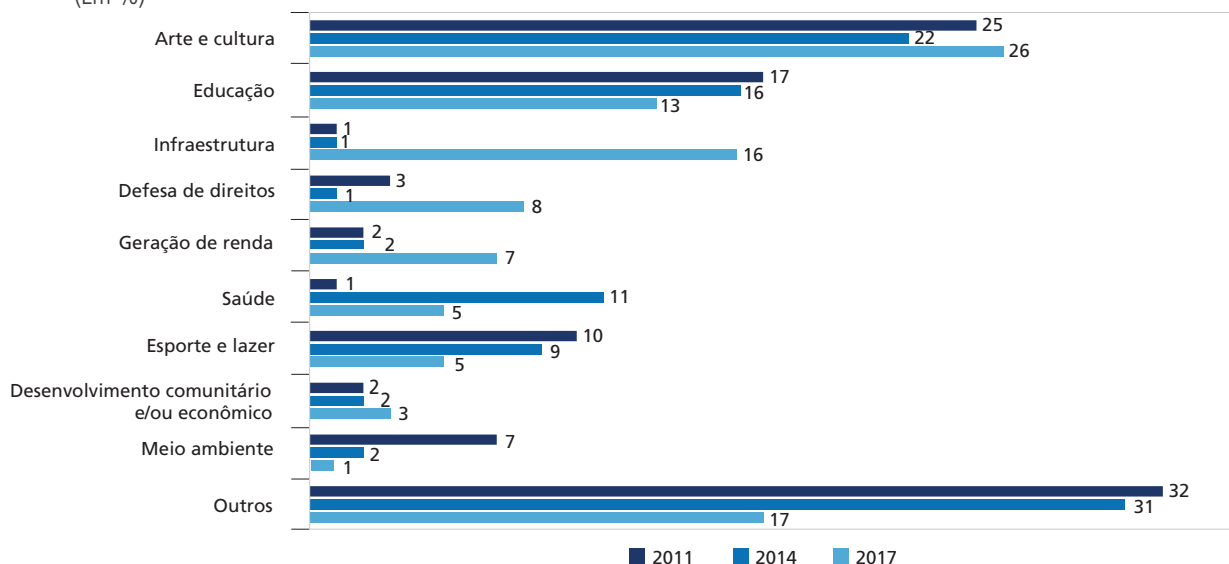
Obs.: Os valores aplicados por todas as empresas se referem ao conjunto de empresas que responderam a cada ano da pesquisa, cuja composição modificou-se ao longo do período. Os valores foram reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

São os projetos educacionais que absorvem a maior parte dos investimentos sociais do grupo (aproximadamente 40%), e, ao longo de todo o período analisado pelo BISC, o volume destinado para

6. Os resultados da pesquisa de 2018 referem-se a um universo de 280 organizações assim distribuídas: onze conglomerados que responderam por 259 empresas privadas; três empresas privadas que responderam individualmente; e dezoito fundações ou institutos vinculados a essas instituições empresariais. Entre os respondentes, 61% são do setor de serviços e 39% do setor de indústrias. Outras informações sobre o grupo: 61% das empresas possuem mais de 30 mil empregados e 79% são de capital nacional.

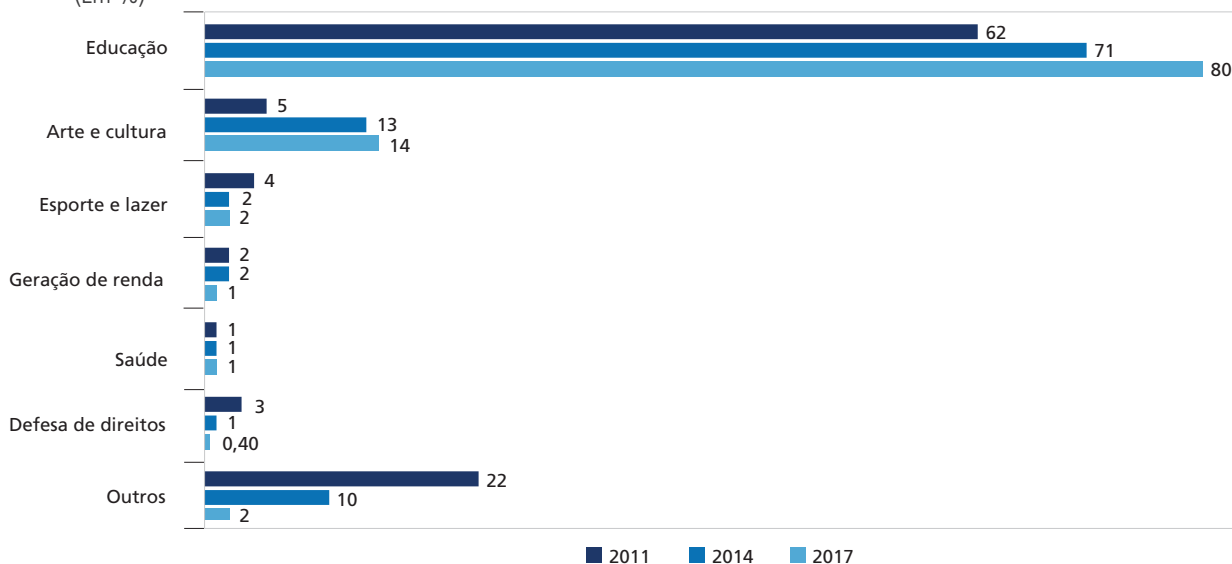
a área ficou acima dos R\$ 900 milhões/ano.⁷ Em um distante segundo lugar, sobressaem os projetos de apoio à cultura, que absorvem, aproximadamente, 20% do total investido. Cabe ressaltar que a atuação das organizações participantes não é homogênea. O BISC revela diferenças significativas entre empresas de diferentes setores da atividade econômica e empresas e institutos empresariais. Entre essas diferenças cabe destacar, por exemplo, que as empresas diversificam bem mais o leque de atividades desenvolvidas do que os seus institutos, que focam sua atuação, sobretudo, na educação (gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 2
Investimentos sociais das empresas, por área de atuação (2011, 2014 e 2017)
 (Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

GRÁFICO 3
Investimentos sociais dos institutos, por área de atuação (2011, 2014 e 2017)
 (Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

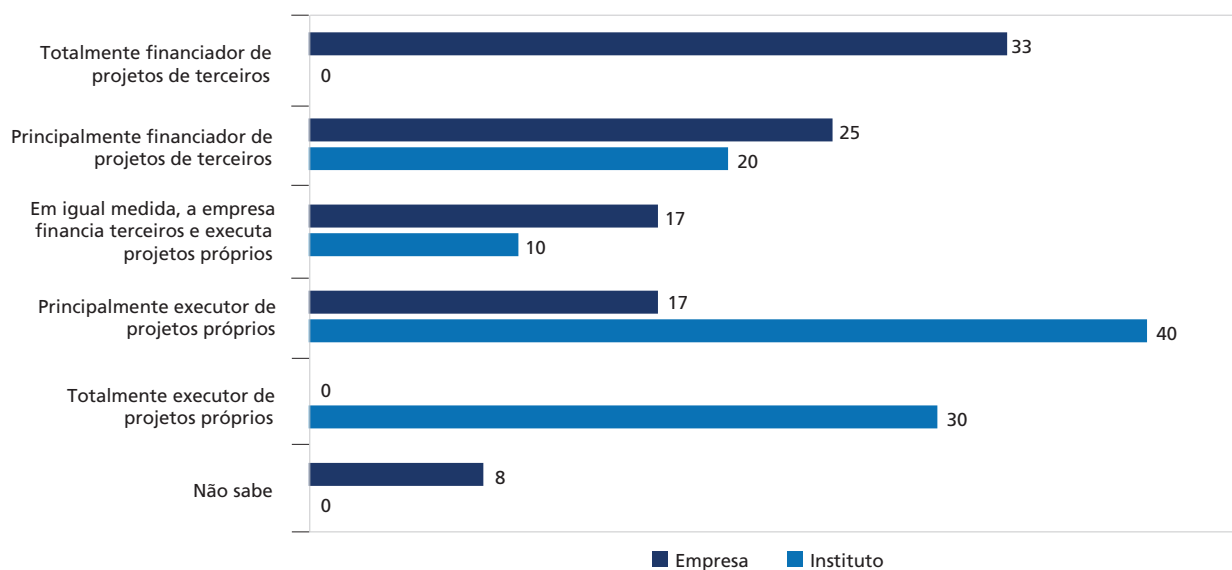
7. Valores atualizados pelo IPCA médio de 2017.

Ademais, enquanto os institutos são majoritariamente executores dos projetos sociais, as empresas privilegiam o apoio a projetos de terceiros, especialmente de organizações sem fins lucrativos (gráfico 4). Nesse sentido, cabe mencionar que, ao longo dos últimos anos, observou-se um movimento inverso entre as empresas e os institutos. Enquanto aquelas foram reduzindo seu envolvimento na execução direta dos projetos sociais, estes foram gradativamente se estruturando para assumir tal tarefa, especialmente no que se refere aos programas educacionais. Esse movimento não chega a surpreender, na medida em que os institutos foram criados para ser o “braço social” das corporações e com o objetivo de responder pela sua atuação nessa área.

GRÁFICO 4

Qual a estratégia adotada por empresas e institutos para conduzir os seus projetos sociais?

(Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

3 QUAIS AS RELAÇÕES DAS EMPRESAS COM AS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS?

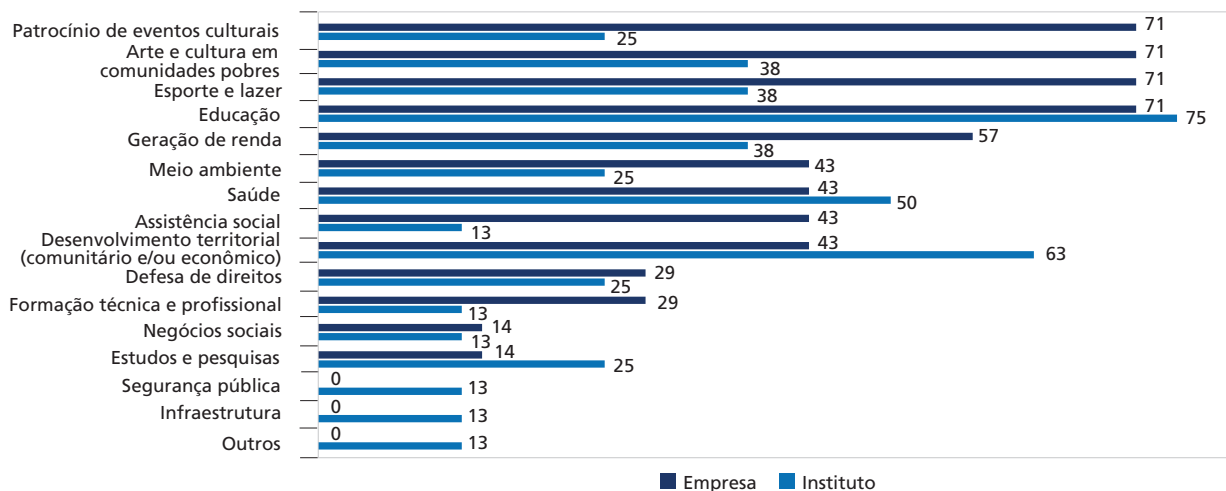
Quase todos os participantes do BISC (92%) envolvem organizações sem fins lucrativos na condução dos seus investimentos sociais e reconhecem que esse trabalho em parceria é fundamental para aproximá-los das comunidades e de outros parceiros importantes, para melhorar a imagem da empresa e fortalecer as organizações apoiadas, entre outros benefícios. Em 2017, as empresas apoiaram 1.163 organizações sem fins lucrativos sediadas nas diversas regiões do país, o que representa um aumento de 43% em relação ao ano anterior. Para essas organizações foram destinados recursos da ordem R\$ 453 milhões.⁸ Foi no campo da educação, da cultura e dos esportes que se concentraram as atividades desenvolvidas conjuntamente com as organizações sem fins lucrativos, e esse resultado é coerente com o perfil de atuação das empresas (gráfico 5).

8. Os resultados de 2017 referentes ao número de organizações apoiadas e aos valores transferidos podem estar subestimados, uma vez que nem todas as empresas forneceram tais informações.

GRÁFICO 5

Em que áreas as empresas atuam em parceria com as organizações sem fins lucrativos?

(Em %)



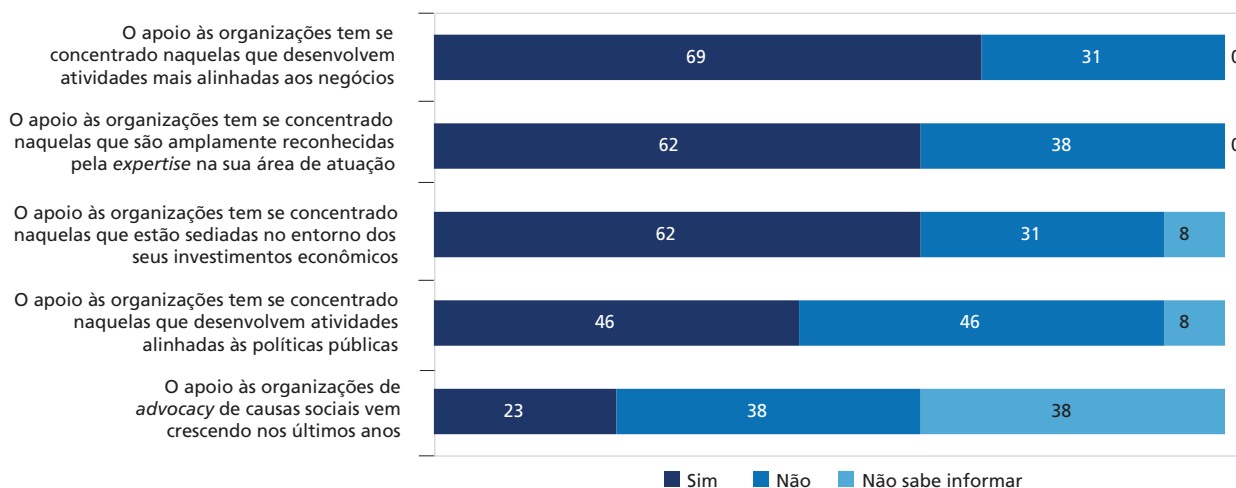
Fonte: Comunitas (2018).

O BISC tem buscado identificar as mudanças que vêm ocorrendo na atuação social do setor privado nos últimos anos, bem como as novas tendências que se desenham na área, entre as quais se destacam as relações com as organizações sem fins lucrativos. Nesse campo, observaram-se, nos anos recentes, mudanças no perfil das organizações apoiadas em decorrência do crescimento do apoio a entidades: que desenvolvem atividades mais alinhadas aos negócios da empresa; que são amplamente reconhecidas pela *expertise* na sua respectiva área de atuação; ou que estão sediadas no entorno dos empreendimentos econômicos. Cerca de dois terços das empresas confirmam esse movimento (gráfico 6). Os depoimentos captados nas entrevistas realizadas junto aos gestores sociais evidenciam, ademais, que as empresas hoje não se contentam com o papel de financiadoras de projetos, buscando fortalecer relações de parcerias e atuar como contrapartes de um trabalho conjunto.

GRÁFICO 6

Quais as mudanças recentes nas relações das empresas com as organizações sem fins lucrativos?

(Em %)



Fonte: Comunitas (2017).

É interessante ressaltar que o grupo não percebe maiores dificuldades para trabalhar em parceria com organizações sem fins lucrativos, sendo que as ressalvas dizem respeito à prestação de contas por parte das organizações e à dependência gerada pelo apoio financeiro da empresa: 46% das empresas assinalam que nesses aspectos enfrentam grandes dificuldades.⁹ As sugestões para aprimorar as parcerias vão na direção de: ampliar o diálogo e a presença da empresa na condução de trabalhos conjuntos; apoiar a autossustentação das organizações; estimular a formação de redes que possibilitem novos formatos e possibilidades de sustentabilidade financeira dos projetos; ampliar o acompanhamento e o apoio da empresa nos processos de prestação de contas das organizações sem fins lucrativos; e empoderar os parceiros e a comunidade para prosseguirem autonomamente os projetos desenvolvidos conjuntamente.

4 QUAL A ARTICULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS CORPORATIVOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Desde as primeiras edições do BISC, observa-se que cerca de 80% das empresas se articulam com órgãos governamentais, especialmente no âmbito municipal, para o desenvolvimento dos seus projetos sociais. Esse comportamento surpreende na medida em que, ainda na década de 1990, predominava nas empresas a concepção de que sua atuação no campo social deveria se desenvolver de forma independente, ou mesmo distante do Estado. Estudo divulgado pelo Ipea em 2001 apontava que,

no momento em que decide como e onde atuar, a maioria das empresas declara que não leva em consideração os investimentos governamentais, ou seja, que não há relação entre os investimentos sociais privados e os investimentos sociais de governo. As justificativas caminharam para a linha de uma atuação independente do Estado, “de um não alinhamento”, ou para uma linha de desconhecimento do que o governo faz e de crítica a respeito de que “o Estado não faz sua parte” e, por isso, as empresas “atuam para tapar buracos” com a sensação de que não avançam, mas evitam prejuízos maiores. Com base nesse raciocínio, não se posicionam como contraparte de um atendimento social integrado (Peliano, 2001).

Na contramão dessa visão histórica, o grupo BISC tem se destacado na busca pelo alinhamento dos investimentos sociais às diretrizes das políticas públicas, movidos pelo desejo, entre outros, de ampliar a visibilidade e melhorar a qualidade dos próprios projetos e de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, conforme assinalado por 67% dos participantes. É sobretudo no campo da educação e no atendimento à infância que as empresas trabalham mais próximas das organizações governamentais, buscando alinhar os seus investimentos sociais às políticas públicas, procurando desenhar e implementar projetos: *i*) em consonância com as diretrizes de governo; *ii*) a partir de um diálogo sistemático com os gestores públicos; e *iii*) de forma a contribuir para o alcance dos resultados previstos nas políticas governamentais (gráfico 7).

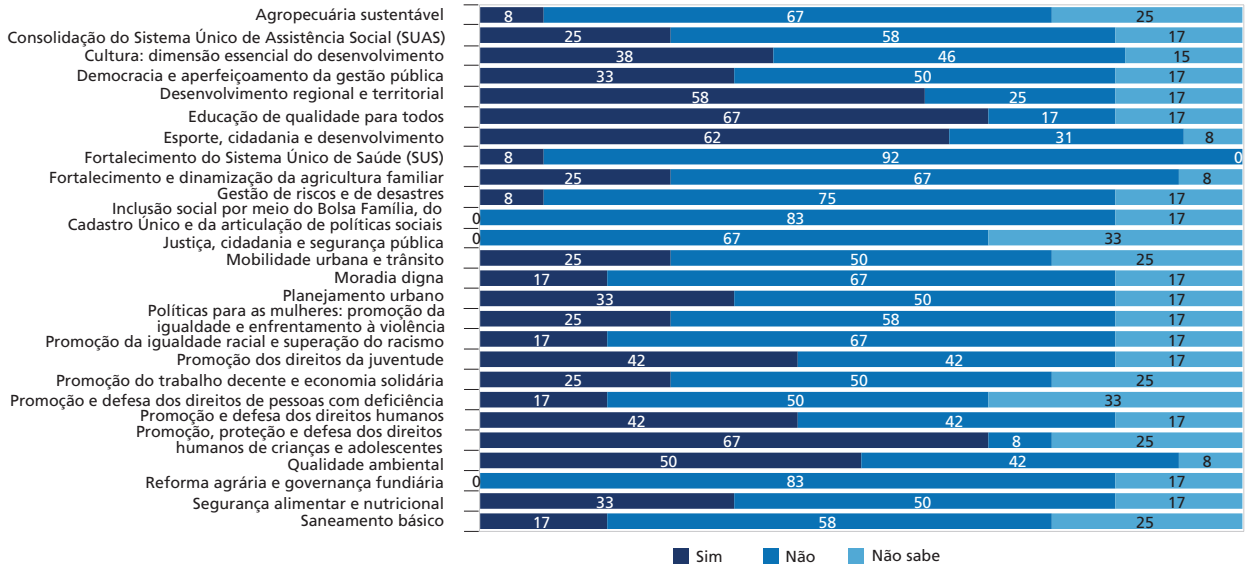
Além do alinhamento dos próprios projetos, as empresas apostam no apoio à gestão de políticas públicas no âmbito local e cerca de metade delas declarou ter ampliado, nos últimos anos, as atividades voltadas para o apoio à gestão escolar, à capacitação de professores e à promoção do diálogo entre organizações públicas e comunitárias (gráfico 8). É especialmente nessa articulação que muitas reconhecem uma janela de oportunidades para ampliar o controle social e o acesso às políticas governamentais por parte das comunidades locais.

9. Ver Comunitas (2017).

GRÁFICO 7

Os projetos sociais das empresas estão alinhados às políticas públicas listadas?

(Em %)



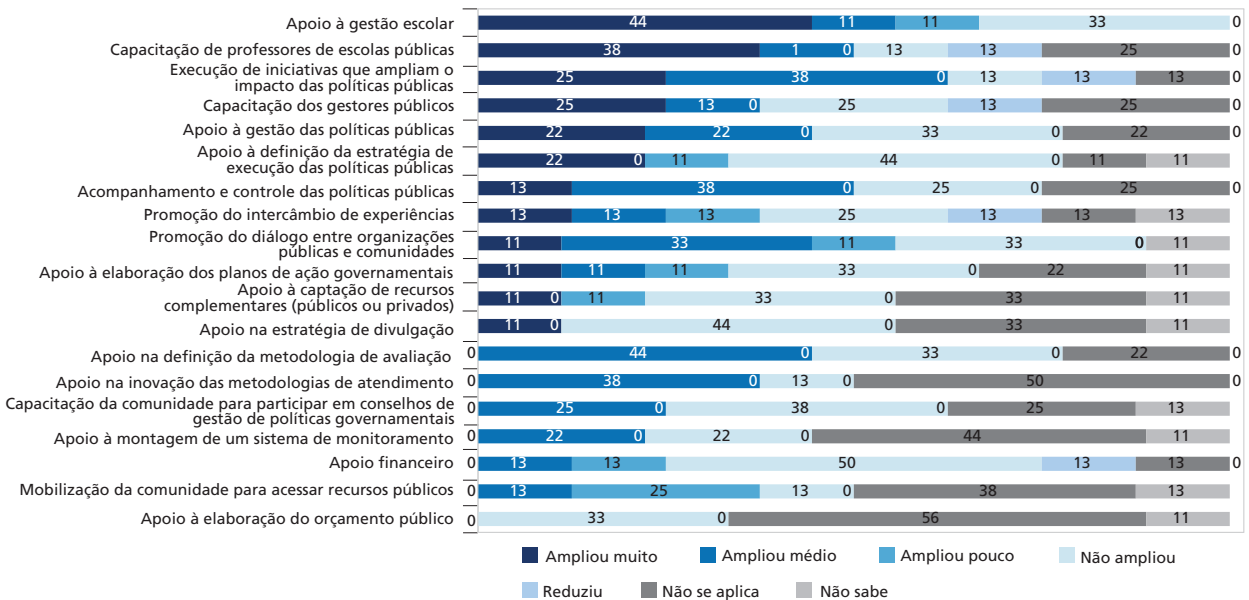
Fonte: Comunitas (2017).

Obs.: Todas as políticas listadas constam do Plano Plurianual 2016-2019 do governo federal.

GRÁFICO 8

Nos últimos três anos, quais os avanços observados no apoio das empresas às políticas públicas?

(Em %)



Fonte: Comunitas (2017).

Nesse sentido, a experiência da Comunitas com o desenvolvimento do programa Juntos representa um modelo interessante de parceria entre empresas e governos, na busca do aprimoramento da gestão pública, em que o trabalho conjunto tem resultado em benefícios significativos para a sociedade.

5 COMO A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA JUNTOS REFLETE O ESFORÇO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável foi criado em 2012 como um modelo inovador de investimento social corporativo, no qual um grupo de líderes empresariais, a partir de uma reflexão sobre seu papel para o desenvolvimento do Brasil, decidiu unir esforços, recursos e conhecimento para impactar de forma positiva as cidades brasileiras.

Prevaleceu o entendimento de que, para se ganhar escala e ampliar o impacto, é fundamental atuar junto às políticas públicas, em parceria com o Estado, sendo que estas, por sua vez,

precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento, (...) [estimulando] práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação (Jacobi, 2003, p. 202).

O núcleo de governança do programa Juntos é formado por líderes empresariais engajados em prol de um objetivo comum: contribuir para o aprimoramento da gestão pública no Brasil e, com isso, para a entrega de serviços públicos de qualidade. A participação ativa de todos nesse grupo tem sido um importante fator de sucesso para o alcance dos resultados dos projetos, mas, sobretudo, para a construção de um novo modelo de governança, realmente sustentável e compartilhado, com foco na construção de uma agenda positiva de desenvolvimento.

Tendo como norte esse compartilhamento, a troca e a replicabilidade, o programa atua junto à esfera municipal do poder público, mais próxima à população, por meio de investimentos sociais corporativos. Esses investimentos se direcionam para o aprimoramento da gestão pública, o fortalecimento das lideranças e seus respectivos gestores, o controle social por parte da comunidade e a transparência no uso dos recursos, materializando-se em formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas.

Em 2018, com a experiência obtida, o grupo entendeu que era possível ampliar essa transformação para o nível estadual. Dessa forma, o programa Juntos, liderado pela Comunitas, atua hoje em catorze cidades brasileiras (entre elas, capitais como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Teresina) e cinco estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Pará), uma área com cerca de 100 milhões de habitantes. Nessas regiões foram executados 120 projetos em diferentes áreas de atuação do poder público, com mais de trinta parceiros distribuídos entre empresas privadas, sociedade civil e entes da Federação.

Esse modelo chamou a atenção da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e em 2017 tornou-se um estudo de caso (Santos e Johnson, 2018) utilizado em salas de aula de outras universidades ao redor do mundo. Em 2018, o programa foi citado no livro *Social Value Investing* (Buffett e Eimicke, 2018) como uma boa prática brasileira para superar antigos desafios socioeconômicos, por meio do investimento social corporativo e da governança compartilhada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações das empresas com atores externos, especialmente com as organizações da sociedade e dos governos, são muito relevantes e têm sido acompanhadas sistematicamente pelo BISC. Os resultados apontam que, isoladamente, a atuação social do setor privado terá alcance reduzido, e o fortalecimento das parcerias é reconhecido como o caminho para o alcance dos objetivos almejados. O grupo de participantes do BISC

ênfatisa a necessidade de buscar, cada vez mais, a adesão dos demais atores envolvidos nos seus projetos sociais e reconhece que o êxito vai depender desse engajamento dos parceiros e das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BUFFETT, H. W.; EIMICKE, W. B. **Social value investing**: a management framework for effective partnerships. New York: Columbia University Press, 2018.

COMUNITAS. **Relatório BISC de 2017**: retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos. São Paulo: Comunitas, 2017. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>>.

_____. **Relatório de 2018**. São Paulo: Comunitas, 2018. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/bisc-2018-relatorio/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). **Bondade ou interesse?**: como e por que as empresas atuam na área social. Brasília: Ipea, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_bondade.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SANTOS, B.; JOHNSON, L. **Juntos**: building governance for the 21st century – public private coalition to reform local governments in Brazil. Columbia: Picker Center Case Collection, 2018. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/programa-juntos-universidade-de-columbia-white-paper/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NEGÓCIOS DE IMPACTO E A ATUAÇÃO ECONÔMICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL¹

Diogo de Sant'Ana²

Beatriz Coppola³

A consciência de que o investimento em atividades econômicas inovadoras pode gerar, ao mesmo tempo, retorno financeiro e impacto social e ambiental positivo tem estimulado o crescimento de uma nova forma de pensar produção ao redor do mundo. Os chamados negócios de impacto se diferenciam das atividades econômicas tradicionais por não terem apenas foco no lucro, mas sim por se estruturarem a partir de princípios e objetivos que vão além do retorno sobre o capital investido em si, tais como:

- ter uma missão explicitamente destinada a gerar um impacto socioambiental positivo, ou seja, o negócio de impacto nasce e se desenvolve com o objetivo explícito de auxiliar na resolução de um problema social e/ou ambiental específico;
- a mensuração periódica do impacto que geram. Em outras palavras, a repercussão proposta por este tipo de investimento não deve ser meramente intencional, mas deve ser mensurável e verificável;
- são negócios, atividades econômicas que geram receita por meio da comercialização de bens e serviços, não se confundindo com a atividade filantrópica ou assistencial tradicional; e
- a governança das empresas, associações e fundações que promovem negócios de impacto leva em conta de maneira equilibrada os interesses de investidores, de clientes e das comunidades afetadas pelas atividades econômicas desenvolvidas por elas.

Essa modalidade de investimento e produção oferece um novo campo de atuação às organizações da sociedade civil (OSCs), pois conecta as atividades, como financiadoras ou produtoras, a um conjunto de iniciativas econômicas idealizadas e implementadas de forma a produzir impacto positivo na sociedade. Essa classe de mobilização de recursos privados para o bem público difere da filantropia, pois aplica recursos em atividades que geram resultados econômicos de uma maneira sistemática, organizada e programada para iniciativas sociais, ambientais e culturais.

O volume de investimentos e o interesse de grandes investidores nos negócios de impacto têm crescido aceleradamente. De acordo com dados da Global Impact Investment Network (GIIN), esses já representam US\$ 228 bilhões em ativos no mundo. Somente no ano de 2017, foram investidos cerca de US\$ 35 bilhões, e em 2018 os investidores planejam investir 8% a mais (Mudaliar, Bass e Dithrich, 2018). No Brasil, o *1º Mapa de Negócios de Impacto*, produzido pela Pipe Social,⁴ detectou a presença de 578 empreendimentos, dos quais 12% faturavam por ano R\$ 500 mil ou mais.⁵

1. As reflexões deste texto apresentam de forma resumida os desafios apontados por professores, advogados, empreendedores e especialistas em negócios de impacto convidados a participar de evento sobre o tema, no dia 30 de outubro de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Os autores do texto foram coorganizadores do seminário e agradecem a colaboração e o empenho dos professores Vinicius Marques de Carvalho, Juliana Krugger, Sheila Neder e Calixto Salomão Filho, além do apoio institucional do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) à iniciativa.

2. Advogado no Vinicius Marques de Carvalho Advogados (VMCA).

3. Advogada no VMCA.

4. Divulgação dos negócios de impacto no Brasil e sua conexão com oportunidades de investimento e aceleração. Disponível em: <<https://pipe.social/startup/sobre#empresa>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

5. Disponível em: <<https://www.pipe.social/mapa2017>>.

O crescimento do interesse em negócios de impacto provém de ao menos três movimentos simultâneos, que se retroalimentam. Um primeiro impulso conecta-se à crescente preocupação de investidores institucionais com os impactos sociais e ambientais das atividades econômicas financiadas por eles. A movimentação de atores como o Fundo Soberano Norueguês,⁶ que administra cerca de US\$ 1 trilhão em ativos e tem liderado iniciativas por meio do estabelecimento de restrições ou obrigações sociais e ambientais para a realização de investimentos, ou a administradora de fundos BlackRock (administradora de US\$ 6,4 trilhões em ativos), que lançou um fundo específico dedicado a negócios de impacto em 2015, amplia o volume de recursos dedicados a essa modalidade de investimento.

Um segundo movimento decorre da troca geracional. Estimativas divulgadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que, nos próximos anos, nascidos entre 1980 e 1995 herdarão até US\$ 41 trilhões somente nos Estados Unidos. Essa nova geração de proprietários, administradores de companhias e dirigentes de fundos patrimoniais familiares recebeu uma formação cultural e acadêmica na qual o papel da sustentabilidade tem maior centralidade do que na formação recebida pela geração anterior. De acordo com o relatório *US Trust Insights on Wealth and Worth* de 2018 (Bank of America), 75% dos nascidos entre 1990 e 1995 revisaram seus investimentos para contemplar preocupações relativas ao impacto social e ambiental.⁷

Um terceiro movimento conecta-se ao lado da oferta. O crescimento do ativismo em causas ambientais e sociais ao redor do planeta cria iniciativas econômicas inovadoras, ancoradas em princípios e práticas que não levam somente em conta os resultados obtidos com a venda dos produtos, mas também preocupações relativas à forma como são produzidos, aos impactos nas comunidades afetadas pela produção e ao tipo de necessidade que aquele produto vem a suprir. Estes negócios utilizam a força do mercado para criar soluções para problemas sociais e ambientais, redefinindo o conceito de sucesso na economia, que passa a ser medido pelo bem-estar das pessoas, das sociedades e da natureza. Esse é o sentido que o Sistema B,⁸ responsável pela criação de um ecossistema favorável a esses empreendimentos e pela certificação das *B corps*, atribui aos negócios de impacto.⁹

No Brasil, um conjunto de iniciativas de empreendedores, da sociedade civil e de investidores sociais privados vem robustecendo o chamado ecossistema dos negócios de impacto. Fundos familiares e aceleradoras destinadas a impulsionar financeira e tecnicamente os empreendedores e, conseqüentemente, os negócios de sucesso se espalham pelo país. Além disso, o poder público tem dedicado atenção crescente ao tema, seja por meio da organização de uma política nacional de incentivo a negócios de impacto, seja por meio da mobilização de recursos para o investimento nessa modalidade de iniciativa.

Esse crescimento, contudo, poderia ser acelerado no país se houvesse um marco jurídico mais favorável aos negócios de impacto. Os entraves jurídicos aos investimentos passam pela estrutura do direito societário tradicional, que muitas vezes não é adaptada aos anseios e às necessidades dessa modalidade de negócios. Do ponto de vista regulatório, um dos desafios centrais é popularizar e ampliar as fontes de recursos para o investimento nessa modalidade. No momento, já se observa uma ampliação de investidores que atuam em diferentes fases do desenvolvimento de um negócio de impacto – tais como investidores “anjos”, *family offices*, associações e fundações –, criando um cenário de mobilização de recursos para

6. Disponível em: <<http://twixar.me/fh7n>>.

7. Disponível em: <<http://twixar.me/Dh7n>>.

8. O Sistema B é uma rede de organizações e especialistas voltada a gerar uma mudança de cultura sobre o que significa ser bem-sucedido em termos empresariais. Ele advoga a incorporação de outros parâmetros, conectados a objetivos sustentáveis, nos documentos formais das organizações e empresas.

9. Disponível em: <<https://sistemab.org/brasil/>>.

atender aos mais diversos tipos de empreendimentos. Para além das hipóteses tradicionais disponíveis no mercado financeiro, emergem ainda espécies próprias, como contrato de impacto social, *equity* específico, securitização, debênture de impacto, *crowdfunding*, *crowdlending* e *crowdequity*, que permitem aporte de recurso de forma inovadora, fugindo dos instrumentos clássicos.¹⁰ O reconhecimento legal explícito (por meio de resoluções da Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo) desses instrumentos é a chave para que se dê maior segurança aos investidores e para que se multipliquem as fontes de acesso para as iniciativas de impacto.

O regime tributário gera outro gargalo, pois as certificações fiscais exigidas e os termos em que os incentivos e doações são tributados são de difícil cumprimento, além de, muitas vezes, criarem empecilhos aos empreendimentos, que dependem de maior dinamismo. Nesse sentido, é importante refletir sobre a necessidade de adequação do sistema tributário para esses negócios, levando em conta o impacto socioambiental positivo que eles geram, apto a justificar um sistema simplificado e benefícios fiscais às empresas e associações. De acordo com Souza e Pannunzio (2018), o Brasil é um dos poucos países no mundo que tributam o recebimento de doações, fator que cria limitações e embaraços para que se possa ampliar uma das principais fontes de receita para investimento de impacto. Essa postura é radicalmente oposta à legislação sobre doações na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, onde a combinação de alíquotas elevadas em tributos sobre a renda convive com hipóteses de isenção favoráveis às doações às instituições privadas voltadas à produção de bens públicos ou a negócios que gerem impacto social e ambiental positivo. Ainda no campo tributário, a insegurança jurídica em relação às normas relativas às isenções e imunidades das associações, em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), e a recente decisão da Receita Federal, que afasta a imunidade tributária de entidades sem fins lucrativos por conta de investimentos em empreendimentos com fins lucrativos,¹¹ são riscos concretos para o desenvolvimento dos negócios de impacto nos próximos anos.

No Brasil, o ecossistema favorável aos investimentos se fortaleceu com a articulação de esforços de governo, empresas, sociedade civil, Academia e investidores sociais. Em termos de políticas públicas, a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpecto),¹² prevista no Decreto nº 9.244/2017,¹³ e a ampliação das iniciativas de entes federados para o financiamento e suporte jurídico/financeiro/contábil de *startups*, cooperativas e associações que promovem a venda de bens e serviços são essenciais para a popularização e diversificação de negócios com impacto social e ambiental positivo.

No mesmo sentido, a constituição de um fundo público-privado para o financiamento de iniciativas de impacto, com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também pode contribuir decisivamente para a ampliação do volume de recursos disponíveis. Uma regulamentação eficiente da recém-aprovada Lei nº 13.800/2019, que regula os fundos patrimoniais de associações sem fins lucrativos e fundações, pode também ampliar os recursos disponíveis.¹⁴

Essa agenda soma-se aos desafios concretos já existentes de empreender e se associar no Brasil, tais como criação e fechamento das empresas, complexidade tributária, registro de propriedade intelectual

10. Para discussão das novas modalidades de financiamento à inovação com impacto social, ver Souza, Segatto e Moraes-da-Silva (2017) e Respondevesk (2018).

11. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=88644>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

12. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/inovacao/enimpecto>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

13. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9244.htm>. Acesso em: 2 abr. 2019.

14. Além da hipótese de trazer recursos financeiros para os negócios, há outras opções de investimento, sendo garantidores. Nesta suposição, o investidor social, que já conhece as qualidades, características e necessidades daquele empreendimento, mobiliza o recurso para garantir um empréstimo ou financiamento bancário, a fim de que a instituição consiga a aprovação desejada.

e alto custo de capital. Porém, mesmo diante das dificuldades citadas, os investimentos em negócios de impacto vêm crescendo e ocuparão espaço cada vez mais relevante nos debates regulatórios e normativos.¹⁵ Solucionar os desafios societários, regulatórios e tributários aqui apontados contribuiria decisivamente para estabelecer um marco regulatório mais favorável a esta modalidade de investimento e aumentaria, no Brasil, o volume de recursos voltados às iniciativas econômicas com forte impacto social e ambiental, ampliando, ao mesmo tempo, as possibilidades de atuação para OSCs que buscam sustentabilidade econômica, seja por meio do financiamento de outras atividades, seja por meio da produção própria de bens e serviços.

REFERÊNCIAS

MUDALIAR, A.; BASS, R.; DITHRICH, H. **Annual impact investor survey**. New York: GIIN, 2018. Disponível em: <<https://custom.cvent.com/953DDE544DAB42BA83224BFB8E59BC5B/files/952330202b9540d6bbdaaf3a2f270306.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

RESPONDOVESK, W. Novos modelos de financiamento à inovação com impacto social. **Radar**, n. 57, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/180827_radar_57_cap03.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SOUZA, A. G. de; PANNUNZIO, E. **Sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil: desafios do ambiente jurídico brasileiro atual**. São Paulo: FGV, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24576/Sustentabilidade%20econômica_CPJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SOUZA, I. G. B.; SEGATTO, A. P.; MORAIS-DA-SILVA, R. L. Investimento de impacto e financiamento à inovação social. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 20., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SemeAd, 2017. p. 1-16.

15. Mais informações disponíveis em: <<https://aliancapeloimpacto.org.br/recomendacoes/>>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)

Bárbara Coutinho Ornellas (estagiária)

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Vinícius Arruda de Souza (estagiário)

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

APRESENTAÇÃO

Janine Mello dos Santos

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (FASFIL)

Clician do Couto Oliveira

Denise Guichard Freire

Francisco de Souza Marta

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: UM CAMPO CADA VEZ MAIS DIVERSO

Erika Sanchez Saez

Graziela Santiago Belo da Silva

A TECNOLOGIA POR TRÁS DO MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Tiago Nascimento

Eric Ferreira

Kleyton Pontes Cotta

Vagner Praia

TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA INICIAL

Camila Escudero

O TRABALHO DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: DESIGUALDADES E PARADOXOS

Graciela Hopstein

Martina Davidson

O TRABALHO FORMAL NAS OSCs EM 2015: O PERFIL DEMOGRÁFICO E A ESCOLARIDADE DOS VÍNCULOS DE TRABALHO

Pedro Gomes Andrade

Felix Lopez

André Vieira

Ana Camila R. Pereira

(DES) CUMPRIMENTO DA LEI DE COTAS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Stella Camlot Reicher

ALGUNS VALORES – E MUITOS PROBLEMAS – PARA ESTIMAR AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Felix Lopez

Pedro Gomes Andrade

DOAÇÃO E CIDADANIA : COMO PENSA E AGE O DOADOR BRASILEIRO

Andréa Wolffenbüttel

PARCERIAS NA CONDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS: O QUE SE EXTRAI DOS RESULTADOS DO BISC ?

Anna Maria Medeiros Peliano

Patricia Loyola

NEGÓCIOS DE IMPACTO E A ATUAÇÃO ECONÔMICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Diogo de Sant'Ana

Beatriz Coppola



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

